



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LEONARDO GOMES DA SILVA

O CONCEITO DE *BILDUNG* NOS ESCRITOS PEDAGÓGICOS DE HEGEL

Recife
2021

LEONARDO GOMES DA SILVA

O CONCEITO DE *BILDUNG* NOS ESCRITOS PEDAGÓGICOS DE HEGEL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Ensino de Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Alfredo de Oliveira Moraes

Recife
2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586c Silva, Leonardo Gomes da.
O conceito de *bildung* nos escritos pedagógicos de Hegel / Leonardo Gomes da Silva. – 2021.
97 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo de Oliveira Moraes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Mestrado Profissional em Filosofia, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Filosofia – Estudo e ensino. 3. Educação. 4. Cidadania. 5. Estado. 6. Hegel, Georg Wilhelm Friedrich, 1770-1831. I. Moraes, Alfredo de Oliveira (Orientador). II. Título.

100 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2022-115)

LEONARDO GOMES DA SILVA

O CONCEITO DE *BILDUNG* NOS ESCRITOS PEDAGÓGICOS DE HEGEL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Filosofia, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia. Área de concentração: Ensino de Filosofia

.

Aprovado em: 08/03/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo de Oliveira Moraes (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Suzano de Aquino Guimarães (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, por sua misericórdia e amor.

À virgem Maria, por seu amor, carinho e pelas preces atendidas nos momentos de súplicas.

À Alessandra, por seu incentivo, apoio e boa vontade.

Ao mestre e bom amigo Suzano Guimarães, por seu incentivo, apoio e contribuições.

Ao mestre, mentor, orientador e amigo Alfredo de Oliveira Moraes, por ter sempre me apoiado e incentivado em minha caminhada acadêmica.

Ao Prof. Dr. José Tadeu Batista de Souza, pela boa vontade e contribuições para a pesquisa.

Ao querido mestre Junot Cornélio Matos, o realizador de sonhos, um instrumento de Deus no mundo, por sua luta, perseverança e determinação na coordenação do mestrado. Como também, por seu carinho, apoio, incentivo e boa vontade com os mestrandos. Vida longa a Junot!

Aos professores do mestrado, Célia Costa Pereira, Sérgio Ramos, Marcos Costa, Itamar Nunes, por seus esforços, por seus ensinamentos acadêmicos e para a vida.

À CAPES, pela oportunidade da bolsa por todo o período do curso do mestrado.

Aos amigos e colegas de turma, Danúbio Santos e Catarina Andréa Quirino, pelo incentivo, apoio e companheirismo.

RESUMO

Esta dissertação é resultado da pesquisa sobre o conceito de *Bildung* (formação educacional) em Hegel. Nesse conceito, encontramos respostas sobre os papéis e responsabilidades da família, da escola, do professor e do Estado na educação do indivíduo para formá-lo um cidadão. Da mesma forma, a dimensão social da educação com a moralidade e a eticidade, pontos fundamentais para vida em coletivo. Na intervenção, também parte integrante do corpo da pesquisa, foram trabalhados a importância do ensino de Filosofia em Hegel, como uma das partes essenciais na formação do estudante; os fundamentos do plano de aula; o uso de histórias em quadrinhos como material didático-pedagógico. A aula de intervenção foi realizada na Escola Estadual Batista Acioly, no município de Maragogi – AL, de acordo com as legislações educacionais estaduais e federais. Nela foi explorado o tema Alienação em Hegel e Platão, com objetivos que contribuíssem para a reflexão e compreensão do aluno sobre os problemas atuais no campo da política, das redes sociais e da televisão e, além disso, a busca de possíveis soluções para os mesmos.

Palavras-chave: formação educacional; eticidade; cidadão; estado.

ABSTRACT

This dissertation is the result of research on the concept of Bildung (educational formation) in Hegel. In this concept, we find answers about the roles and responsibilities of the family, the school, the teacher and the State in the education of the individual to make him a citizen. Likewise, the social dimension of education with morality and ethics, fundamental points for collective life. In the intervention, which is also an integral part of the body of the research, the importance of teaching Philosophy in Hegel was worked on, as one of the essential parts in the education of the student; the fundamentals of the lesson plan; the use of comic books as didactic-pedagogical material. The intervention class was held at Escola Estadual Batista Acioly, in the municipality of Maragogi - AL, according to state and federal educational legislation. It explored the theme Alienation in Hegel and Plato, with objectives that contributed to the student's reflection and understanding of current problems in the field of politics, social networks and television and, in addition, the search for possible solutions to them.

Keywords: educational training; ethics; individual; state.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OS RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS PEDAGÓGICOS DE HEGEL.....	14
2.1	A EDUCAÇÃO COMO SEGUNDO NASCIMENTO DO INDIVÍDUO.....	14
2.2	O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS.....	19
2.3	O PAPEL DA ESCOLA.....	26
2.4	O PAPEL DO PROFESSOR.....	41
2.5	O PAPEL DO ESTADO	45
3	A DIMENSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO	49
3.1	A MORALIDADE	49
3.2	A ETICIDADE	53
3.3	AS TRÊS FIGURAS DA ETICIDADE E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO	57
3.3.1	A ESPERANÇA.....	59
3.3.2	A TOLERÂNCIA.....	59
3.3.3	O RECONHECIMENTO	63
4	A INTERVENÇÃO PRÁTICA	67
4.1	O ENSINO DE FILOSOFIA.....	67
4.2	HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO RECURSO DIDÁTICO	74
4.3	PLANO DE AULA	79
4.4	ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE AULA	83
4.5	RELATÓRIO DE INTERVENÇÃO.....	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

O motivo de nossa investigação originou-se no cotidiano de nossa prática docente e pelas nossas observações, como a ausência da grande maioria dos pais e responsáveis nas reuniões e a falta de comunicação com eles para tratar de assuntos referentes aos seus filhos; a indisciplina de vários alunos; a violência no recinto escolar; as posições e decisões tomadas pela escola diante das dificuldades presentes; a escassez de recursos e atenção do Estado; as atribuições da instituição frente aos problemas sociais, econômicos e políticos. Essas dificuldades fizeram-nos levantar várias indagações e reflexões sobre a finalidade essencial e as responsabilidades de cada um dos seus agentes (do processo educativo de modo geral) na execução de seus objetivos. E isso ocasionou alguns questionamentos: qual o fim último da educação? Quais são os responsáveis por seu processo e suas atribuições? Qual sua dimensão social na eticidade e na moralidade?

Diante dessas perguntas, buscamos respostas no pensamento de Hegel. Em sua obra *Os Escritos Pedagógicos* e com o apoio de outras produções – bibliografias que dentro das pesquisas serviram de apoio para fundamentação – realizamos nossa investigação para obtenção de explicações e orientações que pudessem nortear a nossa prática docente. Ademais, expor a perspectiva de Hegel sobre a educação (*Bildung*); pois, para esse filósofo, a formação por instrução pedagógica em seu processo retira o ser humano de sua alienação animal para elevá-lo à condição de sua segunda natureza espiritual:

[...] trata-se de um reencontro do espírito consigo mesmo passando por uma fase de alienação. Segundo o que dissemos, a educação não é para Hegel a busca pacífica de uma cadeia à qual se agregam harmoniosamente novos elos, sem ter que influenciar os anteriores, mas, sim, a cada nova etapa do processo educacional também repensa os precedentes. Como ele aponta graficamente, é preciso formar o já formado, retrabalhando-o e dando-lhe uma nova profundidade (GINZO, 1991, p. 43, **tradução nossa**)¹.

Investigamos em Hegel, o que é essa formação do indivíduo ético para o conhecimento e para cidadania, por haver no pensamento hegeliano simultaneidade entre pensamento e realidade; assim, não havendo entre ambos, diferenciação. Por essa razão, devemos pensar a nossa realidade educacional, e a partir dessa reflexão, buscarmos na filosofia (no pensamento de Hegel) respostas e possíveis soluções que venham a nos ajudar na

¹ No original: “[...] se trata de un reencuentro del espíritu consigo mismo pasando por un estadio de alienación. De acuerdo con lo que llevamos dicho, la educación no es para Hegel la prosecución pacífica de una cadena a la que se le fueran añadiendo armónicamente nuevos eslabones, sin tener que incidir em los anteriores, sino que más bien, cada nueva etapa en el proceso educativo replantea también las precedentes. Tal como señala gráficamente, es preciso volver a formar lo ya formado, reelaborándolo y dándole una nueva profundidad”.

procura de novos caminhos e horizontes para nossas ações nesse campo. Segundo Hegel, “O que é racional, isto é efetivo; e o que é efetivo, isto é racional” (HEGEL, 2010, p. 41). Compreendemos que, refletir a nossa realidade educacional (na perspectiva da filosofia hegeliana), suas dificuldades, suas metas e as responsabilidades de seus agentes, é importante para encontrarmos novos meios e caminhos, a fim de que a educação cumpra o seu papel, que é o de formar o indivíduo para o conhecimento e para a cidadania.

Entendemos, a partir de Hegel, que o pensamento é a realidade, e a realidade é o pensamento, que ambos podem ser transformados, modificados com a formação educacional do cidadão. Dentro de nossa pesquisa, também, tentamos atingir as metas de investigar além dos conceitos de educação (*Bildung*); a importância do ensino de Filosofia; as contribuições hegelianas para nossa educação atual; além de realizar uma reflexão crítica sobre os problemas aqui citados de nossa realidade educacional e auxiliar outros pesquisadores que estejam investigando temas afins com o nosso objeto de pesquisa, pelo viés de uma perspectiva filosófica.

Hoje, a educação brasileira está voltada, em grande parte de seus planos e esforços, para a aprovação do estudante nas instituições de Ensino Superior. Diante disso, podemos constatar a incapacidade de se educar o ser humano para a cidadania e para o conhecimento. “Permanece, porém, igualmente certo que um tempo tão marcado pelo destino exala também um mau hálito, que ameaça estender sua influência prejudicial à alma indefesa” (HEGEL, 1994, p. 84).

São grandes as dificuldades empiricamente enfrentadas pela escola. Dentre elas estão a falta de disciplina pela maioria dos alunos, a violência, o distanciamento da família, o desânimo do professor, a carência de apoio e investimento do governo.

Há, atualmente, flagrantes equívocos na efetivação do modelo atual de educação (educação técnica profissional). O que podemos verificar é uma enorme sucessão de contradições dentro de seus fundamentos para formar o ser humano em cidadão. De acordo com Hegel:

[...] os métodos deficientes, muitas vezes reduzidos a um mecanismo generalizado, a aquisição negligenciada de muitos conhecimentos importantes e de aptidões espirituais, destituíram a pouco e pouco o conhecimento [...] esta ocupação espiritual teve de ver, as chamadas coisas (*Sachen*), entre elas coisas (*Dinge*) do cotidiano, sensíveis, que não são capazes de fornecer qualquer matéria de formação, tornarem-se mais poderosas do que ela (HEGEL, 1994, p. 30).

O pensamento ideológico capitalista exige do Estado formação técnica para o estudante, para atender a demanda do mercado. Isso tem transformado a escola em uma

instituição, quase que totalmente, técnica de ensino, visando apenas a formação profissional dos indivíduos.

Por conseguinte, a escola presente, no Brasil, contrasta de forma radical com o que pensa Hegel sobre a formação nela trabalhada e os seus propósitos fundamentais. Para ele, a escola é:

[...] um estágio ético particular em que o homem se demora e no qual adquire uma formação prática, habituando-se a relações efetivas. É uma esfera que tem uma matéria e um objeto próprios, os seus castigos e recompensas e que constitui, efetivamente, um degrau essencial no desenvolvimento do caráter ético no seu todo. A escola encontra-se, de fato, entre a família e o mundo efetivo e constitui o elemento mediador de ligação, de passagem daquela para este (HEGEL, 1994, p. 61).

Tendo como base a razão ontológica da economia de mercado, a educação se voltou apenas para formar “mão de obra” e assim atender as necessidades da sociedade capitalista. “A escola é ela mesma um local de trabalho e, como tal, oferece serviços profissionais à coletividade; nesse sentido, pertence ao setor terciário e sofre as influências da sociedade em que está inserida” (ARANHA, 1996, p. 26).

Podemos inferir que muitas dessas circunstâncias críticas vivenciadas pela comunidade escolar ao longo dos últimos anos, não têm dado aos discentes a oportunidade de buscar a realização de sua liberdade, uma vez que lhes foi, e continuam sendo negados, o direito e o poder da reflexão, pois só por meio da educação o homem poderia se voltar para realização de sua essência, que é a liberdade.

O homem não deve ser educado apenas para o conhecimento inerente ao trabalho, mas para todo o seu modo de ser em sua existência, como também para a ética e para o conhecimento. Sendo assim, a educação é algo maior e mais complexo para realização da liberdade humana, do que apenas viver para o trabalho. Portanto,

educação é um conceito genérico, mais amplo, que supõe o processo de desenvolvimento integral do homem, isto é, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só a formação de habilidades, mas também de caráter e da personalidade social (ARANHA, 1996, p. 51).

Também Hegel (1994, p.31), acrescenta sobre essa ligação da educação com a liberdade do indivíduo:

O autêntico sinal da liberdade e da força de uma organização consiste em que os diferentes momentos que ela contém se aprofundam em si e perfazem sistemas completos, exercem a sua atividade e veem-se exercê-la sem inveja e sem receio, e em que todos são, por sua vez, partes de um grande todo. Apenas aquilo que se completa separadamente, no seu princípio, se torna num todo consequente; isto é, se torna em alguma coisa – ganha profundidade e a forte possibilidade da multilateralidade.

Levando em consideração que para Hegel o indivíduo necessitaria do reconhecer a si mesmo e do reconhecimento do Estado enquanto cidadão e membro, vindo esse mesmo sujeito a participar de modo crítico e reflexivo na construção desse Estado, em que gozaria da realização de sua liberdade, não de uma forma individual, mas, sim, coletiva.

Além da pesquisa bibliográfica, nosso método utilizado, realizamos uma intervenção, através de aulas geminadas, de acordo com: o Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas: Ciências Humanas do Estado de Alagoas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, como meio de investigação na busca de respostas para as questões aqui já apresentadas. Analisamos que o ensino de Filosofia, no olhar de Hegel, possui fundamental importância na formação do cidadão; e trabalhamos o conceito de alienação em Hegel e Platão, no qual *O Mito da Caverna* e o conceito de alienação (*Entfremdung*) em Hegel têm por fim o alcance desse conceito e as reflexões por parte dos alunos sobre os problemas da contemporaneidade (mídia, redes sociais, consumismo, política).

Essa prática pedagógica tem como propósito ajudar o discente a se apropriar reflexivamente dos conceitos filosóficos, para relacioná-los com suas vivências e as realidades política, econômica, social e cultural. Similarmente, adquirir a habilidade de interpretar e comentar, compreender textos filosóficos através de leituras mais analíticas e assim, apresentar de forma discursiva os conhecimentos filosóficos relacionados e contextualizados com o seu cotidiano.

A intervenção foi realizada a partir do modelo de aula expositiva dialógica, porque optamos pela exposição, contextualização, leitura e participação do estudante (dúvidas, comentários e acréscimos de relatos de sua vivência sobre os conteúdos). Essa estratégia se define pela apresentação dos temas trabalhados com a participação ativa dos discentes, levando em consideração o conhecimento prévio deles, sendo o professor o mediador e orientador para que realizem suas questões, tirem suas dúvidas, interpretem e debatam sobre o assunto estudado. A força e o fundamento da aula expositiva estão na interação entre o docente e o estudante.

Utilizamos como meio principal de recurso pedagógico uma história em quadrinhos, de número 129, da Turma da Mônica, chamada *As Sombras da Vida com Piteco* (1981) e também como suporte, textos filosóficos de Hegel e Platão, além de algumas charges.

A justificativa de nossa pesquisa foi baseada na necessidade de uma intervenção na

atual realidade da educação básica brasileira, posto que, o contexto atual está mais voltado para formação técnica e mercado de trabalho. E isso contribui claramente para a não realização de uma educação que proporcione a efetiva formação dos indivíduos para o exercício da cidadania e do conhecimento. É por esse motivo que nos propusemos a buscar, numa perspectiva filosófica, respostas que possam ajudar a superar essas dificuldades, tendo como ponto de partida análises críticas e reflexivas para encontrarmos respostas e, a partir delas, buscarmos caminhos e meios para o nosso agir pedagógico, que nos conduzam para uma formação que venha auxiliar na efetivação da liberdade do homem, na qualidade de cidadão e do saber para as ciências. Nessa linha de pensamento:

[...] Hegel diz que a filosofia guarda os verdadeiros pensamentos universais. Com esse alerta, ele quer mostrar que a educação ou, especificamente, o ensino da filosofia, deve ter por finalidade levar à verdade, ao esclarecimento. Ou seja, o ensino deve posicionar-se contra a mera opinião, à argumentação vazia, ao sem sentido e irracional (ROSSATTO, 2005, p. 19).

Assim, a educação para Hegel, possui como base a formação do indivíduo ético, com um papel fundamental na edificação de um Estado que possa efetuar a liberdade de seus membros.

No primeiro capítulo, investigamos em Hegel o homem em seu estado de natureza semelhante à perspectiva de Hobbes. O ser humano que vive apenas para satisfazer suas necessidades naturais e vontades, a partir de seus sentimentos (na quase totalidade do seu egoísmo). Analisamos a importância da educação (*Bildung*) como um segundo nascimento (surgimento no mundo do espírito, do universal, da eticidade) do indivíduo. Tratamos também nesse capítulo, sobre a importância da formação do sujeito no seio da família e a responsabilidade desta junto aos filhos. Igualmente, pesquisamos sobre as atribuições da escola, do professor e do Estado na formação educacional dos cidadãos.

No segundo capítulo, trabalhamos a visão hegeliana na dimensão social da educação nos campos da moralidade, eticidade e qual a relevância desse setor no despertar da consciência do discente para a vida em sociedade, para sua liberdade e a dos outros. Além disso, tratamos das três figuras da eticidade e seu combate ao preconceito, nas quais buscamos as bases na filosofia hegeliana, em conjunto com a legislação educacional e com os fundamentos para se formar indivíduos numa construção justa para todos, sem ódio, sem discriminação, sem aniquilação das diferenças.

No terceiro capítulo, realizamos a outra parte de nossa pesquisa por intermédio de uma intervenção. Ela foi fundamentada com a perspectiva de Hegel sobre o ensino de Filosofia a partir da História da Filosofia, em que de modo simultâneo, ensina-se tanto a filosofar como

também sobre temas já refletidos ao longo da história. Temas que tanto aprofundam as questões, quanto originam outras. Utilizamos como recurso didático principal uma história em quadrinhos; as charges e os textos entraram como recursos auxiliando o primeiro, para uma melhor assimilação e compreensão do conteúdo trabalhado na sala aula junto ao estudante. A escolha do tema deu-se por acreditarmos que a política e alienação fazem parte da vida humana ao longo de toda a sua caminhada e que, partindo dessa afirmação, a educação tem papel fundamental para a formação do indivíduo. Logo, é através do ensino de Filosofia que ele poderá efetivar, de forma consciente, sua liberdade no coletivo, no reino espiritual da eticidade e por meio de um Estado de boas leis e instituições.

2 OS RESPONSÁVEIS PELA EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS PEDAGÓGICOS DE HEGEL

Veremos nesse capítulo os principais responsáveis pela educação em Hegel.

2.1 A EDUCAÇÃO COMO SEGUNDO NASCIMENTO DO INDIVÍDUO

Para Hegel, o ser humano nasce duas vezes, uma no seio da natureza, da mesma forma que os outros animais; a segunda, no mundo espiritual. Mas, para vir a existir no mundo do espírito, ele precisa se elevar para além de sua subjetividade material instintiva. Segundo o filósofo, “O homem surge após a criação da natureza e constitui o oposto do mundo natural. É o ser que sobe ao segundo mundo. Temos em nossa consciência universal dois reinos, o da natureza e o do espírito” (HEGEL, 1982, p. 59, **tradução nossa**)².

O ser humano no meio natural, onde possui sua origem, age em conformidade com os seus instintos, desejos, tendências, entre outros. Nesse lugar e momento, o indivíduo, podemos dizer, é semelhante ao animal. “Portanto, o Estado natural é antes um Estado de injustiça, violência, de impulsos naturais bravios, de defeitos e emoções bárbaros” (HEGEL, 2001, p. 92).

O primeiro nascimento do homem é o seu surgimento no mundo natural, na natureza propriamente dita. É nesse lugar que o indivíduo possui sua existência e procede segundo suas relações vitais, entre outras não menos necessárias. Assim, “uma primeira olhadela na história nos convence de que as ações dos homens emanam de suas necessidades, suas paixões, seus interesses, suas qualidades e seus talentos” (HEGEL, 2001, p. 66). O homem também interage de acordo com suas tensões, paixões, emoções e outros sentimentos com os outros seres humanos, ou melhor, com o universo natural de forma genérica. O sujeito, nessa condição, é analisado por Hegel, em muitos aspectos, ao homem no Estado de natureza de Hobbes. Conforme Kozen:

Segundo Hegel, Hobbes mostrou que, no Estado de natureza, “o ser humano se comporta segundo sua naturalidade” (*der Mensch nach seiner Natürlichkeit sich benimmt*), a saber, que “ele se comporta segundo os desejos, as inclinações, etc.” (*benimmt er sich nach den Begierden, Neigungen usf.*). Trata-se de aspecto que Hegel reitera em praticamente todas as suas obras em que fala sobre a natureza humana, mas sem citar propriamente Hobbes. [...] Além disso, Hegel ainda fala da chamada “igualdade natural” (*natürliche Gleichheit*) dos seres humanos, citando, a princípio, literalmente Hobbes que usa a mesma expressão (*natural equality*) (KOZEN, 2016, p. 133).

² No original: “El hombre aparece después de la creación de la naturaleza y constituye lo opuesto al mundo natural. Es el ser que se eleva al segundo mundo. Tenemos en nuestra conciencia universal dos reinos, el de naturaleza y del espíritu”.

Nesse Estado natural, os indivíduos não possuem a uniformidade de pujança e ação. Porém, por outro lado, possuem uma igualdade originária e em situações extremas, essa equivalência de origem, dá condições para que a aniquilação da vida seja possível por ação de um ser humano contra o outro. A partir disso, verificamos que qualquer indivíduo possui o poder de ação para aniquilar a vida, o pior dos males, como também de causar ao semelhante qualquer outra espécie de mal, ou violência. Nas palavras de Hobbes:

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo do que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isto em conjunto, a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo (HOBBS, 1997, p. 108).

Compreendemos que no reino natural não existe o mais forte de todos, ou o mais poderoso, e muito menos o mais fraco dos homens. Nesse estado da condição humana, os indivíduos são iguais por natureza. Kozen (2016, p. 133), ao expor o pensamento de Hegel, afirma que:

“Os homens, apesar da total desigualdade de forças, possuem, porém, também uma *igualdade* natural”; isto ele [Hobbes] mostra a partir de um fundamento particular, a saber, porque “qualquer um pode matar o outro”, qualquer um pode [exercer] a violência extrema sobre o outro. “Qualquer um pode [exercer] este [ato] supremo” {*De Cive*, c. 1, § 3, p. 4.}. Sua igualdade vem, assim, não da força suprema, não é fundamentada, como nos tempos modernos, na liberdade do espírito, na igual dignidade, na autonomia, porém na igual fraqueza dos homens; qualquer um é um fraco frente ao outro.

O medo da violência e, principalmente, da morte, é algo recíproco entre os seres humanos no estado natural. Uma das consequências desses pavores é a formação da desconfiança e a guerra de todos contra todos. No mundo da natureza, todos são inimigos uns dos outros. A guerra é generalizada, pois cada indivíduo irá impor-se aos demais por meio do medo, selvageria e da morte a sua vontade. Contudo, por outro viés, ele também sofrerá do mesmo mal que impõe; pois nessas circunstâncias, todos são vítimas e algozes quase que ao mesmo tempo. Podemos observar isso no texto de Hobbes, na obra *Leviatã*:

Portanto se dois homens desejam a mesma coisa, ao mesmo tempo, que é impossível ela ser gozada por ambos, eles tornam-se inimigos. E no caminho para seu fim (que é principalmente sua própria conservação, e às vezes apenas seu deleite) esforçam-se por se destruir ou subjugar um ao outro e disto se segue que, quando um invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único outro homem, se alguém planta, semeia, constrói ou possui um lugar conveniente, é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo, não apenas do fruto de seu trabalho; mas também de

sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros (HOBBS, 1997, p. 107).

Diante de toda essa análise, Hegel, nas *Lições da Filosofia da História* (1982), trata sobre a necessidade do ser humano sair do Estado natural, que é o reino do terror, para transfigurar sua primeira natureza em uma segunda, pois esta última pertence à dimensão espiritual. O próprio Kozen assevera que Hegel, na *Filosofia do Direito*, fala da necessidade do ser humano:

[...] desenvolver sua “segunda natureza” (*zweite Natur* - § 4 e § 151), a saber, a sua “natureza do espírito” (*Natur des Geistes* - § 4 A), não ficar nos meros “desejos e impulsos [ou instintos]” (*Begierden und Triebe* - § 5 e § 11), nas meras “inclinações” (*Neigungen* - § 11). Para ele, convém “converter [ou transformar] a primeira natureza para a segunda natureza espiritual”, pois “a primeira natureza do homem é seu ser imediato, animal” (KOZEN, 2016, p. 136-137).

Portanto, se o homem permanecer nessa imediatez do ser natural, não terá sua existência diferente do animal, pois este já é o que deve ser. Viver apenas para satisfação dos instintos, desejos, inclinações e emoções, não é viver de acordo com o que o ser humano deve ser (indeterminado, universal). O homem é um ser, é de natureza espiritual “é um ser pensante; mas pensar é saber sobre o universal” (HEGEL, 1982, p. 63, **tradução nossa**³). O animal já vive a plenitude de sua natureza no reino da natureza. Tudo que precisa, por instinto, para sobreviver, já está em si. Sua formação para existir e remanescer diante do que necessita se dá na própria relação com o meio em que vive. Por ser um ser também de natureza espiritual, o indivíduo carece de se elevar até o plano do espírito. Pois, o ser humano é espírito e deve ser e existir como tal. Por essa razão, o indivíduo não deve viver determinado como animal:

Na verdade, Hegel insiste continuamente que o homem, enquanto dotado de espírito, se caracteriza por sua ruptura com o imediato e o natural. Tanto a espécie quanto o indivíduo humano começam a existir como “espírito” ou “natural”. Mas enquanto o animal é por natureza como deveria ser, o homem, ao contrário, não é. Somente a formação e a educação tornam o homem como ele deve ser. É por isso que Hegel se refere à educação como uma espécie de segundo nascimento. Diante do caráter estático da natureza, o espírito precisa de educação para alcançar sua verdadeira realização (GINZO 1991, p. 33-34, **tradução nossa**⁴).

Na natureza o animal já é; contudo, o humano ainda não, por isso deve romper com

³ No original: “es un ser pensante; pero pensar es saber de lo universal”.

⁴ No original: “En efecto, Hegel, insiste una y otra vez en que el hombre, enquanto dotado de espíritu, se caracteriza por su ruptura con lo inmediato y lo natural. Tanto la especie como el individuo humano comienzan existiendo como “espíritu” u “naturales”. Pero si bien el animal es por naturaleza tal como debe ser, el hombre, por el contrario, no lo es. Sólo la formación y la educación hacen al hombre tal como debe ser. Por eso se refiere Hegel a la educación como a una especie de segundo nacimiento. Frente al carácter estático de la naturaleza, el espíritu necesita de la educación para alcanzar su auténtica realización”.

sua natureza animal, buscando o universal, que é o convívio ético com os seus semelhantes. O filósofo do absoluto assegura que:

O que o homem realmente é, ele deve ser idealmente. Conhecendo o real como ideal, deixa de ser algo natural, deixa de ser dado apenas às suas intuições e impulsos imediatos, à satisfação e produção desses impulsos. A única coisa que você sabe sobre isso é que suprime seus impulsos. Coloca o ideal, o pensamento entre a violência do impulso e sua satisfação. Ambas as coisas estão unidas no animal, o que por si só não rompe essa união (que só pode ser rompida pela dor ou pelo medo). No homem, o desejo existe antes (ou sem) satisfazê-lo. Podendo reprimir ou deixar correr seus impulsos, trabalha o homem de acordo com os fins e se determina de acordo com o universal. O homem deve determinar qual deve ser o seu fim, podendo propor como fim último o totalmente universal (HEGEL, 1982, p. 63-64, **tradução nossa**)⁵.

A educação, meio para o indivíduo atingir sua natureza espiritual, instrumentaliza o ser humano para conhecer e compreender cada vez mais a natureza e a manifestação dos seus fenômenos. Identicamente para o conhecimento do espírito humano em suas dimensões culturais, sociais e de relações com outros seres vivos e eventos físicos (reinos animal, vegetal e mineral), entre outros. Ao olharmos para a história da humanidade, constatamos o contínuo desenvolvimento da ciência e as possibilidades que esse meio do saber tem nos proporcionado em vários campos de nossas necessidades (HARARI, 2020)⁶. É essa compreensão do saber que gera as relações, interações, ações e modificações do ser humano sobre a natureza, além do mais, a importância do convívio ético e moral entre os indivíduos em sociedade dá-se pela educação (*Bildung*)⁷. É por essa formação que o homem toma consciência de si e compreende que não é apenas um animal (ser pensante), mas um ser espiritual, indeterminado e universal. Novelli acredita que:

A educação é o meio pelo qual o homem supera o Estado de natureza o qual não pode perder de vista porque é a referência para a superação. Tanto a natureza quanto a educação são ressaltadas, acentuando a tensão entre ambas. [...] O homem existe

⁵ No original: “Lo que el hombre es realmente, tiene que serlo idealmente. Conociendo lo real como ideal, cesa de ser algo natural, cesa de estar entregado meramente a sus intuiciones e impulsos inmediatos, a la satisfacción y producción de estos impulsos. La prueba de que sabe esto es que reprime sus impulsos. Coloca lo ideal, el pensamiento entre la violencia del impulso y su satisfacción. Ambas cosas están unidas en el animal, el cual no rompe por sí mismo esta unión (que solo por el dolor o el temor puede romperse). En el hombre el impulso existe antes que de que (o sin que) lo satisfaga. Pudiendo reprimir o dejar correr sus impulsos, obra el hombre según fines y se determina según lo universal. El hombre ha de determinar qué fin debe ser el suyo, pudiendo proponerse como fin concluso lo totalmente universal”.

⁶ Yuval Noah Harari é o escritor das obras *Sapiens* (best-seller internacional), *Homo Deus* e *21 Lições para o Século 21*. Natural de Israel, professor universitário de história na Universidade Hebraica de Jerusalém.

⁷ De acordo com o Dicionário de Filosofia a palavra formação, no sentido pedagógico e filosófico, significa *Bildung*, na língua alemã. *Bildung* significa o processo de educação dentro da cultura. Ainda, segundo o dicionário Hegel, Inwood informa que J. Moser deu-lhe o sentido de educação, cultura e cultura, como desenvolvimento e resultado. Não obstante, Silva, na obra Hegel e a Educação, *Bildung* é a resultância do aperfeiçoamento subjetivo que se constituiu em uma construção ética e moral do indivíduo dentro de uma cultura.

entre a determinação do natural e a indeterminação do espírito. A naturalização do espírito e a espiritualização da natureza são totalizações pelas quais o homem avança para além do imanente. A natureza está marcada pelo dever ser enquanto o homem situa-se no poder ser. A educação potencializa a dinamicidade do espírito frente à natureza que, cabe repetir, deve ser objeto de ruptura para o homem. Este deve impor limites à natureza para assim contribuir também para a transcendência da mesma. [...] A sociedade representa um avanço gigantesco do homem em relação à natureza e, socialmente, faz-se necessário o estabelecimento de condutas que sejam passíveis de serem assumidas por todos (NOVELLI, 2001, p. 79).

O indivíduo que recebe a formação ética, geralmente, age de acordo com a universalidade, já que transcedeu o seu estado natural. Esse proceder universal direciona suas ações para a coletividade de modo consciente, porque se reconhece como membro de uma comunidade social. Hegel ainda reflete sobre isso:

Aqui, por outro lado, do ponto de vista ético, a vontade existe como vontade do espírito e tem um conteúdo substancial, que lhe corresponde. Pedagogia é a arte de tornar os homens éticos; considera o homem como natural e mostra-lhe o caminho para nascer de novo, para transformar sua natureza primeira em uma segunda natureza espiritual, de modo que o espiritual se torne um hábito. Nele, a oposição da vontade natural e da vontade subjetiva desaparece e a resistência do sujeito é superada. O hábito pertence ao pensamento ético e filosófico, pois exige que o espírito seja educado contra as ocorrências arbitrárias e que estas sejam vencidas e superadas para que o pensamento racional tenha um caminho livre (HEGEL, 1999, p. 272, **tradução nossa**)⁸. Se você relacionou nas Ref. Bibliog. uma edição em português convém sempre citar a partir dela, quando não deve justificar o uso de outra tradução. Observar também que as citações da Filosofia do Direito devem indicar o §.

Para ele, o ser humano deu lugar a sua segunda natureza, porque o agir ético é a atuação universal como prática habitual. Consciente de sua educação moral e desse lugar e momento, o sujeito existe e coexiste, bem como interage, visando o bem da comunidade. A vida em coletividade é a vivência no reino do espírito. Hegel fala que

na identidade simples com a efetividade dos indivíduos, o ético aparece como modo de ação universal deles – como costume, - o hábito deles como uma segunda natureza, que é posta no lugar da vontade primeira meramente natural, e são alma, a significação e a efetividade que penetram o seu ser aí, o espírito vivo e presente enquanto mundo, cuja substância somente é assim como espírito (HEGEL, 2010, p. 171-172).

A educação é o segundo nascimento do ser humano, ela contribui para que possa transformar sua primeira natureza em uma segunda (natureza espiritual). Consciente de que é

⁸ No original: “Aquí en cambio, desde el punto de vista ético, la voluntad existe como voluntad del espíritu y tiene un contenido sustancial, que le corresponde. La pedagogía es el arte de hacer éticos a los hombres; considera al hombre como natural y le muestra el camino para volver a nacer, para convertir su primera naturaleza en una segunda naturaleza espiritual, de tal manera que lo espiritualmente se convierta en un hábito. En él desaparece la contraposición de la voluntad natural y la voluntad subjetiva y es superada la resistencia del sujeto. El hábito pertenece tanto a lo ético como al pensamiento filosófico, pues éste exige que el espíritu sea educado contra las ocurrencias arbitrarias y que éstas sean derrotadas y superadas para que el pensamiento racional tenga el camino libre”.

um ser dotado de espírito, passa a compreender que é um ser que pensa, tomando conhecimento de si mesmo no tempo, no espaço, nas suas relações, nas ações, nas interações, consigo mesmo, com os outros semelhantes, com os reinos (vegetal e mineral), etc. Ademais o indivíduo é um ser que conhece e produz conhecimento. Por isso, a educação, em sua totalidade, em conformidade com as dimensões do espírito humano, geralmente, garante “todos os sucessos do homem, todas as ciências e todas as artes, se estiverem devidamente fundamentadas, não terão senão outra finalidade que nos humanizar, isto é, converter em humano o não humano ou o semi- humano” (HERDER apud NOVELLI, 1970, p. 27).

2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Para Rosenfield, Hegel define família como:

[...] uma instituição ética ao lado da sociedade civil-burguesa e do Estado, fazendo parte das relações propriamente institucionais, religiosas, e de valores. A família faz parte da “Eticidade”, sendo um esteio de relações humanas baseadas no amor, na efetividade, no sentimento coletivo, na hierarquia, no respeito, na educação, no patrimônio familiar (HEGEL apud ROSENFELD, 2010, p. 11).

Diante dessa definição verificamos a importância do amor e da educação como fundamentos das relações familiares. Isso não quer dizer que os outros princípios apontados por Hegel não tenham relevância. No entanto, tratemos aqui apenas desses dois – amor e educação – por serem as bases desse subcapítulo.

A família é determinada pelo amor, em que o indivíduo tem a autoconsciência de sua individualidade, enquanto essência, vindo a ser em si e para si com a finalidade de não ser mais uma pessoa para si próprio, mas como membro. Segundo Hegel:

A família, enquanto substancialidade imediata do espírito tem por sua determinação sua unidade sentindo-se, o amor, de modo que a disposição de espírito é ter a autoconsciência de sua individualidade nessa unidade enquanto essencialidade sendo em si e para si, a fim de ser nela não uma pessoa para si, porém como membro (HEGEL, 2010, p. 174).

A família efetiva-se em três prismas: “na figura do seu conceito imediato, enquanto casamento, no ser aí exterior, a propriedade e o bem da família, e do cuidado desses, no cuidado dos filhos e na dissolução da família” (HEGEL, 2010, p. 174).

O casamento possui, em si, uma relação com princípios morais presentes, como também o instante da existência instintiva natural em que a efetividade do gênero humano se processa e se perpetua. Contudo, nessa complexa interação dinâmica de relações na unidade dos gêneros, ocorre a unicidade espiritual que é o amor consciente de si. Assim, o casamento,

enquanto relação ética imediata contém primeiramente, o momento da vitalidade

natural e, de fato, enquanto relação substancial, a vitalidade em sua totalidade, a saber, como efetividade do gênero e de seu processo [...] Mas, em segundo lugar, a unidade dos sexos naturais, que é apenas interior ou sendo em si, e precisamente com isso apenas exterior em sua existência, é, na autoconsciência, transformada numa unidade espiritual, no amor autoconsciente (HEGEL, 2010, p. 174-175).

A família é determinada pelo amor e em razão desse poderoso sentimento, o indivíduo toma consciência de sua singularidade com a do outro, dessa maneira ele não se sente preso e abandonado em si mesmo, mas atinge a consciência de si mesmo, alargando o seu ser em si mesmo, e se reconhece em uma unicidade com o outro. E o outro, no mesmo processo com ele, ambos em uma mesma unidade de autorreconhecimento. Assim,

amor significa consciência da minha unidade com o outro, de modo que não fico isolado por mim mesmo, mas alcanço minha autoconsciência abandonando meu ser por si mesmo e me conhecendo como minha unidade com o outro e unidade do outro comigo (HEGEL, 1999, p. 277, **tradução nossa**)⁹. §?

Para o filósofo do absoluto, o amor possui dois momentos. Em um primeiro instante, o sujeito não deseja ser autônomo em si mesmo, pois se fosse, viveria destruído e inacabado. Em outro momento subsequente, esse mesmo ser humano se conquistou no outro e tem valor nele. O mesmo ocorre com a outra consciência nesse processamento das relações no amor. No primeiro momento desse sentimento, Hegel ressalta que “o primeiro momento no amor é que eu não quero ser uma pessoa independente para mim e que se eu fosse, me sentiria carente e incompleto” (HEGEL, 1999, p. 277, **tradução nossa**)¹⁰. Quanto ao segundo, o pensador alemão refere-se “o segundo momento consiste em que me conquisto na outra pessoa e valho a pena nela, o que acontece com esta por sua vez em mim” (HEGEL, 1999, p. 277, **tradução nossa**)¹¹.

É nessa relação dinâmica do amor entre dois seres humanos, que se constitui a base da família, na qual esta última [...] “é a primeira raiz ética” (BARBOZA, 2007, p. 104), assim como [...] “el amor es sentimiento, es decir, la eticidad en la forma de lo natural” (HEGEL, 1999, p. 277). Verificamos, a partir disso, que tanto o amor e a família são os pilares da eticidade em Hegel.

É pela existência desse sentimento de ternura e bem-querer na família que é gerada a unicidade espiritual na forma do conceito. Para Barboza (2011, p. 33) “é o amor presente na

⁹ No original: “amor significa conciencia de mi unidade con otro, de manera tal que no estoy para mí aislado, sino que consigo mi autoconciencia al bandonar mi ser por sí y saberme como unidad mía con el otro y unidad del otro conmigo”.

¹⁰ No original: “el primer momento en el amor es que no quiero ser una persona independiente para mí y que si lo fuera me sentiría carente e incompleto”.

¹¹ No original: “el segundo momento consiste en que me conquisto a mí mismo en la otra persona y valgo en ella, lo cual le ocurre a ésta a su vez en mí”.

família que faz os cônjuges formarem uma unidade espiritual de modo conceitual”.

Nessa relação que possui seu fundamento no amor e que por consequência constitui a família, os sujeitos estão juntos por livre arbítrio. O sentir de amorosidade e de afeto não configura como autoridade, porém, como pura liberdade. A formação de uma família por partes desses indivíduos tem como o princípio o amor de um pelo outro. Então Barboza ressalta:

É essa relação de amor que compõe a família e, conseqüentemente, o indivíduo se constitui também por esse amor. Não cabe aqui o amor como poder. O casal escolhe livremente estar junto. Não cabe, portanto, a coerção nem deve ser compreendido como negação da liberdade, posto que a presença do outro é livre e espontânea (BARBOZA, 2011 p. 32).

Esse sentimento, por se alicerçar no racional, forma a personalidade de moralidade nos indivíduos dentro da família, nas diferentes formas de convívio e civilidade. Barboza (2011, p. 32) exprime que “em nossa compreensão, esse amor tem razão e se funda na racionalidade, que se irradia entre todos os seus membros e, desse modo, modela o caráter de cada um nos diversos modos de convivência e sociabilidade”.

O amor é para Hegel, a reconhecimento entre os sujeitos da relação, já que nenhum é subserviente ao outro. Por conseguinte, cada um, continua com sua individualidade, sendo e estando em si mesmo, em sua liberdade. Porque, além do amor ser reconhecimento, também é liberdade, generosidade e interdependência. De acordo com Barboza (2011 p. 32):

O amor em Hegel é reconhecimento, uma vez que pressupõe uma relação, em que a outra pessoa é realmente outra e não perde a sua identidade, pois esse amor não subjuga, se reconhece no outro. O amor exige a liberdade, e não a escravização: o outro não deve ser servo, mas indivíduo. O amor pleno e maduro é livre e generoso, fundando-se na reciprocidade.

A família, por ter seu alicerce nesse sentimento de afeto e reconhecimento entre seus membros, possui em sua sustentação a moralidade e a liberdade e por isso não impera apenas o desejo sexual. Pois, se assim fosse, a instituição familiar estaria apenas na “[...] representação habitual de um estado de natureza e de uma naturalidade do direito e a falta de fundamento no conceito da racionalidade e da liberdade” (HEGEL, 2010, p. 180). Hegel conclui essa questão expondo que a formação da família “[...] é uma ação ética da liberdade, não uma união da naturalidade imediata e de seus impulsos, com isso contradiz também o sentimento natural verdadeiro” (HEGEL, 2010, p. 180).

A unidade familiar só se torna subsistente para si com os filhos, pois estes são os frutos do seu amor. A criança é o resultado da afetuosidade, sentimento que se materializou como vida. E esse novo ser é a representação do amor de dois seres humanos. Nas ideias de

Hegel,

a unidade do casamento, que enquanto substancial é apenas intimidade e disposição de espírito, mas que, enquanto existente, é separada entre os dois sujeitos torna-se com os filhos, enquanto unidade mesma, uma existência sendo para si e objeto que eles amam como seu amor, como seu ser-aí substancial (HEGEL, 2010, p. 182).

A união do amor entre a mulher e o homem só se torna concreta com o surgimento dos filhos, pois sem eles, a relação desse sentimento continua na abstração. Apenas com os filhos, dado que estes possuem a condição da objetivação do amor, o casal atinge a concretização total da unidade:

A relação amorosa entre homem e mulher ainda não é objetiva, pois embora o sentimento seja a unidade substancial, ele ainda não possui objetividade. Os pais só o conseguem com os filhos, naquilo que têm diante de si a totalidade da união (HEGEL, 1999, p. 291, **tradução nossa**)¹².

Os pais possuem a responsabilidade de prover as necessidades de suas crianças com os recursos que a família tem, visto que é direito dos filhos serem sustentados por seus genitores. Mas, por outro lado, a prole deve obediência e respeito aos pais, bem como submeter a sua liberdade aos mesmos. Hegel assevera:

Os filhos têm o direito de ser sustentados e educados com o patrimônio familiar comum. O direito dos pais aos serviços dos filhos, enquanto serviços, funda-se e se delimita ao que tem de comum o cuidado da família em geral. Igualmente o direito dos pais sobre o arbítrio dos filhos determina-se pelo fim de mantê-los e educá-los na disciplina (HEGEL, 2010, p. 182).

A família é o primeiro ciclo comunitário em que a criança é inserida. E nela se inicia o transcurso educativo. O desenvolvimento dessa formação vai tornando o pequeno indivíduo sabedor dos seus direitos e deveres, também servirá para orientar seus pensamentos e atos nos primeiros momentos dentro da comunidade familiar e depois perante a sociedade. Consoante Barboza:

É em seu interior que começa o aprendizado de deveres e direitos que servem para pautar condutas e maneiras de se relacionar entre eles. Isso constitui a família, que se desenvolve como se fosse um processo circular, uma vez que a conduta de um influi na dos demais. Não se pode ignorar, portanto, que exista uma pressão interna, originada pela evolução de seus próprios membros (BARBOZA, 2011, p. 41).

Os pais devem retirar suas crianças da condição de subjetividade natural através da disciplina e da educação. O rebento, na condição do mundo natural, anseia pela realização dos seus desejos, sejam instintivos ou de outra natureza. Nesses momentos, ele age com birra, teimosia e capricho, pois esses desejos não permitem que os pequenos descendentes sejam

¹² No original: “La relación de amor entre el hombre y la mujer no es todavía objetiva, pues aunque el sentimiento es la unidad sustancial, ésta no tiene aún ninguna objetividad. Los padres sólo la alcanzan con los hijos, en lo que tienen ante sí la totalidad de la unión”.

orientados pelo raciocínio e por representações da eticidade. Tal como não permite o reconhecimento do outro em sua liberdade, por sentir, pensar e agir através da aspiração instintiva, para submeter tudo e a todos à satisfação de sua vontade. Silva ainda afirma que:

Uma vez que o instinto natural humano não inclina um indivíduo a reconhecer os demais como seus semelhantes, mas sim a buscar uma liberdade que envolve a negação da liberdade dos outros, para que a verdadeira liberdade seja obtida, para que cada um dos seres humanos possa verdadeiramente se reconhecer como um ser livre, é preciso que ele reconheça os demais como seres livres (SILVA, 2010, p. 80).

Esse é mais um dos motivos dos genitores disciplinarem e educarem seus descendentes. Nas palavras de Rosenfield (1995, p. 161), “Hegel acredita que é graças à disciplina que nascem o respeito e a subordinação dos adultos, e mais tarde, a subordinação dos princípios da vida ética, às condições efetivas da liberdade”. Para quando adultos, possam reconhecer e serem reconhecidos em sua liberdade e no convívio social. Sobre disciplina, também declara Silva:

Nessa medida, mostram-se de capital importância a educação e a disciplina das crianças, e a família se apresenta neste contexto como desempenhando um papel fundamental para que ocorra o reconhecimento da liberdade, uma vez que será através da mediação dos pais que as crianças abandonarão aqueles instintos naturais que prejudicam o processo de reconhecimento (SILVA, 2010, p. 80).

Novamente em Silva:

A disciplina visa a construir a verdadeira autonomia, aquela cuja singularidade não impera os instintos e paixões naturais, mas que deve ser regida pelas normas éticas da realidade sociopolítica moderna, que expressam o próprio desenvolvimento racional do espírito. Então, precedendo a vida escolar, a educação familiar é a base da formação educacional do cidadão (SILVA, 2013, p. 76-77).

Hegel conclui a importância da disciplina como sendo parte integrante da educação infantil, porque através dela a criança deve ser retirada da condição do desejo imediato. O filósofo alemão também assegura que “um momento fundamental da educação é a disciplina, que tem o sentido de quebrar a obstinação da criança para extirpar o que é apenas sensível e natural” (HEGEL, 1999, p. 292, **tradução nossa**)¹³.

Ainda nesse ponto da questão da criança de ser um indivíduo que existe pelos instintos, deduzimos que o ser humano não deve viver como um animal, mas pelo que possui em seu espírito desde o momento de seu surgimento no seio da natureza, ou seja, viver tendo como base a razão. Para Hegel, “o que o homem deve ser não é instintivamente, mas deve adquiri-lo” (HEGEL, 1999, p. 292, **tradução nossa**)¹⁴. Por isso, a criança deve ser orientada e

¹³ No original: “un momento fundamental de la educación es la disciplina, que tiene el sentido de quebrantar la obstinación del niño para extirpar lo meramente sensible y natural”.

¹⁴ No original: “lo hombre debe ser no lo es por instintos, sino que debe adquirirlo”.

formada pelo que é de natureza espiritual e racional. Hegel diz que é “direito da criança de ser educada” (HEGEL, 1999, p. 292, **tradução nossa**)¹⁵.

A criança deve ser educada com amor e respeito por seus pais. Essa formação fundamentada no carinho e afeto, tem como finalidade introduzir nesse pequeno ser humano a compreensão do valor de uma conduta ética. E, então, quando o indivíduo atingir a maioridade, poderá agir e pensar orientado pela razão. A respeito dessa formação ainda na infância, Barboza certifica:

A importância da condução dessas crianças para o mundo é a forma determinante para a formação delas, que vão, assimilando os ensinamentos que receberam na infância e que, segundo Hegel, deve ser de amor e respeito, levando-as a um comportamento ético, revelando-se, posteriormente, no seu comportamento adulto, guiado pela racionalidade (BARBOZA, 2011, p. 46).

Nos primeiros momentos de sua existência, o ser humano necessita estar envolvido em um círculo de amor, carinho, segurança e confiabilidade. Logo, a presença da mãe é fundamental, tanto para os cuidados, como também para ensiná-lo. Por estar a criança nessa fase sob os domínios dos instintos naturais, na qual é pura sensibilidade, é essencial a educação maternal, que será introduzida nos filhos por meio da sensação. Nesse momento, a mãe irá interagir e se comunicar com a criança por meio de atos que produzam sensações. A formação ética do indivíduo se dará através do processo de percepção sensível. Hegel diz:

Em sua infância, o homem deve se mover no círculo do amor e da confiança, e o racional deve aparecer nele como sua subjetividade mais adequada. No primeiro período, a educação da mãe é importante, sobretudo, porque a ética deve ser implantada na criança na forma da sensação (HEGEL, 1999, p. 294, **tradução nossa**)¹⁶.

Por outro lado, há a desobediência, que é, também, o desejo de ser grande dos filhos em relação aos seus genitores. Ao desobedecer aos pais, que fazem parte da composição do ético e do racional, a criança se converte em ser humano presunçoso, insolente, leviano e imprudente. Uma reflexão que é claramente dita por Hegel:

A necessidade de obediência dos filhos está ligada ao fato de os pais constituírem o universal e o essencial. Quando a criança não abriga o sentimento de subordinação que dá origem ao desejo de ser grande, ela se torna uma criatura petulante e indiscreta (HEGEL, 1999, p. 292-293, **tradução nossa**)¹⁷.

¹⁵ No original: “en eso se funda el derecho del niño a ser educado”.

¹⁶ No original: “En su niñez el hombre tiene que moverse en el círculo del amor y la confianza, y lo racional debe aparecer en él como su subjetividad más propia. En la primera época es importante sobre todo la educación de la madre, porque lo ético debe implantarse en el niño en la forma de la sensación”.

¹⁷ No original: “La necesidad de obediencia de los hijos está ligada al hecho de que los padres constituyen lo

A falta de resignação e apreço aos pais acrescenta ao filho o desenvolvimento de uma individualidade (personalidade) de má índole, de uma pessoa egoísta e desonesta. Sendo algo prejudicial para a vida familiar e social, tanto para o próprio sujeito, como para outros indivíduos na coletividade. Portanto, os responsáveis não devem deixar os filhos aos prazeres de suas vontades, por serem guiados pelos instintos, paixões e desejos imediatos. Por isso, Hegel chama a atenção:

Se se permite aos meninos fazerem o que lhes apraz, comete-se ainda por cima a tolice de lhes dar de bandeja razões para seus caprichos, e assim se cai na pior maneira da educação; então nasce nos meninos a atividade lamentável de alojar-se no bel-prazer particular, na sagacidade esquisita, no interesse egoísta – (que são) a raiz de todo mal. Por natureza, o menino nem é mau nem bom; pois, para começar, não tem conhecimento do bem nem do mal (HEGEL 1995, p. 306).

Silva, sob a luz de Hegel a respeito da questão da liberdade acentuada, observa:

Todavia, é por ser pensada em sua efetividade sensível que a educação dos filhos para a autonomia redunde em uma problemática de significativa importância, pois a autonomia exacerbada em egocentrismo acarreta danoso individualismo e egoísmo – traços de caráter diametralmente opostos à construção de relações éticas e incompatíveis com uma moralidade efetivamente objetiva (SILVA, 2013, p. 74).

Barboza (2011) ressalta que a família, por se constituir numa pequena comunidade, desenvolve nas relações entre os seus membros intenso movimento e interação, que têm como consequência o desenvolvimento de complexas ligações de convivência. Logo, é nesse convívio, que os integrantes também desenvolvem a consciência sobre seus direitos e deveres.

A constituição da consciência sobre os direitos e responsabilidades junto com as diversas dificuldades internas e externas enfrentadas pela família, tornam-nos seres humanos mais tolerantes, cooperativos e compreensivos uns com outros e isso também irá se propagar na vida em sociedade. Nesse processo, realizado no seio familiar, identificamos a formação de uma consciência que irá pautar nossos pensamentos e nossos atos pela moralidade e ética. Conforme Barboza (2011, p. 41):

[...] como também mudanças que permitem uma adaptação a situações diferentes e servem para fortalecer a unidade entre seus membros, frente a diferenças pessoais, exercitando a tolerância, o apreço e a estima entre as pessoas, que ao mesmo tempo em que estreitam os laços familiares desenvolvem um sentimento moral e ético que os acompanharão em todos os momentos de suas vidas.

Diante do exposto nesse subcapítulo, percebemos que a família possui um papel fundamental na formação do indivíduo, porque é no âmbito familiar que o ser humano recebe, nos primeiros anos de vida, por meio das sensações, as primeiras lições da mãe. Como

universal y lo esencial. Cuando el niño no abriga el sentimiento de la subordinación que hace surgir el anhelo de ser grande, se convierte en una criatura petulante e indiscreta”.

também, com o passar dos anos, por meio do amor e do respeito dos pais, as instruções para formação de uma consciência ética e moral.

E, igualmente, fazendo parte dessa educação, a disciplina e a submissão dos filhos aos seus genitores, os quais têm a finalidade de educá-los para que se tornem seres humanos de caráter, boa índole, verdadeiros cidadãos, conscientes de sua liberdade e reconhecedores da liberdade de outros na vida em coletivo.

Os indivíduos integrantes da família enfrentam uma série de problemas e dificuldades das mais diversas, sendo elas internas e externas. Uma complexa rede de relações e interações, que na maioria das vezes, tornam mais fortes os laços familiares entre os seus componentes e fortes diante da vida. Eles também se transformam em sujeitos mais cooperativos, honestos, compreensivos e tolerantes uns com os outros e na sociedade.

2.3 O PAPEL DA ESCOLA

Para que o homem saia do seu estado de primeira natureza, a fim de viver a plenitude do seu dever de ser, que é o mundo universal da ética e da moralidade, é necessária uma formação que o possibilite alcançar esse universal, esse mundo do espírito ao qual pertence. Com o intuito de se efetivar essa formação, é preciso se pensar em uma escola que possua uma excelente teoria educacional, que possibilite ao indivíduo a realização de sua educação espiritual. Como afirma Nicolau:

Apenas uma teoria da educação que objetiva efetivar os ideais da formação cultural (Bildung) pode fazer do homem o que ele deve ser: um ser que se realiza no ultrapassar do natural para o cultural, ou para o ético. Por isso, uma das principais preocupações deve ser a formulação de um modelo de escola apropriado a esse projeto (NICOLAU, 2015, p. 68-69).

Com o propósito de um povo seguir realizando a sua liberdade por meio de suas instituições, faz-se necessária a frequência do sujeito na escola, pois é o local de aprendizado e de tomada de consciência da vida em coletividade. Geralmente, a exigência é a presença de crianças, ou seja, indivíduos normalmente deixados por pais ou responsáveis, no estabelecimento de ensino, para o início dos estudos. Isso nos leva a reiterar que a educação é um oceano de:

[...] tesouros interiores que os pais dão aos filhos, através de uma boa educação e pela utilização de estabelecimentos de ensino, são indestrutíveis, e mantém o seu valor em todas as circunstâncias; é o melhor e mais seguro bem que podem proporcionar e deixar aos filhos (HEGEL, 1994, p. 76).

A criança é um dos principais seres para a educação e faz da escola um lugar

fundamental para que o sujeito, logo no início de sua existência, inicie o processo de compreensão da importância de uma vida ética entre seus semelhantes. Pois, um ser humano consciente da força de seus atos, contribui para a construção de um Estado em que o cidadão seja livre, um Estado como efetivação da liberdade dos seus cidadãos, através de suas instituições reguladas por leis justas. Hegel fala a respeito disso em uma de suas obras, quando um pai questiona sobre a melhor forma de educar eticamente o filho, e um pitagórico deu a seguinte resposta (também atribuída a outros): “Torná-lo cidadão de um Estado de boas leis” (HEGEL, 1999, p. 274, **tradução nossa**)¹⁸. Desse modo, verifica-se, aqui, a importância da formação se iniciar no período da infância.

Então, a escola deve possuir uma formação que leve o homem de sua condição natural, de seu estado de natureza, ao mundo ético. Também precisa possuir os fundamentos que atendam às necessidades de conhecimento técnico para o trabalho (subsistência), porém, dentro de uma vida ética. Um estabelecimento de ensino que assista o homem em suas dimensões física, espiritual e o eleve ao reino universal do espírito. Conforme Nicolau:

Hegel reconhecia o governo prussiano como responsável pelo “aperfeiçoamento das escolas alemãs”: para o filósofo, na medida em que o governo assume a proposta de reforma, leva em consideração as especificidades da realidade de seu povo, principalmente em sua perspectiva institucional e não apenas teórica, formulando um modelo de escola centrado na formação humanística, progredindo do particular ao universal, esse mesmo governo opta pela efetivação do projeto universal da formação cultural e, conseqüentemente, da vida ética (NICOLAU, 2015, p. 69).

Hegel refere-se como ponto fundamental para essa formação a visão do ser humano em suas dimensões, essa educação humanística, o ensino dos clássicos gregos e romanos. Visto que, para ele, esse conhecimento transmitiria ao estudante a compreensão das ciências e suas práticas, a consciência de cidadania. Essas obras literárias estão apenas no nível de um saber por saber, mas um saber que transcende a natureza do homem como animal para sua natureza espiritual. Elas estão no grau da compreensão. Ainda em sua fala:

Admitamos, porém, como válido que, em geral, é de partir do excelente: então, para o estudo mais elevado a base tem que ser e permanecer, em primeiro lugar, a literatura dos Gregos e, em seguida, dos Romanos. A perfeição e a magnificência destas obras primas deve ser o banho espiritual, o baptismo profano que dá à alma a primeira e indelével tonalidade e cor para o gosto e a ciência. E para esta iniciação não é suficiente uma tomada de conhecimento geral e exterior dos Antigos, mas temos que nos entregar a eles totalmente, para nos embebermos do seu ar, das suas representações, dos seus costumes, e mesmo, se quiser, dos seus erros e preconceitos, e nos sentirmos em casa neste mundo - o mais belo que existiu. Se o primeiro paraíso foi o paraíso da natureza humana, então o segundo, o mais elevado,

¹⁸ No original: “a la pregunta de un padre acerca de la mejor manera de educar éticamente a su hijo, un pitagórico dio la siguiente respuesta (también atribuida a otros): “Haciéndolo ciudadano de un Estado con buenas leyes”.

foi o paraíso do espírito humano, que na sua bela naturalidade, liberdade, profundidade e serenidade, avança como a noiva ao sair dos seus aposentos (HEGEL, 1994, p. 32).

Para Hegel, o ser humano parece ter perdido a grandeza e o belo da vida em comunidade. Comunidade, em que o objetivo da vida dos cidadãos nela inserida, era a realização da liberdade. Essa era para os seus membros, e esses sujeitos eram para ela. Nessa vida em comunhão, o indivíduo buscava o saber e a compreensão sobre si mesmo e sobre a natureza. De acordo com o filósofo da dialética, deve haver a volta dos estudos das obras gregas e romanas, por nelas conterem a beleza, a arte e a cultura desses povos. Tudo que fosse necessário para que o homem voltasse a viver os tempos de glória do espírito humano, estaria contido nesses clássicos. Diante disso, a escola deveria oferecer aos sujeitos conhecimentos e práticas para a sua formação. “Penso que não afirmo demais quando digo que quem não conheceu as obras dos Antigos viveu sem conhecer a beleza” (HEGEL, 1994, p. 32).

Instruir-se nesses saberes e compreensão da vida dos antigos, segundo Hegel, era o mesmo que conhecer, de modo profundo, suas culturas. Inclusive absorver em seu espírito a compreensão do pensar, do sentir e do agir, como se fosse um membro desses povos. Compreenderia em seu espírito a vida em coletividade, o ser cidadão. O filósofo do absoluto diz que “Este gera na alma nele criada um núcleo de um valor independente, fim absoluto, que é o único a constituir a base para a utilidade em vista do todo e que é importante plantar em qualquer Estado social” (HEGEL, 1994, p. 33).

Os conhecimentos contidos nesses escritos antigos alimentariam o espírito dos indivíduos. Logo, eles deveriam ter acesso a tais obras para se exercitar e se alimentar do que é condizente à sua natureza espiritual. Uma vez que, em posse de sua consciência como ser da coletividade, o espírito buscaria viver em conformidade ao que é em verdade, um ser para a vida ética. A história da vida, da arte, do conhecimento e da cultura em geral desses povos antigos já revelou a grandeza do espírito humano. Para o filósofo da *Fenomenologia do Espírito*:

As obras dos antigos contêm, portanto, o mais nobre dos alimentos, na mais nobre forma, as maçãs douradas nas taças de prata, e incomparavelmente, mais do que qualquer outra obra de qualquer tempo ou nação. Basta-me recordar a grandeza dos seus sentimentos, a plasticidade da sua virtude e patriotismo, livres de qualquer duplicidade moral, o grande estilo dos seus feitos e carácter, a variedade dos seus destinos, costumes e leis, para justificar a afirmação que em nenhuma outra cultura esteve unido tanto de excelente, digno de admiração, de original, de multilateral e de instrutivo (HEGEL, 1994, p. 33).

A escola dever ser uma instituição de ensino que promova a formação humanística,

que torne o estudante um cidadão livre e consciente de suas ações para o bem da vida em coletivo, ela não deve ser um laboratório de experiências teóricas e práticas educacionais com fins específicos, que não contemplem apenas o lado espiritual. Contudo, ela deve pensar e efetivar suas práticas pedagógicas visando à formação do ser humano em suas dimensões. Nicolau declara:

O trabalho realizado no Ginásio de Nüremberg não configura, dessa forma, um espaço para o teste de teorias educacionais, mas sim para a consolidação da proposta neohumanista de reforma educacional assumida por Hegel. Eis uma postura importante para que a instituição escolar constitua-se como momento efetivo da formação cultural: não ser uma experiência, mas a objetivação de uma estrutura previamente pensada (NICOLAU, 2015 p. 70).

A escola torna o indivíduo mestre de si mesmo ao libertá-lo do controle e da falsa liberdade. Uma vez que impossibilita o erro da repressão que o domina e anula a possibilidade de deixá-lo livre para a própria compreensão de si mesmo. Esse saber e compreender de seu ser como espírito não é individual, particularizado em seu eu. Porém, dentro de uma coletividade em que reconhece e é reconhecido. O sujeito se sabe com os outros. Nessa liberdade, o ser humano é livre em si e com os outros indivíduos. Aqui, não há anulação nem de um e nem de outro. Ambos são livres justamente na relação da liberdade de uns com os demais. Bourgeois ressalta:

Se a escola pode realizar esse objetivo ao evitar tanto o erro repressivo- controlar o indivíduo sem libertá-lo, para que seja seu próprio mestre – quanto o erro laxista – libertar falsamente o indivíduo impedindo-o de controlar-se em sua espontaneidade – é porque, em seu próprio estatuto de instância educativa real, ela encarna tanto a exigência de liberdade quanto de autoridade (BOURGEOIS, 2004, p. 111).

Por outra perspectiva, não é só a escola que possui a exclusividade do educar. Contudo, é a instituição singular em que sua educação se faz efetivar em si mesma e em outros lugares de ensino, a sua objetividade. Dessa forma, “certamente, a escola não é a única a educar, mas é a única instância educativa capaz de fazer realizar-se nela, e também nas outras instâncias educativas, o objetivo da educação” (BOURGEOIS, 2004, p.111).

Há outras instituições de educação, todavia, só podem concretizar tal formação tendo como fundamento outra instituição que possui, por razão de sua existência, a própria educação, sendo essa, a escola. Bourgeois, em suas reflexões sobre a escola na obra *Atos do Espírito* fala:

Embora reconhecendo os diversos lugares, coextensivos ao espírito objetivo, da educação, Hegel sublinha que eles só podem cumprir o papel pedagógico relativo, fecundados por um meio cuja razão de ser é a própria educação, isto é, pela instituição escolar (BOURGEOIS, 2004, p. 112).

Assim, a escola pode assegurar a verdadeira formação do indivíduo. Uma vez que nem a família, a sociedade ou o Estado são capazes por si mesmos de formar o ser humano para a cidadania. Bourgeois observa que a família educa,

mas apenas por um momento dela mesma, embora este seja o terceiro, isto é, o mais concreto: totalidade fechada sobre si mesma, privada de acréscimo, ela freia tanto o desenvolvimento da singularidade quanto o da universalidade, cuja tensão cultivada somente o processo educativo mobiliza. É então no meio público que esse processo pode fazer desenvolverem-se suas necessárias raízes familiares, nem a sociedade por si mesma tampouco o Estado por si só são capazes, porém, de assegurar uma verdadeira formação (BOURGEOIS, 2004, p. 111).

A escola possui correlação e interação com a vida de modo geral. E tem como sua responsabilidade formar o indivíduo para a existência no mundo. Mundo de pura efetividade de relações humanas, tanto em sociedade na sua completude, como também na busca do conhecimento de seus fenômenos naturais. A vida no mundo que objetiva o universal, exige do homem uma preparação para a convivência, relação, interação e conhecimento para uma existência no ético. Para Hegel:

Por outro lado, a escola tem uma relação com o mundo efectivo, e a sua tarefa é preparar a juventude para o mesmo. O mundo efectivo é um todo consistente, ligado em si mesmo, de leis de organizações tendo como fim o universal. Os indivíduos só valem na medida em que se adequam a este universal e agem em conformidade com ele, e esse mundo não se ocupa dos seus fins, opiniões e mentalidades particulares. [...] Na escola calam-se os interesses privados e as paixões do egoísmo; ela é o círculo onde as ocupações giram, sobretudo à volta de representações e ideias (HEGEL, 1994, p. 64).

Com base na sua perspectiva, a escola realiza a formação dos sujeitos para a aptidão de conhecimentos e práticas para a convivência ética dentro de um povo. Por isso, todo saber, habilidade, a educação, de modo integral, só alcança sua objetividade na vida pública. Fica evidente, aqui, que a escola é essencial na formação educacional do ser humano para a vida em sociedade e para conhecer os fenômenos naturais. Sobre isso, Hegel acredita: “o que se realiza na escola, a formação dos indivíduos, é a capacidade dos mesmos para pertencer a essa vida pública. A ciência, as aptidões que são adquiridas, só atingem a sua finalidade essencial na sua aplicação fora da escola” (HEGEL, 1994, p. 64).

A escola, ao oferecer, consoante Hegel, os conhecimentos necessários para a vida em uma cultura, possibilita ao indivíduo, por meio de suas ações, o agir, tendo como finalidade de seus atos, o universal. Nesse sentido, Hegel acredita que:

[...] a cultura formal também é necessária para a acção ética, pois que faz parte de uma tal cultura a capacidade de apreender de forma correcta o caso e as circunstâncias, distinguir bem as mesmas determinações éticas e fazer delas uma utilização adequada. É esta capacidade precisamente que é formada através do ensino científico, pois este exercita o sentido das relações e é uma permanente

passagem entre a elevação do singular, a ponto de vista universais e inversamente a aplicação do universal ao singular (HEGEL, 1994, p. 60).

São esses saberes adquiridos que permitem ao indivíduo a saída da sua individualidade e de sua natureza imediata, isto é, a saída do círculo das paixões, da ausência de liberdade, das emoções e dos instintos naturais que aprisionam o ser para uma não existência moral na universalidade. Hegel ainda declara:

A formação científica tem que em geral sobre o espírito o efeito de o separar de si próprio, da sua imediata existência natural, da sua esfera sem liberdade do sentimento e do impulso, e de colocá-lo no pensamento, pelo que ele alcança uma consciência sobre as reacções instintivas, de que outro modo necessárias, e através desta libertação torna-se no poder sobre as representações e os sentimentos imediatos, libertação essa que constitui a base da acção moral em geral (HEGEL, 1994, p. 60-61).

É no estabelecimento de ensino que o sujeito participa de uma etapa para a aquisição do saber e da compreensão ética. Onde ele vivencia os períodos de instrução e prática para a sua formação educacional. Nesse lugar de ensino, o estudante experiencia os sacrifícios, as correções e as gratificações de sua dedicação. Instituição em que o ser humano desenvolve em sua personalidade as virtudes éticas e morais. Por conseguinte, para Hegel, a escola é um estágio ético.

A escola não fica apenas por este efeito geral; ela é também um estágio ético particular em que o homem se demora e no qual adquire uma formação prática, habituando-se a relações efectivas. É uma esfera que tem uma matéria e um objecto próprios, os seus castigos e recompensas e que constitui, efectivamente, um degrau essencial no desenvolvimento do carácter ético no seu todo (HEGEL, 1994, p. 61).

A educação escolar pretende levar a união efetiva do homem em comunidade. Por seu intermédio, ele age e transforma o Estado para a realização da liberdade (liberdade e reconhecimento mútuos entre os indivíduos de uma sociedade, de uma cultura). Liberdade que é refletida de um indivíduo para os outros. Espelhamento de liberdades, o qual cada homem reflete no outro sua própria liberdade. Uma das principais metas da instrução educacional dos indivíduos é a unidade real e total da vida no Estado. E a base dessa formação, quase que por uma unanimidade, inicia-se na infância. Assim, Bourgeois esclarece:

A unificação concreta, a totalização efetiva da vida humana, meta da educação, não pode ter como lugar ativo senão a universalidade circunscrita, fechada, da Cidade ou Estado. Se a educação como fato de certo modo natural se enraíza na vida familiar, competem, como tarefa ética e como preocupação à Cidade, em sua realidade ou em sua representação ideal, arrancar o mais cedo possível da primeira, as crianças a formar. O platonismo, mas também o aristotelismo, sublinha a essência cívica da educação, chegando a identificá-la, em seu topo, à própria vida política consumada (BOURGEOIS, 2004, p. 100).

Ainda, seguindo a linha de Bourgeois, a educação tem também entre outros

propósitos, o papel de inserir e engajar o ser humano na arte, na religião e na filosofia; pois esses conhecimentos ampliam a razão e os sentimentos. A razão com a filosofia dá ao homem a compreensão de sua dimensão espiritual e esta também é composta pelos sentimentos de um ser inteligente, que é causa de si mesmo e de tudo que já existiu, existe e virá a existir. A arte, que igualmente compõe a esfera espiritual humana, dá ao indivíduo a consciência da criação, da materialização do seu sentir, de sua relação consigo mesmo, com os outros e com tudo mais que está em relação. Logo, é a escola o fundamento da liberdade do espírito humano, como também sustentação da vida em sociedade.

A escola é, portanto, um lugar essencial do liberalismo sociocultural do Estado, incitado então a cultivar no futuro cidadão o homem que, ao afirmar-se em sua individualidade infrapolítica efetiva ou objetiva, enraíza assim de maneira real a assunção suprapolítica, ideal, do engajamento artístico, religioso e filosófico constitutivo de sua vida absoluta. A virtude libertadora de um tal ensino público deve-se ao fato de a escola atualizar, em seu exercício garantido pela onipotência do Estado, a raiz real da liberdade espiritual, isto é, sua raiz social (BOURGEOIS, 2004, p. 113).

Além de Bourgeois, Nicolau também exprime que para Hegel é dever fundamental do estabelecimento de ensino a responsabilidade de garantir aos indivíduos o saber. Dado que todos os seres humanos têm o direito de receber os conhecimentos necessários, condizentes com a sua natureza espiritual, para a vida no mundo e na coletividade. Sem essa educação, eles não tomam consciência de sua liberdade e nem da necessidade do seu desenvolvimento espiritual. Ele também assegura:

A instituição escolar deve proporcionar a todos a educação, ou seja, deve zelar pelo princípio de publicidade do saber, eis seu propósito. Todos devem receber os meios para aprender o que lhe é essencial como homens e o que lhes é útil para sua condição social, ou seja, o ideal de uma educação para todos, tão em voga no cenário pós-revolução francesa, permanece latente no pensamento pedagógico hegeliano (NICOLAU, 2015, p.71).

Hegel (1994) constatou que com a escola se alargou a formação cultural geral do cidadão. Desse modo:

[...] é assim proporcionado a todos que, como homens, aprendam o essencial e o que é útil para o seu estado social; àqueles que até agora sentiram a falta de algo melhor, o mesmo é-lhes concedido por este meio; àqueles, porém, que para atingirem algo melhor do que o insuficiente ensino geral, apenas podiam recorrer ao meio de cultura indicado, este tornou-se dispensável e é substituído por conhecimentos e capacidades adequados (HEGEL, 1994, p. 30).

A instituição escolar é constituída por partes essenciais que a tornam suas partes integrantes, sendo estas: o ensino das ciências (sua didática e metodologias); a administração;

os funcionários; os estudantes; os pais ou os responsáveis e o lugar físico. A respeito disso, Nicolau diz que

cada ciência teria seu espaço garantido no ambiente escolar, desde que nunca esqueça que é parte de um todo. Da mesma forma, cada setor administrativo, cada função escolar, cada indivíduo da comunidade escolar, possui sua importância no grande conjunto que é a escola (NICOLAU, 2015, p. 75).

Nessa constituição das partes mencionadas, cada uma exerce uma função no funcionamento do todo. Ela, além disso, possui, entre tantas particularidades, as que estão relacionadas às concepções éticas e modos de ação. A escola orienta o estudante em seu agir ético para que atinja a compreensão e assim torná-lo em algo rotineiro. Hegel vai mais além:

[...] há outro aspecto em relação a princípios e formas de agir, quase mais importante, que também pertence à escola, a saber, o aspecto segundo o qual princípios e formas de ação são levados ao espírito, não tanto na reflexão consciente como na medida em que eles são um elemento substancial no qual o homem vive, a que se acomoda e segundo o qual orienta a sua organização espiritual, na medida em que os princípios surgem nele mais como costume e se tornam hábitos (HEGEL, 1994, p. 58).

É essa junção de partes e as singularidades da escola no âmbito das relações de ações éticas entre os seus membros, que a torna um lugar de liberdade. Nela o sujeito inicia sua jornada no processo de formação cultural, auxiliado por essas unidades e especificidades. Hegel conclui também que

o autêntico sinal da liberdade e da força de uma organização consiste em que os diferentes momentos que ela contém se aprofundam em si e perfazem sistemas completos, exercem a sua actividade e vêem-se executá-la sem inveja e sem receio, e em que todos são, por sua vez, partes de um grande todo. Apenas aquilo que se completa separadamente, no seu princípio, se torna num todo consequente; isto é, se torna em alguma coisa – ganha profundidade e a forte possibilidade da multilateralidade (HEGEL, 1994, p. 31).

Ao olhar de Rossato, a educação para o pensador alemão, viabiliza ao aluno a aquisição de consciência dos seus atos. E isso o ajuda a perceber que suas ações não se restringem à limitação da manutenção, de sua sobrevivência como animal, por si mesmo, ou por outra coisa. A consciência traz a liberdade da escolha do agir. Para tanto, o saber da liberdade do ato, também proporciona ao indivíduo, a construção de si mesmo, ao realizar-se como espírito, em um constante vir-a-ser. Seguindo o mesmo raciocínio, Rossato diz:

O homem é o que ele faz de si mesmo. Obviamente não há o controle ou a consciência absoluta de tudo o que o homem possa ser e fazer. As consequências de um ato humano não podem ser previamente determinadas, mas ele se faz segundo sua própria atividade e enquanto resultado da formação educacional que recebeu. Por isso o homem não é, para Hegel, determinado totalmente pela natureza. Ele se constrói e ao fazer isso realiza o espírito, contribui para a formação da cultura de

uma época, o que implica em sua própria realização. A concepção de homem em Hegel indica ser uma contínua passagem, um contínuo vir-a-ser sempre filho de seu tempo, do que o precedeu e do que está por vir (ROSSATTO, 2005, p. 10).

A escola é, igualmente para Hegel, de acordo com Bourgeois (2004), capaz de conceber o que ela deseja gerar, posto que, renova e melhora, simultaneamente, a ideia de liberdade, o todo do espírito e a vida em geral. É o estabelecimento de ensino, por seus fundamentos, que origina o lugar de liberdade.

A escola só pode produzir o que ela quer produzir porque, originalmente, ela é o lugar que atualiza, ao mesmo tempo, a liberdade e a autoridade, o dinamismo social e a regra estatal, a abertura ao progresso cultural e a totalização ordenada do espírito, em suma: a vida e o princípio, ou ainda: o devir e o ser (BOURGEOIS, 2004, p. 114).

Os conhecimentos científicos trabalhados nas escolas não são aqueles saberes separados de si mesmos e nem da vida, e muito menos têm valor, por si sós, em sua individualidade. Bem como não são meros conteúdos apenas para o saber do estudante. Contudo, esses são objetos, conceitos, ideias, condutas morais e preceitos do universal. Com tais saberes, os alunos adquirem as habilidades para por em prática na interrelação de sua singularidade com o coletivo, com o universal. Nas palavras de Hegel:

A natureza do que é aprendido nos estabelecimentos de ensino, desde as primeiras determinações gramaticais, não é uma série de fenômenos sensíveis, singulares, em que cada um valeria apenas para si e seria um mero objeto da intuição e da representação ou da memória, mas é, principalmente, uma série de regras, de determinações, de ideias e leis universais. Nelas a juventude recebe imediatamente algo que pode aplicar assim como a matéria duradoura na qual pode aplicar [essas regras]; instrumentos e armas, para experimentar no singular, um poder de saber lidar com o mesmo. A natureza da matéria e da forma de ensino que não é o imprimir de uma coleção de particularidades, qualquer coisa como um conjunto de palavras e modos de falar, mas uma passagem em que há uma interação entre o singular e o universal, faz da aprendizagem no nosso estabelecimento de ensino um estudar (HEGEL, 1994, p. 46).

A divulgação da sabedoria do conhecimento das ciências tem como finalidade tornar apto o ser humano para sua experiência no mundo da cultura. Portanto, as ciências trabalhadas no recinto de ensino precisam estar dentro de um paradigma que atenta tal propósito, aqui, já tratado, de garantir uma formação para o conhecimento científico e autonomia do estudante para a vida na eticidade. Nicolau ainda ressalta (2015, p. 75) “[...] o objetivo seria preparar o educando para a vivência da formação cultural, um modelo escolar que assegurasse uma educação para a ciência e para a autonomia seria necessário”.

A escola é responsável pela formação do sujeito nas artes da ciência em geral. Na qual, diante das várias incumbências do estabelecimento de ensino, uma delas é a

responsabilidade de garantir ao aluno saber científico e a aquisição de suas competências e habilidades para o cotidiano. Como Nicolau diz que a instituição escolar precisa ter “[...] a garantia do ensino das ‘ciências e a consecução de habilidades e práticas mais elevadas’ aos indivíduos em formação. Caberia à escola a formação científica que cada cidadão deve aprender para sua efetiva participação na vida social” (NICOLAU, 2015, p. 72).

A ciência e os seus saberes fazem parte da vida humana como um todo. Diante de tantos motivos para ensiná-los, um deles é a obtenção do conhecimento por parte do indivíduo, pois a vida do homem exige que ele se relacione e interaja com que é intrínseco à sua própria natureza física e espiritual, como também com os outros seres do mundo (reinos animal e vegetal) e seus fenômenos físicos. Por isso o estudante deve ser introduzido nesse saber, que o habilita para as exigências do mundo da vida. Assim, afirma Nicolau sobre o pensamento de Hegel:

Encontra-se aqui a crença hegeliana de que a ciência não está desvinculada da vida, motivo pelo qual todo cidadão deve dominar-lhe as bases. Na Fenomenologia do Espírito, Hegel já havia informado que a ciência é algo próprio do homem, logo acessível a todos, o que faz o ensino das ciências na escola um dos momentos vitais de uma teoria da educação, logo de um modelo de escola. Nela os indivíduos serão apresentados à ciência (NICOLAU, 2015, p. 73).

De outro ponto de vista, o homem que não venha adquirir o conhecimento das ciências, não tem como realizar a natureza do seu espírito. Assim, a escola é ponte entre os saberes dos fenômenos da natureza e a essência divina do ser humano; que é, entre outras, ser para conhecer. É pela compreensão das ciências que o sujeito se realiza no mundo e em si mesmo. A partir dessas reflexões, Hegel procura ser mais empírico em suas observações:

Se a teoria abstrata da ciência parece não se relacionar bem com a frescura concreta da jovem plenitude de vida, em contrapartida, o homem apercebeu-se do que é apenas sonho e brilho da vida e do que é a sua verdade; ele experimentou que são os tesouros da sabedoria antiga, cedo implantados no seu coração, que nos sustentam em toda a mudança de circunstâncias, que nos fortalecem e suportam; ele experimentou como é grande o valor da cultura em geral, tão grande que um antigo diria que a diferença entre um homem culto e um inculto é tão grande como a diferença entre o homem em geral e uma pedra (HEGEL, 1994, p. 22-23).

O filósofo alemão fala que a instituição escolar está relacionada com a cultura e o mundo a partir de suas interações e relações, é sua responsabilidade capacitar, instruir, transmitir e produzir conhecimentos (teóricos e práticos) para os estudantes a fim de torná-los qualificados para a vida efetiva. Hegel diz que “[...] a escola tem uma relação com o mundo efetivo, e a sua tarefa é preparar a juventude para o mesmo” (HEGEL, 1994, p. 64).

As ciências ensinadas no estabelecimento de ensino devem seguir os princípios dialéticos e dialógicos para que possam auxiliar o sujeito no seu processo de formação e no

convívio em sociedade. Posto que, a convivência social exige dos homens tal educação, assim, afirma o filósofo “o que se realiza na escola, a formação dos indivíduos, é a capacidade dos mesmos para pertencer à vida pública” (HEGEL, 1994, p. 64).

Esses princípios, dialético e dialógico, e os seus conteúdos, possibilitam ao estudante a construção da compreensão do pensamento livre. Algo essencial para a liberdade do ser humano em si mesmo e junto aos seus esforços para tornar a sociedade também mais livre. Outro ponto, não menos importante, para alcançar tal propósito, é a liberdade de cada área do conhecimento das ciências em seus procedimentos, metodologias, práticas pedagógicas, pesquisas e divulgação do saber. Essa mesma visão também é partilhada por Nicolau a partir de Hegel:

[...] centra suas atenções na dialética-dialógica das ciências ou disciplinas curriculares que fornecem o conteúdo necessário à preparação para a complexa vida social que aguarda o indivíduo em formação. Por isso, no âmbito escolar, a liberdade de pensamento surge como condição *sine qua non* da formação cultural, motivo pelo qual a ênfase hegeliana na autonomia das disciplinas curriculares no ginásio desempenha uma função de extrema relevância no processo de formação do indivíduo, já que será o momento de encontro com as ideias e representações que regem a vida pública (NICOLAU, 2015, p. 76).

Para Hegel, o desenvolvimento dos princípios dialéticos e dialógicos nas ciências é algo inerente ao saber em si. A supressão ocorrida no processo de ensino dos conhecimentos científicos possibilita ao estudante a compreensão do relacionar às diversas ciências entre si e suas passagens de uma a outra, como também as suas dinâmicas internas que resultam em sua evolução. A formação para a ciência de acordo com a sua supressão, não é algo sem vida, sem dinamismo. Portanto, inferimos que todo o processo discutido tem também como resultado a interdisciplinaridade. Ainda sobre esse pensamento, Nicolau aborda:

Para Hegel, a relação implica na compreensão positiva da contradição, que é algo intrínseco a toda forma de conhecimento. A supressão (*Aufhebung*) descrita em termos educacionais significa que o educando deve aprender a relacionar os diversos saberes proporcionados pelas ciências, apreendendo a transição de um a outro como um processo de progressão científica. [...] a educação para a ciência implica em um ensino que não é mais estático, pois ocorre por meio de contradições superadas e guardadas, como em um diálogo em que a verdade surge a partir da discussão e das contradições. [...] Hegel formula uma educação dialética, na qual, por sua interdependência, nenhuma das disciplinas curriculares pode existir sem estar em diálogo com as demais. Dessa forma, as disciplinas curriculares devem expressar essa estrutura dialógica por meio da interdisciplinaridade (NICOLAU, 2015, p. 77).

Entre os ensinamentos teóricos e práticos trabalhados na instituição de ensino, estão os que tratam da ética e sua execução prática, tanto no ambiente escolar como na vida social do estudante. Esse saber e sua realização no cotidiano, sendo compreendido pela consciência do

indivíduo, faz parte do seu espírito. Dessa forma, seu espírito age no mundo, tendo como fundamento o ético que, agora é ação habitual e costumeira. Assim, Hegel assegura:

[...] há um outro aspecto em relação a princípios e formas de agir, quase mais importante, que pertence à escola, a saber, o aspecto segundo o qual princípios e formas de ação são levados ao espírito, não tanto na reflexão consciente como na medida em que eles são um elemento substancial no qual o homem vive, a que se acomoda e segundo o qual orienta a sua organização espiritual, na medida em que os princípios surgem nele mais como costumes e se tornam hábitos (HEGEL, 1994, p. 58).

O convívio do estudante com os outros no ambiente escolar o ajudará a compreender as regras de convivência e esse estabelecimento de ensino será oportunizado ao discente a interação e relação com os outros (tanto com os alunos, como com os funcionários da escola em geral). Na escola, o aluno compreenderá a necessidade do respeito, da credibilidade e da esperança nos outros e em si mesmo, ao refletir as semelhanças que possui com os quais convive. A respeito dessa interação com os demais, Nicolau acrescenta:

O indivíduo em formação é estimulado a realizar a necessária passagem do singular ao universal, aqui representado pela comunidade de educandos, no qual aprenderá a respeitar aos outros, que de início lhe são estranhos, mas nem por isso detentores de menor respeitabilidade e confiança (NICOLAU, 2015, p. 75).

Um dos pontos que justifica os ensinamentos e práticas para a educação do sujeito para a vida na eticidade é “a relação da escola e do ensino com a formação ética do homem em geral” (HEGEL, 1994, p. 58). Outra questão fundamental para ele, referente à escola, é no que diz respeito à idade, ao conhecimento e ao nível escolar condizente com a classe. Para o filósofo, cada aluno deve estar na série adequada aos seus conhecimentos. Logo, não se deve aprovar o estudante que não alcançar os conhecimentos necessários para a classe posterior. Uma das razões está no fato desse discente sentir dificuldades, no aprendizado dos novos conteúdos, que exigem dele conhecimentos prévios. Isso tem como consequência, a procura do estudante por outras atividades e caminhos diferentes que o da escola. O que seria, em outras palavras, desistência e evasão escolar. Hegel ressalta:

Uma vez que se procede com seriedade, de modo a que cada um realize o que é exigido da sua classe, e a que não haja lugar para uma presença passiva ou uma passagem de classe sem motivo, aqueles que ficam aquém das exigências da sua classe sentem-se pouco à vontade, e sentem a sua inadequação à destinação do estabelecimento e olham à sua volta à procura de outras destinações, de tal forma que este efeito da escola torna em grande medida supérfluas uma intervenção e uma indicação oficiais. Quem, portanto, foi admitido nas classes superiores resistiu em suma à prova e verificou a capacidade para poder prosseguir os caminhos da preparação para os estudos (HEGEL, 1994, p. 66).

Já em relação ao discente, que possui conhecimentos necessários para frequentar uma

classe superior a qual se encontra e com idade acima, deve ser transferido para a série mais adiantada. Ao que se refere ao estudante que possua saberes que o condicione avançar para uma etapa superior de sua formação e idade condizente com a sala que se encontra; deve permanecer nela. Pois, ele possui tempo suficiente para aquisição dos conhecimentos e condições para desenvolver o seu amadurecimento. Hegel ainda reforça a importância de se observar as questões de idade, conhecimento e nível escolar:

Tenho, a este propósito, de chamar a atenção para outra aparente desigualdade. Pode dar-se o caso, como, aliás, se dá efectivamente, de se encontrarem alunos numa classe superior que estão atrasados em relação a outros de uma classe inferior. Se, na realidade, alunos já adiantados na idade possuem capacidade, senão particular pelo menos suficiente, para as classes superiores, são transferidos para elas na altura da admissão, ou então, se a restante organização o permite, como no segundo curso em que é possível uma segunda classe, dá-se lhes um avanço. Em contrapartida, os alunos com os mesmos progressos, mas menos avançados na idade, não são apressados, porque têm o tempo necessário para adquirir uma aptidão não só suficiente, mas completa, e também porque lhes falta maturidade da reflexão e da conduta, em relação às quais a idade não é negada mesmo em cabeças excepcionais. Aqui vale como princípio fundamental não se apressar para as classes superiores; pois a segurança e a firmeza nos elementos básicos é a condição principal para estar apto para o mais elevado, mas isso não se aprende nas idades mais avançadas ou em classes em que já não se pode alongar nesses elementos (HEGEL, 1994, p. 66-67).

Ele também aponta para a preocupação da responsabilidade dos pais ao inserirem os filhos na escola, na idade condizente. Isso tem como objetivo, eles iniciarem o mais cedo possível o processo de formação, vindo a concluir os estudos dentro do tempo regulamentado. Como expressa o filósofo do idealismo absoluto:

Esta circunstância conduz-me a uma consideração muito importante para os pais, a saber, ao desejo de que façam iniciar suficientemente cedo o ensino dos seus filhos que desejam confiar ao nosso estabelecimento de ensino, com oito ou, no máximo dez anos (HEGEL, 1994, p. 67).

Outra questão, não menos importante para Hegel, é o fato de que mesmo o aluno tendo idade superior à estabelecida para o início dos seus estudos, deve se matricular na classe inicial:

Devem, com efeito, lembrar-se que a duração de todo o curso prescrito perfaz, em regra, dez, ou, com suas classes preparatórias onze ou até doze anos, e que um aluno que inicia os seus estudos, mesmo se ele já tem uma certa idade, não pode começar numa classe superior, mas sim numa classe de iniciação, e que devido à unidade interna dos diferentes níveis não se deve saltar nenhuma classe (HEGEL, 1994, p. 67).

A relação ensino-aprendizagem, para Hegel, só é possível quando o aluno faz a sua parte, ou melhor, realiza suas responsabilidades para com a escola, precisa se esforçar e executar suas tarefas. Ele deve prestar atenção às aulas, tirar as dúvidas, realizar os exercícios

e efetivar as leituras. Isso para alcançar a compreensão dos conteúdos das disciplinas trabalhadas. Para Hegel “[...] para que o ensino dado na escola dê frutos para os estudantes, para que estes, através desse ensino, façam progressos efectivos, para tal é necessária a sua própria aplicação pessoal como [é necessário] o próprio ensino” (HEGEL, 1994, p. 45).

Mas, por outro ângulo, se o aluno não for compromissado com o seu próprio saber, com sua própria formação escolar, com as leituras, com as orientações e explicações dadas pelos docentes, faz-se necessário que a escola exija e cobre do aluno responsabilidade com as atividades. Para tanto, Hegel observa:

Não pode haver nada de mais essencial do que perseguir com toda seriedade o mal desleixo, o atraso ou a omissão dos trabalhos, e manter-se numa ordem, de tal modo inalterável, que entregar os trabalhos exigidos dentro do prazo fixado se tenha de tornar em algo tão inevitável quando o sol voltar a nascer (HEGEL, 1994, p. 45).

Ademais, as atividades, os trabalhos escolares e a atenção dada às instruções e explicações dos professores, não têm como finalidade registrar na consciência do estudante (como marca feita por ferro ardente em brasas) tais ensinamentos. Como se ele fosse um animal a ser domado e domesticado para viver em sociedade. “Pois, que a aprendizagem como mera recepção e assunto da memória é um aspecto altamente incompleto do ensino” (HEGEL, 1994, p. 45). O processo e os procedimentos didático-metodológicos realizados pela instituição de ensino têm como meta, tornar o discente consciente de si mesmo, livre em seu pensamento e ação. Hegel diz:

Estes trabalhos não são só importantes para, por meio deles, imprimir mais fortemente [na mente do aluno], através da repetição, o que se tem de aprender na escola, mas quase mais para com eles a juventude ser conduzida de uma mera compreensão a uma auto-atividade, ao esforço próprio.[...] Em contrapartida, a orientação para a reflexão própria e o raciocinar arguente da juventude é igualmente unilateral e antes deve ser cuidadosamente afastada dela (HEGEL, 1994, p. 45).

Pois, caso o estudante desempenhasse o papel de mero ouvinte na relação ensino-aprendizagem, em que os conteúdos são registrados em seu entendimento, ele não seria diferente de um cavalo domado ou um cão adestrado. Dentre tantos motivos e finalidades da aprendizagem, um deles é auxiliar o discente a desenvolver dentro do próprio processo de formação, a consciência de que é o autor e o construtor do seu próprio saber. Sobretudo, nesse esforço de prestar a atenção às aulas; das leituras; de realizar as atividades e trabalhos (muitas vezes árduos), é que o aluno torna-se consciente de sua capacidade em se superar, de vencer os obstáculos. O estudante é tão responsável por sua formação educacional quanto sua família, sociedade e Estado. Essa ênfase é dada pelo pensador alemão:

[...] se o aprender se limitasse a uma simples recepção, o seu efeito não seria melhor do que se escrevêssemos frases sobre água; pois não é o receber mas só a autoactividade da compreensão e a capacidade de o utilizar de novo que fazem de um conhecimento propriedade nossa. Se, inversamente, a orientação se dirige predominantemente para o próprio raciocinar arguente, desse modo nunca a disciplina e a ordem chegam ao pensamento, nem a coerência e a conexão chegam ao conhecimento. A recepção deve conduzir necessariamente ao esforço próprio, não como produção de uma invenção, mas como aplicação do que foi aprendido,

como tentativa de, através do que se aprendeu, conseguir obter resultados imediatamente noutros casos singulares, noutras matéria concretas (HEGEL, 1994, p. 46).

Há em Hegel o reconhecimento e a preocupação com a responsabilidade social da escola em adquirir recursos financeiros para manter a frequência dos jovens carentes, porque parte dos estudantes eram filhos de pais sem recursos para mantê-los estudando. Diante dessa realidade, “uma outra espécie de meio externo é o apoio aos alunos do nosso estabelecimento necessitados de meios externos para estudar” (HEGEL, 1994, p. 52). Alguns deles tinham talentos para os estudos, afinidades que através de oportunidades, dariam a eles condições de superar o estado econômico e social em que se encontravam. Assim os livrando de certos caminhos tortuosos. O filósofo do absoluto acreditava que o trabalho social da escola havia salvado muitos jovens de uma pobreza (e miséria), e possivelmente de uma vida no crime. Sob outra perspectiva, para ele, a falta da educação tornaria o indivíduo um espírito sem a compreensão de sua liberdade no universal:

As colectas anteriores, que eram organizadas recorrendo ao cantar nas ruas em frente das residências, tinham fundamentalmente o objetivo referido. Através destas dâvidas semanais ou trimestrais e ainda dos presentes por ocasião dos cânticos natalícios, e para além disso, através de dâvidas particulares na Páscoa, a que os pregadores, enquanto antigos inspectores das escolas, costumavam exortar no púlpito, a beneficência dos habitantes desta cidade manifestou o seu interesse pelas escolas e particularmente pela finalidade de possibilitar aos jovens talentosos e aplicados os meios suficientes para a satisfação da sua vocação natural para o estudo. A quantos, nascidos de pais sem recursos, foi assim dada a possibilidade de se elevarem acima do seu estado social ou de se manterem no mesmo e desenvolverem talentos que a pobreza teria adormecido ou deixado tomar uma má direcção! Quantos homens dignos e conhecidos agradecem a estas boas acções a felicidade da sua vida, a sua elevada utilidade para o Estado e para os concidadãos, e abençoam esta caridade (HEGEL, 1994, p. 52).

Os recursos eram distribuídos de acordo com a indicação dos professores sobre os estudantes necessitados. A assistência era dada em dinheiro, livros e materiais escolares, conforme Hegel:

De acordo com a muito benéfica ordem, dada em seguida pelo Comissário Geral do Rei, por proposta do reitorado, foram neste verão já distribuídos 208 florins e 13 cruzados (e ainda estão por distribuir 36 florins e 44 cruzados das prestações concedidas) aos alunos que, segundo o testemunho e os conhecimentos dos professores da sua situação, mereciam um apoio. Este apoio consistiu em dinheiro,

em livros escolares que lhes foram emprestados, ou oferecidos e em material para escrever (HEGEL, 1994, p. 53).

Hegel demonstrava grande preocupação com o fim das doações, pois muitos estudantes carentes, que eram mantidos com esses recursos, abandonariam a escola. Essa situação levaria os alunos a uma existência repleta de dificuldades, nos aspectos de sua sobrevivência física e também à privação da liberdade espiritual, que só o conhecimento seria capaz de lhe conceder. Hegel ainda completa:

[...] seria ter pouca confiança na generosidade dos habitantes desta cidade se receássemos que eles, que outrora tanto contribuíram para o apoio dos estudantes necessitados, iriam subitamente, depois do bem sucedido empreendimento dos estabelecimentos de ensino, cessar completamente de fazer alguma coisa com essa finalidade. Este receio é tanto menos de manter quanto os filhos de tanto pais têm o usufruto da melhoria destas instituições e simultaneamente gozam da vantagem de um ensino, até aqui e, como queremos ter esperança, também no futuro, gratuito. Uma razão a acrescentar será a disposição benéfica de que, ao contrário do que acontecia antes, cada aluno não recebe uma dádiva, sem distinção da necessidade e do mérito, mas que só será feita uma distribuição aos verdadeiros necessitados (HEGEL, 1994, p. 53-54).

Quando os recursos financeiros se tornam regulares, Hegel agradece profundamente ao governo, pois ele garante à escola a distribuição das bolsas, dos livros e do material escolar para os alunos necessitados. E aqueles humildes com aptidões para os estudos, receberiam mais ajuda financeira. No que diz respeito à continuidade dessa contribuição, Hegel diz:

Finalmente, é de citar que o fundo destinado ao apoio dos alunos necessitados do Ginásio e do estabelecimento de ensino prático ganhou consistência e segura continuidade quanto à entrada permanente de verbas: uma grande parte da subscrição trimestral dos cidadãos que substituiu as antigas colectas escolares, dedicadas, sobretudo, aos alunos, foi dirigida para o mesmo fundo e a eliminação completa das fundações existentes para o mesmo fim proporcionar-lhes-à outra entrada regular de verbas. [...] A utilização adequada, a saber, em alunos verdadeiramente necessitados, vocacionados para o estudo, tornou possível uma ajuda mais considerável do que até aqui e, por isso, verdadeira, com os montantes de 40, 60, 100 florins por indivíduo. Abençoados sejam os antepassados que criaram fundações para fins tão nobres! Abençoados sejam os concidadãos vivos que contribuíram para o mesmo fim! Abençoado seja, finalmente, o Governo real que, segundo a sua justiça, executa e regulariza cada vez mais a aplicação [destes fundos] com base na vontade dos fundadores e dos contribuintes (HEGEL, 1994, p. 69).

2.4 O PAPEL DO PROFESSOR

É o sentimento que se origina na alma do professor, que ao se realizar, é transmitido através da forma mais graciosa e repleta de luz. E, nessa graciosidade de luzes, o ensino aquece e ilumina as mentes e o coração da humanidade. O poder do sentimento do ensinar contagia os demais, levando-os às inspirações profundas, que começam a fazer parte do seu

ser. Esse professor, esse mestre, torna-se exemplo para os alunos. Hegel, em seu “Discurso sobre Educação”, ressalta o sentimento da alma do professor, ou seja, a importância do seu trabalho:

[...] Vós, professor excelente, haveis-nos apresentado neste campo, a nós, vossos colegas da profissão docente, um grande exemplo, que respeitosa e admiramos e do qual aspiramos zelosamente nos aproximar. Seja em que disciplina for, o homem notável torna-se um exemplo de grande influência; é uma imagem que permanece, pairando de forma eficiente no ânimo dos que pertencem ao mesmo estado social. Quanto a mim, vosso sucessor imediato, não haveis apenas recebido com cordial benevolência na entrada no meu cargo, mas também a vossa observação circunscreveu o caráter, para mim ainda indeterminado, da minha condição. Essa imagem disse-me isto: assim devo eu ser como professor, assim devo eu ser; o vosso exemplo exprimiu o sentido da minha profissão, de forma mais clara do que propósitos interiores, de forma mais viva do que as instruções escritas (HEGEL, 1994, p. 23).

Na concepção de Hegel, o professor guarda o saber de tempos transcorridos para compartilhar às gerações futuras. Isso visa não deixar o ser humano cair na bestialidade e na ignorância. O professor tem a responsabilidade do dever sagrado de interpretar e divulgar o conhecimento. O filósofo do absoluto aponta que:

O tesouro da cultura, dos conhecimentos e da verdade, no qual trabalharam épocas passadas, foi confiado ao professorado, para o conservar e o transferir à posteridade. O professor tem de se considerar como o guarda e o sacerdote dessa luz sagrada, para que ela não se apague e a humanidade não recaia na noite da antiga barbárie. Essa transmissão tem de suceder por um lado, por meio de um esforço fiel, mas simultaneamente, a letra só será verdadeiramente frutuosa pela interpretação e espírito do próprio professor (HEGEL, 1994, p. 23).

O docente tem refletido a luz do conhecimento que é alimentada pelas chamas originadas do seu espírito e é por intermédio dessa luz repleta do saber, que no decorrer do tempo, os homens são libertados da tenebrosa escuridão da ignorância. O professor torna a sabedoria viva ao transmiti-la com a sua vivência e prática. Para tanto, passa a animá-la com a força e a vontade de seu espírito (a razão) e a alma (sentimento). Nesse sentido, Hegel assegura:

Vós, nobre professor, não haveis apenas refletido esta luz, como espelho, que enquanto utensílio morto não tem um ponto de combustão próprio, mas pelo forte óleo do vosso próprio espírito, alimentado a chama calorosa. Haveis devolvido a sabedoria, do outro modo morta, adornada com a vossa experiência, enriquecida pelo vosso coração, animada pela vossa alma e tornada viva (HEGEL, 1994, p. 23).

Novelli acredita que Hegel tem em sua concepção a respeito da educação, o professor como agente principal, já que é o docente o mediador do conhecimento (teoria e prática, conforme a característica de cada área do saber) ao divulgar, compartilhar e produzir junto ao estudante. Nessa dinâmica da mediação e transmissão, o aluno passa por processos de

transformações, nos quais ele e o saber interagem entre si. Com o saber e o seu processo de ensino-aprendizagem, o discente e o professor formam a tríade que em seu dinamismo realiza aquisição do conhecimento por parte do aluno. Nessa vida do saber; a ciência, o aprendiz e o docente afetam-se mutuamente, tendo como resultado a transformação dos indivíduos nesse processo. Os três saem enriquecidos da relação, como afirma Novelli:

[...] Para Hegel, o aprendizado é sempre uma atividade mediada, pois não se dá de forma natural ou espontânea. A mediação realiza-se no embate entre o que predomina e insiste em permanecer como está e o que daí brota, ou melhor, como sua negação sob o aspecto de superação, como um vir-a-ser. Com isto evidencia-se que a tarefa do professor não se caracteriza pela calma da adequação, mas sim pela agitação do que desestabiliza para se estabelecer (NOVELLI, 2005, p. 130-131).

Hegel sempre aponta que o conhecimento é algo precioso. E essa sabedoria deve ser transmitida ao estudante para a sua aquisição como aprendizado. “Esta constituye un tesoro que consta de un contenido adquirido, dispuesto, formado; este bien heredado existente debe ser adquirido por el individuo, es decir, debe ser aprendido” (HEGEL, 1991, p. 141).

O papel do professor é fundamental na mediação e transmissão do conhecimento ao estudante. Pois, segundo Gelamo, para Hegel não há como o indivíduo adquirir e produzir conhecimentos científicos e culturais (conteúdo, forma, teoria e prática) sem o intermédio do docente. Como também, sem o professor, o discente não tomaria a consciência de si mesmo e de sua existência em sociedade. Conclui Gelamo:

Desse modo, podemos entender que a impossibilidade do autodidatismo estaria no isolamento da consciência, o que afastaria o homem de suas relações sócio-culturais e isso o impediria de ter uma profunda consciência do seu próprio devir no devir da humanidade. Olhar para seu passado faria com que o indivíduo compreendesse a si mesmo no âmago da temporalidade. Por isso, ele tem a necessidade de aprender com alguém e com a própria história da humanidade, ou seja, com toda a história que o precedeu, para compreender, desde seu interior, o seu próprio tempo (GELAMO, 2008, p. 165).

Hegel dá ao professor o centro da dinâmica processual da educação e, por conseguinte, Novelli afirma que ele detém a responsabilidade da mediação, tanto no ensino das outras ciências, como igualmente no da filosofia; justamente, por ter consigo o conhecimento dos conteúdos. Diz Novelli, “fica saliente aqui que Hegel atribui a centralidade do processo educacional e, em particular, do ensino de filosofia ao professor que deve assumir tal posição como responsável imediato” (NOVELLI, 2005, p. 139).

Gelamo também observa que para Hegel, o indivíduo necessita de um professor que o ajude em seu aprendizado, pois o aluno não possui inclinações naturais para ser autodidata. É vital a mediação de um mestre para que o estudante possa realizar sua formação:

[...] Hegel não reconhece no homem uma predisposição ao aprendizado. Esse processo não ocorre espontaneamente, pois, para que seja possível desenvolver a abertura à aprendizagem, é fundamental a passagem do indivíduo pelo processo formativo. Desta forma, qualquer autodidatismo está fora de questão (GELAMO, 2008, p. 165).

Pelo fato do professor possuir o conhecimento dos conteúdos, dos procedimentos didático-metodológicos e dos processos de mediação, ele é essencial no processo de ensino-aprendizagem do aluno. É a figura do docente que irá mediar os saberes com o estudante. O indivíduo não possui tendência para buscar o conhecimento por si mesmo.

A figura do mestre é central para exercer a mediação entre o saber já instituído e aquele que está sendo construído pelo aluno. Assim, ensinar e aprender sempre são atividades mediadas pelo professor, porque não poderiam se dar de forma espontânea ou natural. O homem não teria a predisposição natural ou seria capaz de um autodidatismo. O mestre está além de alguém que apenas explica ou encurta caminhos para seus alunos, ele precisa ser um paradigma do filosofar por já ter uma vivência nessa atividade (GELAMO, 2008, p. 164-165).

Novelli, a partir de Hegel, diz que o indivíduo só pode aprender, ou melhor, atingir o conhecimento, fruto de sua formação educacional, com o auxílio de um professor. Este irá junto com o aluno construir pontes e caminhos para a aquisição do saber. A aprendizagem é um processo mediatizado, sem essa não é possível à relação ensino-aprendizagem. Novelli, ainda se apoia em Hegel, assegurando que o ser humano é o fundamento da educação.

Para Hegel, aprender é aprender com alguém, por intermédio de alguém, isto é, por um processo necessariamente mediado. Sem intervenção não se pode esperar que a educação se realize. A consciência em Hegel não é um ensimesmamento nem uma auto-suficiência. Assim, a pedagogia hegeliana remete muito mais a uma antropologia, ou seja, à compreensão do que é e como o homem vem a ser. O homem, segundo Hegel, é uma contínua passagem, um contínuo vir a ser; sempre como filho de seu tempo, do que o precedeu e do que está por vir como resultado de sua própria atividade. [...] O homem não somente está na base de toda educação, mas é a própria base da educação (NOVELLI, 2005, p. 134).

O professor, além de ser responsável pela mediação do saber, também é encarregado pela atenção às necessidades dos alunos e ao seu nível de compreensão dos conhecimentos trabalhados. Para melhor assisti-lo em seu aprendizado, ele deve compreender o contexto em que seus alunos vivem:

A centralidade do professor se expressa e se confirma na determinação do conteúdo a ser trabalhado, mas isto não significa que o professor não deva ser sensível à realidade do aluno. Tal realidade é a mesma com a qual ele se depara no dia-a-dia e que, para ele, tem profunda pertinência, muito embora não seja sempre reconhecida: “Pela minha parte nada mais sei do que começar pelo Direito, a mais simples e mais abstrata consequência da liberdade, passar em seguida à Moral e desta avançar para a Religião como o grau mais alto” (HEGEL apud NOVELLI, 2005, p. 139).

Sem a mediação e transmissão do conhecimento pelo professor não há como o aluno

aprender solitariamente. Pois, não é possível que o estudante supere a divisão do saber em seu conteúdo, método, teoria e prática. Apenas o docente, por já ter passado por essa fração, por tê-la superado e adquirido experiência de ensino, é capaz de auxiliar o discente em sua jornada ao saber, alcançando no final, a conquista de sua educação. Gelamo avalia que “cabe ao professor ser o anunciador e o transmissor dos saberes produzidos anteriormente pela humanidade e pela filosofia. Nesse sentido, existe uma impossibilidade de que o indivíduo aprenda sozinho a filosofia e tais saberes” (GELAMO, 2008, p. 164).

2.5 O PAPEL DO ESTADO

O Estado, na análise de Hegel, tem o papel e responsabilidade de organizar, legislar e promover, entre outras incumbências, a educação. Essas obrigações visam à formação de modo integral do indivíduo para a vida em sociedade. Em posse de sua formação, o homem tem o conhecimento para o seu desenvolvimento social, cultural e para o trabalho. Essas atribuições na instituição estão relacionadas desde a sua estrutura física à organização da formação de teorias e das práticas pedagógicas que atendam as necessidades do ser humano na coletividade. Tal reflexão foi aprofundada por Hegel:

[...] é aqui suficiente saudar a sábia proporção que o nosso altíssimo governo estabeleceu neste campo. [...] Em primeiro lugar, alargou a formação das escolas alemãs elementares; é assim proporcionado a todos que, como homens, aprendam o essencial e o que é útil para o seu estado social; àqueles que até agora sentiram a falta de algo melhor, o mesmo é-lhes concedido por este meio; àqueles, porém, que para atingirem algo melhor do que insuficiente ensino geral, apenas podiam recorrer ao meio da cultura indicado, este tornou-se dispensável e é substituído por conhecimentos e capacidades adequados. Também esta cidade aguarda ansiosamente a organização completa deste benefício que em grande parte do restante reino já deu provas – um benefício cujas importantes consequências dificilmente se podem avaliar (HEGEL, 1994, p. 30).

Conforme Losurdo, o Estado, observado novamente por Hegel, deve assumir para si a obrigação da educação dos cidadãos, dado que a família não possui as devidas condições (de modo geral e específico) para a formação dos filhos para a vida em sociedade. Em muitas situações, os pais não possuem os bens necessários para a subsistência da família; o que, na grande maioria das vezes, faz o Estado tomar para si, a responsabilidade da tutela. Losurdo nos assegura:

Hegel desvenda uma contradição no posicionamento liberal. Em todos os Estados modernos, reconhece-se à comunidade o direito de assumir a “tutela” de um núcleo familiar quando o páter-famílias ou os pais se revelam inadimplentes em suas obrigações e incapazes de garantir a subsistência e a segurança-próprias e de seus filhos. E, então, como é possível continuar, considerando os problemas concernentes

à educação e à escola de domínio exclusivo da família? Para realizar na prática o princípio da universalidade da educação pública, é necessário recorrer a “instituições escolares públicas” (LOSURDO, 2019, p. 298).

É de fundamental importância, a presença, consoante Hegel, do Estado com recursos financeiros nas instituições de ensino. Uma vez que, com esses meios, possa se garantir o bom funcionamento da escola em relação às suas despesas, compra de equipamentos, materiais didáticos, bolsas para os alunos vulneráveis e para aqueles com aptidões ao estudo, que igualmente, tenham condições humildes. Sobre esse fato, o filósofo alemão reafirma:

Finalmente, é de citar que o fundo destinado ao apoio dos alunos necessitados do Ginásio e do estabelecimento de ensino prático ganhou consistência e segura continuidade quanto à entrada permanente de verbas; uma parte da subscrição trimestral dos cidadãos que substituiu as antigas colectas escolares, dedicadas, sobretudo, aos alunos, foi dirigida para o mesmo fim proporcionar-lhe-á outra entrada regular de verbas. [...] A utilização adequada, a saber, em alunos verdadeiramente necessitados, vocacionados para o estudo, tornou possível uma ajuda mais considerável do que até aqui e, por isso, verdadeira, com os montantes de 40, 60, 100 florins por indivíduo. [...] Abençoado seja, finalmente, o Governo real que, segundo a sua justiça, executa e regulariza cada vez mais a aplicação [destes fundos] com base na vontade dos fundadores e dos contribuintes (HEGEL, 1994, p. 69).

Muitas instituições públicas, anteriormente, eram mantidas com ajuda de doações privadas. Expressas através da ajuda aos necessitados e miseráveis, socorro aos doentes com auxílio médico, entre outras. Mas, quando a vida humana se tornou multifome e complicada em sociedade, coube ao Estado o dever de organizar, legislar, manter e distribuir recursos para o funcionamento das instituições de saúde, educação, etc. Tal complexidade da vida dos indivíduos, segundo o filósofo alemão, exigiu a presença e administração do Estado:

É bem verdade que a história da maioria das instituições estatais é de tal modo no seu início que, para fazer face a uma necessidade sentida na generalidade, se recorreu primeiro a pessoas privadas, a iniciativas de natureza privada e a dons ocasionais, como foi o caso da assistência aos pobres, da assistência médica, e até mesmo, em vários aspectos, do serviço religioso e da administração da justiça e como, por vezes, é ainda em parte o caso. Quando, porém, a vida em comum dos homens se torna em geral mais diversificada, e a complexidade da civilização se torna maior, revela-se então, cada vez mais, a incoerência e a insuficiência dessas disposições isoladas, assim como, do mesmo modo, na medida em que o bem se tornou num hábito e num costume, só foi deixado ao arbítrio privado a má utilização ou o descuido, de forma que só estes são de afastar do livre bel-prazer individual. Assim como, por um lado, deve permanecer de forma sagrada um limite, para além do qual o governo do Estado não deve intervir na vida do cidadão, assim também este governo deve incorporar os objectos mais directamente conectados com os fins do Estado e submetê-los a uma regularização planificada (HEGEL, 1994, p. 82-83).

Hegel aponta para a necessidade das escolas se tornarem públicas, sob a responsabilidade do Estado, posto que, é dever do governo assumir a educação dos cidadãos. Se a formação do indivíduo ficasse a cargo dos pais, a frequência e a regularidade na escola

seriam, de acordo com a vontade do primeiro, acarretados em prejuízos ao estudante. Também havia o problema do número de alunos com conhecimentos e idades diferentes em uma mesma classe com apenas um professor e essas dificuldades tornavam inviável a formação do discente. Fica evidente a necessidade da assistência e da tutela do Estado sobre a educação:

Aproveito esta oportunidade pública para mencionar que, neste aspecto, ainda há muito a desejar e a fazer, e que os males de que as escolas elementares da nossa cidade padecem são incuráveis sem transformação no essencial. Uma sequência ordenada de graus e a repartição dos alunos com diferentes níveis por classes separadas, com o seu próprio professor, assim como, por outro lado, a independência do ensino dos professores em relação ao arbítrio e à inclinação dos pais, são requisitos incontornavelmente necessários para o êxito dos estabelecimentos de ensino público. Os defeitos opostos, a junção de crianças com diferentes níveis de conhecimentos numa só classe, com um só professor, juntamente com o arbítrio dos pais no que se refere à frequência da escola em geral e a sua regularidade, não melhoram por si mesmos, enquanto as escolas forem instituições privadas (HEGEL, 1994, p. 82).

Os cidadãos, para ele, ficam satisfeitos e gratos quando o governo faz uma ótima gerência e administração das instituições de ensino. Dado que, seus filhos estão recebendo cuidados e uma ótima formação nos âmbitos da cultura, da ciência, da ética e do profissional. A Educação irá qualificá-los para a vida em sociedade:

[...] um agradecimento pela sublime preocupação do governo com o estabelecimento de ensino público, que nós apresentamos em comunhão com o público. Há dois ramos da administração do Estado por cuja boa organização os povos costumam ser mais agradecidos – uma boa administração da justiça e bons estabelecimentos de ensino, pois que não há outras vantagens e os efeitos o homem privado dê conta e sinta de forma tão imediata, próxima e pormenorizada como aqueles ramos que se referem um, à sua propriedade privada em geral, e o outro, à sua propriedade mais querida, os filhos (HEGEL, 1994, p. 27).

Os estudantes que desejam entrar para o serviço público, serem servidores do Estado, são indivíduos dedicados aos estudos. Posto que, o Estado exige para o seu quadro de funcionários, indivíduos aptos e bem qualificados para exercerem com excelência suas funções, tendo em vista prestar um ótimo trabalho à sociedade. Então, ao mesmo tempo em que o Estado exige ótimas qualificações do cidadão para servi-lo, ele tem a responsabilidade de oferecer uma ótima educação aos estudantes. Assim, verifica-se na afirmação de Hegel:

Aqueles que querem estudar dedicam-se, de preferência, ao serviço do Estado. Os estabelecimentos de ensino públicos são viveiros de servidores do Estado; têm, perante o governo, a responsabilidade de não lhes fornecerem elementos inaptos, assim como têm, perante os pais, a responsabilidade de não lhes criarem esperanças infundadas, que aliás seriam mais tarde desmentidas, e só arrastariam consigo custos inúteis e o negligenciar de uma formação mais apropriada (HEGEL, 1994, p. 72-73).

Através dos poderes legislativo e governamental, o Estado, segundo Silva, para Hegel,

tem a responsabilidade para agir, garantindo a formação do indivíduo na vida em sociedade. Com isso, a família assiste ao caminho dos filhos para uma vida em boas condições de sobrevivência; sem privações, pobreza e miséria. Já que eles possuem uma formação educacional que lhes garanta a subsistência, ou seja, um futuro melhor. Em contrapartida, garante às indústrias e às corporações, ou melhor, ao mercado de trabalho em geral, mão de obra qualificada. Logo, o Estado é um dos maiores interessados no crescimento desse jovem cidadão:

[...] tanto por leis regulatórias quanto por determinação de políticas estatais, o Estado deve cumprir o seu papel possibilitador da efetiva ação da educação na construção ética da sociedade. Assim, se é da família acionar a educação para o bem-estar de seus filhos, se é das corporações ativá-las para a maior eficiência de seus trabalhadores na sociedade, é então tarefa do Estado acioná-la a favor do interesse universal (SILVA, 2013, p. 83-84).

O Estado, conforme observa Hegel nas reflexões de Silva, tem a obrigação de promover a evolução ética do estudante, através da educação, para que ele se torne um cidadão, efetive a sua liberdade e se torne livre. O Estado efetiva sua liberdade no cidadão e o cidadão realiza sua liberdade no Estado. Sendo assim, ambos são um só na efetivação da liberdade. Silva ainda ressalta:

Cabe, então, ao Estado moderno, sendo expressão racional da liberdade, mais uma significativa tarefa em meio ao desenvolvimento do espírito: acionar a educação como meio do progresso do gênero humano, tarefa – vale repetir- que, por sua natureza, não é do indivíduo singular nem do particular (SILVA, 2013, p. 84).

3 A DIMENSÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Nessa seção abordaremos a dimensão social da educação em Hegel.

3.1 A MORALIDADE

Na avaliação de Rosenfield sobre as ideias de Hegel, o sujeito é uma afirmação para si em sua interioridade, na qual resulta a tomada de consciência de si e assim poder se determinar e se configurar livremente. É nesse processo dinâmico de relações que se dá origem à consciência de si do indivíduo, levando-o a analisar, a pensar e a estudar os fenômenos que a ele se apresentam. Tudo conforme as circunstâncias e necessidades de agir, de interagir e de se relacionar de modo autônomo:

O ponto de vista do “sujeito” (Subjekt) é o de uma vontade que se afirma para si na sua interioridade e toma assim consciência de si como de um poder autônomo de autodeterminação. Com efeito, a subjetividade da vontade não se detém diante de nada, pois a sua própria inquietude é de tudo verificar (ROSENFELD, 1982, p. 99).

A moralidade como consciência de si do sujeito, como observa novamente Rosenfield a partir das concepções de Hegel, possibilita-o a indagar e a levar para a verificação as ideias e os objetos. Esses exames e investigações têm como meta a verdade dos fenômenos. Por desfrutar de sua liberdade subjetiva, o indivíduo tem o poder de precisar a verdade das coisas depois de subordiná-las ao seu julgamento baseado em suas indagações, reflexões, análises e verificações. É por meio da consciência de si do sujeito que a moral vai deliberar sobre as relações, interações e ações do sujeito com os outros, com a cultura. E, consigo mesmo em sua consciência, autoanalizando-se e se autorrefletindo. A vontade moral produz suas ações, tanto internamente na consciência do ser humano, como exteriormente na sua relação com o mundo. Conforme Rosenfield:

Refere-se a um dos traços mais marcantes da vontade moral como é concebida por Hegel, ou seja, a capacidade de pôr tudo em questão, de interrogar-se cotidianamente sobre a base das ideias recebidas. [...] É então necessário apreender nesta atitude aqui a força de uma atividade de verificação que visa precisamente a examinar a verdade do que está aí. Em outras palavras, trata-se de examinar individual e coletivamente o que faz com que uma coisa seja verdadeira. A liberdade é, antes de mais nada, tributária de uma subjetividade (individual do conceitual) cuja determinação consiste em reconhecer como verdadeiro somente aquilo que foi preliminarmente submetido ao exame, à experiência e à crítica (ROSENFELD, 1982, p. 99-100).

É nessa consciência de liberdade que o indivíduo, em seu espírito, faz reflexões sobre si mesmo e sobre os conhecimentos que a ele chegam. A partir dessa análise, que a consciência tem e faz de si mesma, de sua liberdade subjetiva, percebemos que a educação tem um grande papel na expansão da consciência moral do indivíduo, no seu deliberar no

mundo. O contato do sujeito, desde sua infância, com os conteúdos trabalhados, tanto teóricos quanto em suas práticas, passam a auxiliá-los nos processos da tomada de consciência de sua liberdade interior. Das suas relações e interações com os fenômenos (físicos, psíquicos, sociais, entre outros) resultam à busca da verdade, e, em muitos casos, ações sobre os mesmos. Por conseguinte, compreendemos que a educação tem atribuições importantes, tanto no auxílio da tomada de consciência da liberdade subjetiva (moralidade) do indivíduo em si mesmo, quanto na expansão de sua moralidade. Essa propagação à qual nos referimos, diz respeito à compreensão do ser humano de sua própria liberdade subjetiva em constante ampliação. A compreensão moral do homem está em constante evolução e expansão:

[...] pela “moralidade”, Hegel introduz na sua concepção do indivíduo a dimensão de uma liberdade subjetiva que honra o direito de cada um produzir-se como agente consciente de seu processo de determinação de si. Trata-se do direito de verificar em todo dado o que constitui verdadeiramente (ROSENFELD, 1982, p. 99-102).

Sendo a vida humana, a vida em sociedade, essa se dá por ações de seus membros. Geralmente, essas ações passam pela moralidade dos indivíduos antes de sua efetivação. Entendemos que a moralidade do ser humano necessita da ajuda da formação educacional para que este agir seja o mais livre possível. Pois, com os saberes e práticas fornecidos pela educação, ao longo dos anos de estudos, o aluno passa a ter meios que o auxiliem em suas reflexões, análises, críticas e verificações, para encontrar a verdade sobre o que terá de interagir e se relacionar durante a sua vida em sociedade. Portanto, a formação educacional do ser humano justifica-se porque está ligada à eticidade, o que se denomina hoje o “conjunto das relações culturais, sociais, econômicas e políticas que os homens mantêm entre si, constitui o terreno próprio no qual exerce a ação moral” (ROSENFELD, 1982, p. 100). Compreendemos que cultura, economia, sociedade e política, estão dentro do campo da moral e por esse motivo, enfatizamos que os conhecimentos adquiridos na escola produzem nos indivíduos níveis de moralidade mais elevados, que os ajudam a realizar ações transformadoras nos campos cultural, político, econômico e social, que venham a melhorar a vida dos cidadãos. Atos que ampliam a liberdade desses membros da sociedade, nos campos da política e da justiça. “A moralidade pressupõe a ‘eticidade’, porém, segundo a ordem de verdade própria do movimento de constituição do político, a ‘eticidade’ será posta pelo movimento da ação moral assim como esta atualiza em si a esfera jurídica” (ROSENFELD, 1982, p.101).

O sujeito, dentro de sua análise subjetiva, na qual ele pensa de modo livre, está consciente de si. O sujeito é não consciente, em boa parte, dos seus desejos, suas pulsões e suas necessidades, colocando-se em confronto com as leis e as regras de convívio e suas

ações. Muitas vezes, nesse embate, são tomadas decisões que produzem ações danosas ao indivíduo e à sociedade. Atos criminosos, geralmente, em que a vontade moral não prevaleceu com suas análises e reflexões sobre as carências, desejos e instintos, em conflitos com as normas e princípios coletivos. A educação tem maior importância nesse campo da moralidade, já que os seus ensinamentos fornecem material que assistem e dão suporte ao ser humano na ampliação de seus horizontes, tanto em si mesmo, com novos conhecimentos, quanto em suas deliberações para consigo e a sociedade. A formação educacional (a educação está no âmbito da eticidade) em conflito com a natureza instintiva, praticamente, vencendo-a, e tornando o indivíduo um cidadão. Nesse processo, confrontado “com sua própria subjetividade, submetido às suas pulsões, desejos e carecimentos, o indivíduo se põe em condições de agir conforme uma universalidade livremente posta” (ROSENFELD, 1982, p. 101).

A educação, como responsabilidade do Estado, está na esfera da eticidade, por isso tem profundas relações com o saber do indivíduo sobre si mesmo, sobre sua própria subjetividade, livre que é sua vontade moral. Dado que, ela fornece desde os primeiros anos do sujeito, conhecimentos teóricos e práticos sobre as mais diversas áreas da vida humana e os fenômenos naturais. Esses saberes, tão discutidos em nossa pesquisa, concedem meios para o indivíduo tomar consciência de sua interioridade, de sua vontade moral. “O indivíduo só se integra reflexivamente na comunidade, por intermédio de uma vontade moral que aspira subjetivamente à efetuação do universal” (ROSENFELD, 1982, p. 102). Essa é uma premissa para que o cidadão seja livre em sua vida em coletividade. Em contrapartida, se o homem não tem consciência de sua liberdade subjetiva, “a ignorância de si, ao contrário, é um terreno fértil para o desenvolvimento de um Estado despótico, pois este repousa sobre a falta de consciência que os indivíduos têm de si mesmos como livres” (ROSENFELD, 1982, p. 102).

O espírito do ser humano, subjetividade individual, deve ser semeado com o conhecimento, para que dentro da própria consciência surja a consciência de si, consciência que sabe a si mesma, assim como pertencente a si própria. Consciência e compreensão da própria liberdade. Ciente de sua liberdade interior, o ser humano é livre para não se deixar dominar por outro homem, ideias, governos, ou seja, qualquer outro tipo de dominação. Sua vontade moral garante que ele aja contra injustiças, primando pelos direitos democráticos. A favor dessa liberdade, fala Rosenfield:

Uma interioridade cultivada, crítica, é uma das melhores garantias contra todas tentativas que visam à sujeição do homem, tornando-se, portanto, uma condição para o desenvolvimento da liberdade, sem a qual qualquer comunidade pode vir a ser opressora em relação à vida individual. Trata-se de criar as condições que tornem

possível uma coincidência efetiva entre finalidade da ação moral e a finalidade da ação política (ROSENFELD, 1982, p. 102).

Além da necessidade da tomada de consciência dessa percepção que a consciência precisa ter de si mesma, ela precisa evoluir, aprimorar-se e esses dois processos só se tornam possíveis no reino da eticidade. A educação é, na eticidade, um dos pontos fundamentais para tais finalidades, pois, em sua essência, já considera o indivíduo como capaz de determinar a si mesmo. Como um ser de liberdade subjetiva, de vontade moral:

O aperfeiçoamento moral do indivíduo é um problema que só adquire totalmente sentido quando relacionado com a eticidade. Mas para que essa relação possa concretizar-se em um verdadeiro processo de realização, é necessário que o "sujeito", na imediação do mundo, seja considerado no seu poder de determinação de si (ROSENFELD, 1982, p. 114).

Esse olhar de que a consciência do indivíduo, que agora tem de si mesmo, e em constante aperfeiçoamento, no mundo da eticidade, torna possível o reconhecimento dos outros seres humanos na satisfação de suas necessidades, conforto e direitos. Na medida em que, quase em sua totalidade, os homens possuem essas mesmas carências e urgências. Esse reconhecimento universaliza-se quando, nessa relação com o outro, compreende-o como igual. Ressaltamos, dentro da eticidade, que formação educacional tem a responsabilidade de auxiliar o ser humano no reconhecimento do outro, como igual. Sobre isso dialoga Rosenfield:

A minha relação subjetiva com outrem torna-se uma relação positiva, uma vez que o direito moral do indivíduo é o direito de todos. O "bem-estar" de outrem é particular, pois consiste na satisfação das suas pulsões, desejos e carecimentos, só interessando-se por si, entretanto, o seu direito ao bem-estar torna-se universal, pois o "sujeito" reconhece-se como igual a outrem (ROSENFELD, 1982, p. 115).

O mundo da vida, dentro da esfera da eticidade, tem a educação como formação do ser humano para o convívio social, para o conhecimento dos fenômenos (da natureza geral do homem, da cultura e da própria natureza). Esses saberes fornecidos pela educação, como já enfatizamos várias vezes ao longo desse trabalho, são materiais essenciais para ajudar o estudante a compreender a si mesmo dentro do campo de sua subjetividade, além de conscientizá-lo de sua liberdade interior para refletir, criticar, verificar, conceituar e agir, tanto em si mesmo como na realidade do mundo. Esses processos dinâmicos da consciência consciente (o sujeito consciente da liberdade de sua subjetividade), que reflete em si mesma como existência no mundo e sobre suas necessidades e desejos, tanto de seu corpo físico como espiritual. Ela, a consciência do indivíduo, alcança a compreensão da igualdade universal entre os indivíduos. Importante é a fala de Hegel:

Dado que eu conservo minha subjetividade na realização de meus fins, supprassumo ali, enquanto na objetividade da mesma, ao mesmo tempo, essa subjetividade imediata e, com isso, essa minha subjetividade singular. Mas a subjetividade exterior, assim idêntica comigo, é a vontade do outro. – O terreno da existência da vontade é, então, a subjetividade, e a vontade do outro é, ao mesmo tempo, minha outra existência, que eu dou a meu fim. – Por isso, a realização de meu fim tem, dentro de si, essa identidade de minha vontade e da vontade do outro, - ela tem uma vinculação positiva com a vontade do outro (HEGEL, 2010, p. 132).

A objetividade seria a ação na realidade concreta do mundo do indivíduo consciente de seus pensamentos, consciente de sua liberdade subjetiva que pensa a si e a realidade, que analisa e verifica. Portanto, é justamente essa subjetividade, que praticada na objetividade, na realidade do mundo, que causa as transformações. É a partir da subjetividade livre do sujeito, da ação moral de sua consciência interior (pensamentos, análises, reflexões sobre o que buscar da verdade, da realidade, como também, do refletir sobre suas paixões, carências e bem-estar próprio) que ele age transformando a si e o mundo. Com base nisso, constatamos que o ser humano modifica as coisas, mediando o seu particular (seus próprios interesses) com o mundo.

O sujeito, a partir da sua vontade moral, ocasiona as mudanças. Para Hegel (2010, p. 139) “o que o sujeito é, é a série de suas ações. Se elas são uma série de produções sem valor, então a subjetividade do querer igualmente é sem valor; se, ao contrário, a série de seus atos é de natureza substancial, então também é a vontade interna do indivíduo”. Logo, a educação tem responsabilidade crucial nesse agir moral modificador e transformador da vida humana, de modo geral, para o bem. O conhecimento escolar traz aprendizagens importantes para reflexão e crítica do estudante, auxiliando na expansão de sua compreensão moral. Ressaltamos que, o saber filosófico, nesse processo de formação do indivíduo, segundo Hegel, é o filosofar em ato (a reflexão, a crítica, a busca sistemática da verdade dos fenômenos sociais, culturais e naturais). É a ação da vontade moral do ser humano que se objetiva às transformações na cultura, na economia e na política para o avanço da liberdade do cidadão. Ao acrescentar a objetividade, manifestação da vontade moral do sujeito, temos o reconhecimento do outro como igual. A compreensão da liberdade como igual a sua, leva o homem a efetivá-la por meio da política, através de suas instituições.

3.2 A ETICIDADE

O agir humano é, por natureza livre, por também ser inesperado e findável. Geralmente, a ação vem conforme sua conveniência, por essa, e outras razões, faz-se necessário que o ato do sujeito seja orientado por princípios. Como a vida do ser humano se

dá por meio da sociedade e por esta possuir uma cultura, fica implícita que nela há leis que orientam as ações do indivíduo em seu seio.

A filosofia ética de Hegel tem como característica a distinção entre eticidade e moralidade. Eticidade - ordem ética, reino ético (Stittlechkeit) - é objetiva: uma realidade social, a vida ética de um povo dentro de seus costumes que são a norma incontestada do que é justo (MENESES, 2001, p. 135).

Para tanto, são justamente esses códigos de leis que orientam e garantem a subsistência do sujeito. A educação, além de instruir o estudante para o trabalho, forma-o para a vida em sociedade, ensinando-o as regras de convivência. A formação escolar instrui, orienta e habilita com o conhecimento o discente, tanto para seu crescimento como ser humano, como para a realização de sua liberdade no corpo social. Meneses declara que:

Sendo ação do indivíduo efêmera e contingente, é natural que se busque um critério ou fundamento para ela; e é a própria cultura, como um todo, que se apresenta ao indivíduo em sua dimensão axiológica, como um sistema normativo que lhe impõe sua autorealização - e não só como um sistema técnico que lhe assegure a sobrevivência. A cultura é um espaço de vida, um estilo de vida; encarna uma visão do mundo e do homem: é inseparável do ethos, é constitutivamente ética (MENESES, 2001, p. 131).

Ele nos oferece uma grande ilustração sobre a vida de uma determinada civilização em coletividade, a dos gregos. Para estes, as suas ações eram orientadas por leis e princípios éticos, a ética grega em si, para a política. Essas ações visavam o bem-estar da cidade, dos cidadãos; pois, esse bem-estar dos membros da cidade-Estado, era o usufruir de sua liberdade garantida pela democracia. Os indivíduos eram educados desde cedo para a compreensão dos valores éticos como sendo condição de sua liberdade dentro de uma polis democrática de boas leis. O grego tinha consciência da importância de suas ações éticas no espaço político, visto que ele era a garantia e ampliação de sua liberdade.

Se a ética é coextensiva ao conjunto da cultura, sua presença era particularmente importante, para os gregos, na esfera política. De fato, a política para eles era uma ética. Como o indivíduo alcançava sua plena realização humana pelas virtudes, a polis se realizava como sociedade política, como espaço humano da liberdade, através das leis justas (MENESES, 2001, p. 131).

A educação carrega em seus fundamentos a necessidade do ensino da ética da cultura em que está inserida. Esse ato de formar o indivíduo, já traz em si a esperança de tornar a vida em sociedade mais livre. Essa liberdade, tão desejada na esperança de sua concretização, torna-se efetiva com as instituições democráticas (o Legislativo, o Judiciário e o Executivo). No Legislativo, na criação das leis, em que os cidadãos criariam-nas e passariam a obedecê-

las em harmonia com os valores éticos, existem padrões éticos que garantem a manutenção e a realização da política na criação e execução de suas boas leis. Assim diz Meneses,

[...] a esperança é que, da confluência de tantos movimentos de inspiração ética, se torne de domínio comum à evidência de que a ética é a necessidade maior da sociedade humana, e a base insubstituível de uma civilização digna do homem, a esperança de que surja um novo “reino ético” que nada fique a dever à Grécia antiga (essa, aliás, é antes um “tipo ideal” que uma imagem histórica exata). Eticidade por vir – como floração suprema da moralidade - traria a riqueza e a profundidade do sujeito, a transparência dos valores e da razão, para iluminar, desde dentro, os costumes e a ordem ética, estendida enfim às dimensões do mundo. Seria um reino ético onde a heteronomia fosse coisa do passado, já que as aspirações éticas da razão se veriam transcritas em leis justas e reconhecidas como tais; e em costumes plenamente racionais como expressão do reconhecimento e da liberdade (MENESES, 2001, p. 138).

Ele reforça que a família, a sociedade civil-burguesa e o Estado são esferas da **eticidade**. A família está relacionada ao indivíduo pelo amor, afeto e cuidados, e, não diferente, sendo responsável, em grande parte, por sua educação. Esse grupo social “está na base, ligada à natureza biológica e ao sentimento, educando a individualidade, o singular” (MENESES, 2006, p. 90). A sociedade civil-burguesa tem sua origem na modernidade; é nela e por meio dela que os sujeitos buscam a satisfação dos seus interesses, relacionando-se e interagindo através de grupos (sociais e econômicos) em atividades econômicas. Essa sociedade “articula os interesses de todo o corpo social, de cada grupo ou estamento a divisão do trabalho e os mercados, a produção de riquezas” (MENESES, 2006, p. 91). O Estado é o agente que transforma o indivíduo em cidadão, e, igualmente, “faz a sociedade civil ter unidade e equilíbrio, compatibilizando, em última instância, a diversidade e o conflito de interesses” (MENESES, 2006, p. 91).

Com isso, verificamos que há três esferas na **eticidade – o Estado, a sociedade civil-burguesa e a família** – que transformam as relações, as interações e a dinâmica entre si, nos momentos da vida do homem em coletividade. O Estado, na **eticidade**, tem a maior responsabilidade na existência dos sujeitos, por ter a família e a sociedade civil, reunidas em si. O ser humano encontra o seu comprometimento e responsabilidade com aquilo que lhe é relevante, em consonância com o os interesses do Estado:

[...] o momento da particularidade é igualmente essencial e que sua satisfação é, portanto, absolutamente necessária. No cumprimento de seu dever, o indivíduo deve encontrar ao mesmo tempo de algum modo seu próprio interesse, sua satisfação e seu benefício e de sua situação no Estado deve nascer o direito de que o público se torne seu próprio particular. O interesse particular não deve ser posto de lado ou reprimido, mas deve ser harmonizado com o universal, preservando assim o próprio universal. O indivíduo que está subordinado aos seus deveres encontra em seu cumprimento como cidadão a proteção de sua pessoa e propriedade, a consideração de seu bem-estar particular e a satisfação de sua essência substancial, a consciência e

o orgulho de ser um membro daquela totalidade. No cumprimento dos deveres na forma de benefícios e serviços para o Estado, o indivíduo tem sua conservação e sua existência (HEGEL, 1999, p. 382-383, **tradução nossa**)¹⁹.

A educação dos indivíduos está dentro da **eticidade**, pois, como já mostramos no capítulo anterior, isso através dos papéis desempenhando pela família e pelo Estado, duas instâncias que educam o sujeito para a vida em sociedade. A formação educacional (que também envolve a profissional) tem a finalidade de habilitar, de produzir, compartilhar o conhecimento necessário ao ser humano para que o mesmo alcance a compreensão da convivência com os outros. Assim, o Estado deve garantir, junto com a família, a Educação; mas principalmente o Estado deve assegurar o processo de conquista da cidadania pelos indivíduos. O sujeito vai alcançar, ou dar passos que o aproxime da ideia de liberdade, aqui, como liberdade efetiva nos seus direitos e deveres. Igualmente, verificamos o Estado como condição da liberdade do ser humano em constante expansão (o Estado que suprassume dialeticamente a si mesmo no caminho da liberdade humana). Portanto, o sujeito reconhece no Estado a condição de sua existência e liberdade.

O sujeito transformado em cidadão pelo Estado, por meio da educação, tem os seus desejos particulares (objetivos, sonhos, etc.) e a possibilidade de sua realização garantida pelo Estado. Porém, essa vontade singular possui a compreensão ética de uma vida em coletividade, uma vida em concordância com o Estado. E sobre isso, Hegel aponta bem em seu texto:

A consideração concreta, a ideia, mostra que o momento da particularidade é igualmente essencial e, com isso, mostra a sua satisfação como pura e simplesmente necessária: o indivíduo precisa encontrar, no cumprimento de sua obrigação, ao mesmo tempo, de algum modo, seu interesse próprio, sua satisfação ou seu proveito e, por sua relação no Estado, resulta um direito para ele, pelo qual a Coisa universal tornam-se sua própria Coisa particular. O interesse particular não deve, na verdade, ser posto de lado ou mesmo reprimido, porém posto em concordância com universal, pelo qual ele mesmo e o universal são preservados. O indivíduo, segundo suas obrigações, encontra como cidadão, no seu cumprimento, a proteção de sua pessoa e de sua propriedade, a consideração de seu bem-estar particular e a satisfação de sua essência substancial, a consciência e o sentimento próprio de ser membro desse todo, e nessa realização das obrigações, enquanto prestações e ocupações para o Estado, esse possui sua preservação e sua subsistência (HEGEL, 2010, p. 237-238).

¹⁹ No original: “[...] el momento de la particularidade es igualmente esencial y que su satisfacción es por lo tanto absolutamente necesaria. Al cumplir con su deber el individuo debe encontrar al mismo tiempo de alguna manera su propio interés, su satisfacción y su provecho y de su situación en el Estado debe nacer el derecho de que la cosa pública devenga su propia cosa particular. El interés particular no debe ser dejado de lado ni reprimido, sino que debe ser puesto en concordancia con lo universal, con lo cual se conserva lo universal mismo. El individuo que se subordina a sus deberes encuentra en su cumplimiento como ciudadano la protección de su persona y propiedad, la consideración de su bienestar particular y la satisfacción de su esencia sustancial, la conciencia y el orgullo de ser miembro de esa totalidad. En el cumplimiento de los deberes en la forma de prestaciones y servicios para el Estado, tiene el individuo su conservación y su existencia”.

O interesse e a particularidade do sujeito, como mencionados acima, não desaparecem no cidadão que se tornou. Eles estão suprasumidos e realizados na cidadania dentro do Estado. Segundo Meneses, o singular do ser humano “não está esvaziado no cidadão, mas garantido e efetivado pela instância do Estado, que expande essa vontade individual em vontade universal e em verdadeira liberdade” (MENESES, 2006, p. 92). As vontades individuais não são extintas no Estado. Elas são conservadas e elevadas nele, pelas instituições legislativas que garantem os seus direitos.

Os múltiplos interesses particulares não são destruídos pelo Estado, mas suprasumidos pelas câmaras legislativas, que articulam e compatibilizam suas particularidades para produzirem leis universais, que orientam a ação do Estado (MENESES, 2006, p. 92).

3.3 AS TRÊS FIGURAS DA ETICIDADE E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO

A educação apresenta a sua responsabilidade e compreensão para a formação do indivíduo que reconheça a diferença do outro como igualdade, já que a diferença é universal. Por todos os seres humanos serem diferentes (cultura, etnia, subjetividade, corpo físico, entre outras), são iguais em algumas dessas diferenças. A educação tem essa incumbência de instruir o estudante para a cidadania, o apreço ao bem comum, os sentimentos de reciprocidade ao ser humano e a tolerância bilateral. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais das Ciências Humanas:

Em primeiro lugar, a cidadania é, poderíamos dizer assim, a finalidade síntese da Educação Básica, a qual não dispensa o contexto do trabalho como sentido prático para a sua realização. As finalidades da Filosofia no Ensino Médio (Artigo 35 da LDB) estão, destarte, diretamente associadas ao contexto geral das finalidades da Educação Básica (Artigo 32), em geral, ou às diretrizes de sua área de ensino (Artigo 36/ Parecer N. 15/98 / Resolução N. 03/98), em particular. Devemos, pois, tomar, como ponto de partida, os valores tematicamente apresentados na Lei 9394/96, conforme dispostos na Resolução N. 03/98: I - os fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, ao respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - os que fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca. Tais valores, nucleados a partir do respeito ao bem comum e da consciência social, democrática, solidária e tolerante, permitem identificar mais precisamente a concepção de cidadania que queremos para nós e que desejamos difundir para os outros. Eles projetam um éthos que, embora se refira à totalidade do ser humano, deixa-se clarificar em três dimensões distintas: estética, ética e política (BRASIL, 2000, p. 48).

A legislação educacional pretende efetivar o ato de educar, por ser igualmente, um ato de esperança. A educação, em sua ação de formar o indivíduo para a cidadania, opera com a esperança de conscientizá-lo sobre a tolerância e o reconhecimento do outro como igual cidadão. As três figuras da eticidade apresentadas por Meneses, estão presentes nas leis que

regem a educação brasileira como meio de efetivá-las no sujeito para que este respeite, tolere e reconheça o outro como igual em direitos e liberdade. Meneses apresenta exatamente essa tríade:

Sem forçar o paralelismo, talvez pudéssemos dizer que temos aqui “as três figuras da eticidade”, onde já no “elemento” do Espírito, a negatividade destrói os obstáculos para que ele se manifeste, elimina as barreiras para que um “Nós” se constitua: o princípio da esperança abre as cortinas do futuro e da generosidade; a tolerância cria as precondições para que o outro seja aceito e respeitado; e enfim, no reconhecimento se alcança a realidade efetiva desse movimento de suprassunção da alteridade, numa nova unidade espiritual; que é a última palavra da realização humana (MENESES, 2020, p. 1-2).

A formação educacional tem como uma de suas finalidades, ajudar o indivíduo a encontrar e ver no outro a si mesmo, isto é, a compreensão do outro como igual. Portanto, tem por consequência o reconhecimento do outro em suas diferenças como cidadão. A educação ensina o indivíduo para viver a sua cidadania e propicia que cada um reconheça a cidadania do outro, em que as ações éticas de ambos visem o bem comum, formando os estudantes com vistas à cidadania. Assim consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

[...] a cidadania deve ser entendida como consciência e atitude de respeito universal e liberdade na tomada de posição. De uma parte, a possibilidade de agir com simetria, a capacidade de reconhecer o outro em sua identidade própria e a admissão da solidariedade como forma privilegiada da convivência humana; de outra parte, a liberdade de tematizar e, eventualmente, criticar normas, além de agir com (e exigir) reciprocidade com relação àquelas que foram acordadas e o poder, livremente, decidir sobre o que fazer da própria vida, possibilitam desenhar os contornos de uma cidadania exercida em bases orientadas por princípios universais igualitários. O aspecto do éthos que se evidencia aqui é o que chamaríamos de identidade autônoma (BRASIL, 2000, p. 49).

A formação educacional para a cidadania também é uma formação para ações éticas (aqui, está inserida a ética do reconhecimento) na política. Dado que os atos éticos no campo político visam à transformação da sociedade para melhor servir o cidadão em seus direitos. Segundo os Parâmetros Curriculares das Ciências Humanas:

[...] do ponto de vista político, a cidadania só pode ser entendida plenamente na medida em que possa ser traduzida em reconhecimento dos direitos humanos, prática da igualdade de acesso aos bens naturais e culturais, atitude tolerante e protagonismo na luta pela sociedade democrática. Sem a consciência de direitos e deveres individuais e coletivos, [...] sem a tolerância a respeito de opiniões e estilos de vida “não convencionais” e, sobretudo, sem o engajamento concreto na busca por uma sociedade democrática, não é possível de nenhum modo que se imagine o exercício pleno da cidadania. É o aspecto que poderíamos chamar de participação democrática (BRASIL, 2000, p. 49).

A formação do indivíduo é um ato de esperança que visa à tolerância e o reconhecimento do outro como igual em todas as dimensões da vida humana.

3.3.1 A ESPERANÇA

A educação é constituída por uma série de relações da eticidade com ela mesma na busca de expandir e aprofundar a liberdade dos indivíduos. Ressaltamos que, em outra perspectiva, a formação educacional é um ato de esperança, para que o ser humano supere a sua ignorância e venha a se tornar cidadão. Essa esperança faz a educação ser pensada em si mesma, com vista a superar as dificuldades em educar o indivíduo para a construção de uma sociedade mais justa e livre para todos.

Com a esperança, todas as dificuldades e empecilhos poderão ser vencidos e superados:

Certamente, do mais íntimo do ser humano, de sua vontade de ser, de sua aposta de que a vitória é possível, porque é necessária. O obstáculo, o mal, jamais será mais forte do que nós: não passa de um desafio que tem por efeito mobilizar nossas forças para superá-lo (MENESES, 2020, p. 2).

As consequências da falta de formação escolar para o indivíduo são danosas para a sua vida, em sua subjetividade, em sociedade. Grandes são os males vivenciados quando o homem em sua consciência não se sabe livre na existência coletiva. Mas, Hegel, lança as luzes da esperança quando afirma que “o Espírito é tanto maior quanto maior é a contradição da qual retorna para si mesmo” (HEGEL, 1992, p. 216). A partir da afirmação hegeliana, temos a esperança que a educação, que já é em seu ato esperança, possa ser uma forma do próprio Espírito na eticidade (mais especificamente pelas instituições de ensino) retirar o ser humano da barbárie. “Essa é a esperança hegeliana, que se mostra mais vitoriosa na medida, que o obstáculo – que a afeta como contradição – é por ela superada no seu retorno a si mesma” (MENESES, 2020, p. 2). Portanto, refletimos a partir de Hegel, que a educação é um ato de esperança do ser humano para a humanidade.

3.3.2 A TOLERÂNCIA

Hoje, quase que de modo universal, a humanidade vem tentando por vários meios combater toda espécie de intolerância com a tolerância. Esse enfrentamento possui a esperança em tornar o mundo mais condescendente com as diferenças por meio do respeito e da aceitação. É uma luta constante em que muitos órgãos internacionais e instituições têm dado as mãos para vencer esse mal, porque a intolerância ainda causa, na atualidade, muito sofrimento, violência e aniquilação do ser humano. Sob a ótica de Meneses:

Na mentalidade moderna, a tão falada tolerância, é no fundo uma “negação da negação”, como já era a esperança, pois seu movimento se destina a destruir a

intolerância (que é sempre primeira ou a atitude primária) que desejaria “proibir de ser” o outro. Parece muito pouco, mas é fundamental: as nações, classes e culturas estão ainda longe de admitir o outro, de renunciar a eliminá-lo pela violência, ou a extirpar sua alteridade, fazendo-o à imagem e semelhança do mesmo (MENESES, 2020, p. 1).

Mesmo com o constante combate à intolerância, ela ainda continua devastando povos, culturas, credos, levando muitas mulheres à morte. Diante do sofrimento causado à humanidade, essa força de aniquilação à diferença, precisa ser extinta pela hegemonia da tolerância. Na qual toda a diferença ao invés de ser destruída, seja agora tolerada, e possa ter o direito de existir e conviver com as outras. Meneses enfatiza que

de fato, é de vida e morte que se trata: enquanto houver povos se massacrando, raças e religiões, exterminando a vida dos diferentes, a própria diversidade de sexos, dando lugar a assassinatos freqüentes das mulheres, não se pode dizer que a tolerância está superada, e que já está na hora de falar em atitudes mais acolhedoras da diversidade. O século 20 foi o século dos genocídios, e nada garante que o século presente vá ser mais humano (MENESES, 2020, p. 4).

O trabalho da tolerância é, pelo menos, permitir a diferença viva. Que, no mínimo, os povos, culturas e crenças possam existir. Como também, as mulheres possam exercer a sua liberdade sem serem perseguidas no trabalho e, muito menos, mortas por seus companheiros. Tolerância que permite o diferente pensar, agir, sentir e experimentar o mundo e a sua liberdade:

[...] a tolerância começa por deixar que o outro exista, o que já é grande coisa, quando em tantas partes do mundo continua a haver massacres de populações, e até mesmo nos países mais desenvolvidos a vida das mulheres não está nada garantida dentro de suas casas; como se o movimento da libertação das mulheres tivesse estimulado ainda mais a sanha assassina dos machistas (MENESES, 2020, p. 4).

A tolerância não apenas atua no campo que evita a destruição da diferença com a morte, literalmente, mas também na complacência que garante o apreço à alteridade da diferença. Vários são os exemplos em que povos tiveram a alteridade de suas culturas exterminadas pelo povo dominador. Por isso, na tolerância, a vida e a diferença devem ser mantidas no convívio. Assim, em concordância com Meneses:

[...] há outro passo a ser dado rumo à tolerância: não basta respeitar a existência do outro; é preciso respeitar também sua alteridade. Nem sempre a intolerância parte em guerra para eliminar o diferente, muitas vezes se contenta com extirpar sua alteridade, fazendo-o assumir as formas e a cultura do mesmo (MENESES, 2020, p. 4).

Para ele, a tolerância da diferença é o reconhecimento de nossa diferença diante de outra. E essa luta de firmasse e afirmasse frente à outra particularidade, está no mesmo processo dinâmico. Chegamos à conclusão que a tolerância é o melhor caminho para a vida de

ambas em uma possível coexistência. Geralmente, quando uma alteridade se sobrepõe a outra para eliminá-la de algum modo, a mais forte prevalece. Mas, por outro ângulo, constatamos que não existe uma diferença com força absoluta invencível que predomine eternamente. De forma habitual, sempre aparece outra mais poderosa que extermina a anterior. Isso nos faz lembrar do estado de natureza de Hobbes, em que a tolerância surge como o fenômeno que tenta equilibrar ou findar a selva de destruição do diferente:

Pertence à tolerância, por seu caráter de “negação da negação”, essa beligerância em defesa de nossa identidade, esse apego cioso à nossa diferença, contrapondo-se a todo etnocentrismo (eurocentrismo, imperialismo) que atente contra nossa diferença constitutiva (MENESES, 2020, p. 5).

A tolerância religiosa, em seus processos dialéticos, supassumiu para o respeito às crenças, o que resultou na liberdade das religiões como presenciamos hoje. Meneses diz que “a tolerância como conceituamos, em sua característica dialética, tem a necessidade de ultrapassar-se, de ir além de si mesma. Vemos o que aconteceu no domínio político religioso, que foi o primeiro campo de luta contra a intolerância” (MENESES, 2020, p. 5).

O que no início era simples tolerância da diversidade de crenças, deu um salto qualitativo para a situação de hoje: o respeito de todas as crenças ou opiniões em nome da liberdade de consciência, que é admitida como uma evidência não só pelos estados modernos, mas também pela igreja católica pós-conciliar (MENESES, 2020, p. 5).

Na religião, a tolerância supassumiu para o reconhecimento. Assim, o tolerar, que era apenas um suportar, um aturar para coexistir, passou a ser uma aceitação que reconhece o outro em sua alteridade. Nesse reconhecer da diferença, a particularidade usufrui de sua liberdade, pois, agora, ela é livre e vista como igual por sua diferença (todos são iguais por serem diferentes). Nessa ilustração da religião, a igualdade está no fato de todas se distinguirem uma das outras por suas diferenças. É a diferença que as tornam iguais. O reconhecimento, supassunção da tolerância, é a compreensão da igualdade imanente entre as religiões, porque

existe, para falar como Hegel, um “instinto de razão” no íntimo da tolerância, que aponta para a igualdade efetiva e o reconhecimento do outro na sua diferença. Assim o próprio dinamismo da tolerância tem um núcleo positivo, e sua “beligerância”, uma vez negada a negação que proibia o outro de ser, tende para a positividade do respeito da liberdade e igualdade de todos. A verdade da tolerância está no reconhecimento (MENESES, 2020, p. 5).

A educação cria meios de agir contra a intolerância por meio de sua legislação. Na parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em que trata das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política no Ensino Médio, verificamos a finalidade de cada uma dessas áreas

do conhecimento no enfrentamento à intolerância. De posse de tais saberes, o estudante pode compreender e aceitar as diferenças, enriquecendo as relações, já que compreenderia a sua alteridade no outro. Logo essas disciplinas proporcionariam

ao aluno a possibilidade de transpor uma postura etnocêntrica (que produz atitudes preconceituosas e discriminatórias, sobretudo ao lidar com as diferenças e com as minorias sociais), tendo como referência a prática de relativizar a realidade social (BRASIL, 2000, p. 39).

A área do conhecimento sobre o ser humano “fornece instrumentais de suma importância que possibilitam modificar as relações interpessoais cotidianas” (BRASIL, 2000, p. 39). Tais meios auxiliam o estudante a comparar, a analisar e a reconhecer a diferença que o cerca para se relacionar de forma construtiva e benéfica na convivência em sociedade. Isso também “significa conviver com a diversidade de forma plena e positiva” (BRASIL, 2000, p. 39). Essa compreensão do aluno sobre sua igualdade na diferença do outro é o rumo para a construção de uma sociedade mais justa para todos. Sem preconceitos, discriminação e sem qualquer forma de extermínio da diferença. No indivíduo, “isso implica compreender que o “alter” tem uma lógica própria de percepção da realidade, que não pode ser desqualificada ou vista como “superior” ou “inferior”, num mundo ainda marcado pela intolerância” (BRASIL, 2000, p. 39-40). Relacionar-se e comparar-se com o outro em sua diferença é “um dos caminhos de construção e consolidação da cidadania plena” (BRASIL, 2000, p. 39-40).

A educação tem como intenção na luta contra a intolerância desenvolver no estudante habilidades e competências que visam à compreensão, à consideração e ao reconhecimento cultural e artístico dos povos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais aparecem como guias para instruir o discente a “compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, enquanto princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual” (BRASIL, 2000, p. 43). Além do mais, para que o estudante possa conscientizar-se de sua cidadania junto com a dos outros (reconhecimento), garantindo a liberdade no fortalecimento das instituições públicas. E isso pode ser visto nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos (BRASIL, 2000, p. 43).

3.3.3 O RECONHECIMENTO

Partindo da dialética hegeliana, podemos dizer que o reconhecimento é o supracumir da tolerância. Dado que “o reconhecimento, que é sempre a superação do mal-estar, da estranheza e mesmo rejeição da alteridade” (MENESES, 2020, p. 1). No reconhecer da diferença do outro, e por este igualmente reconhecido, ele faz o momento da tolerância desaparecer. Na fala de Meneses (2020, p.1), “o reconhecimento vai além da tolerância, porque não só admite a alteridade, mas, no seu limite, aplaude a diversidade como a grande riqueza da condição humana”. A tolerância que era o simples deixar existir, mas que mantinha a distância entre as diferenças, agora se encontra elevada e conservada no reconhecimento. O reconhecimento unifica as diferenças em uma multiplicidade de igualdade, na medida em que “reconhece não só o outro como igual, mas se reconhece no outro, e no reconhecimento que recebe do outro. É ele que estabelece um ‘nós’ na pluralidade dos eus, e assim é a condição mesma do surgimento do espírito” (MENESES, 2020, p. 1).

Esse reconhecimento da alteridade, da diferença entre os seres humanos, é uniformemente trabalhado na esfera educacional por suas legislações, para que o estudante conceba e fundamente os alicerces do seu eu e do outro, compreendendo que a vida em sociedade é constituída por uma pluralidade de iguais. Nos Parâmetros Curriculares das Ciências Humanas para o Ensino Médio, destaca-se:

A construção do “eu” e do “outro”, assim como a construção do “eu” e do “nós” não ocorre no vazio. Essas construções têm lugar nos diferentes contextos da vida humana e nos diferentes espaços de convívio social em que os indivíduos e os grupos atuam, baseando-se no reconhecimento de semelhanças e, simultaneamente, de diferenças, bem como no de mudanças e permanências (BRASIL, 2002, p. 72).

As leis que regem as disciplinas das Ciências Humanas possuem conhecimentos e características de combate à intolerância condizente com a especificidade de seu campo de atuação. Essa legislação, aqui, no exemplo da história, pretende que o discente venha a:

Construir o conhecimento sobre si mesmo e sobre o outro por meio do reconhecimento de diferenças e semelhanças, e mudanças e permanências nas variadas formas de relações entre as pessoas e os grupos sociais, nos círculos próximos de sua convivência e em épocas e lugares distantes. O aluno começa a situar suas próprias experiências, seus valores e suas práticas cotidianas em relação às problemáticas mais amplas e abrangentes vivenciadas pelos grupos contemporâneos e pelos grupos que viveram em épocas passadas, reconhecendo-se, simultaneamente como sujeito de sua história pessoal e participante da história do seu tempo (BRASIL, 2002, p. 72).

O conhecimento das Ciências Humanas carrega em si a responsabilidade de instrução e aquisição das competências e habilidades, por parte do discente, de compreensão das

dimensões da vida humana (cognição, afetividade, sociedade, cultura, etc.) e com isso construir sua própria identidade junto com a dos outros. Por consequência, isso “implica o reconhecimento das diferenças e imediatamente a aceitação delas, construindo-se uma relação de respeito e convivência, que rejeita toda forma de preconceito, discriminação e exclusão” (BRASIL, 2000, p. 12).

A educação age para que haja uma cidadania de iguais em direitos e deveres a partir dos conhecimentos compartilhados, comumente os da área das Ciências Humanas e suas Tecnologias. Mas, para isso, os saberes devem sensibilizar o estudante para que ele enxergue o sofrimento causado pela intolerância, tanto no decorrer da história da humanidade, como nos dias atuais, a fim de que ele se reconheça no outro e também seja reconhecido. Contudo é

na base da identidade e da igualdade, que deverá estar a sensibilidade, primeiro momento do se posicionar socialmente, que deverá guiar o indivíduo para a indignação e o repúdio às formas veladas ou explícitas de injustiça ou desrespeito (BRASIL, 2000, p. 12).

O Estado é o âmbito mais alto da eticidade em sua realização. Nele, a pluralidade e a democracia estão presentes, realizando-se através da busca da unidade plural no reconhecimento das diferenças em suas mais variadas diversidades. Ele tem força de unificar as diferenças por vários meios, trabalhando em conjunto e simultaneamente em suas esferas, seja no campo do judiciário, do legislativo, da política, da educação, dentre outros. Porém, é obrigação do Estado incluir todos os indivíduos na liberdade da cidadania:

Estado, instância suprema da eticidade e do espírito efetivo, não só é o ponto de chegada da realidade social, mas a constitui por seu poder unificador. O Estado moderno, pluralista e democrático, é feito pela convergência de uma grande pluralidade de reconhecimentos e também de reconciliações: as diferenças étnicas, culturais, sexuais, religiosas convergem nele para formar uma unidade rica de diferenças, supassumidas na sua diversidade irreduzível, mas coexistindo na realidade última do Estado. Por sua vez, cabe ao Estado assumir e possibilitar essa riqueza multiforme, proporcionando condições para a liberdade e reconhecimento universal de todos e de cada um. A universalidade do reconhecimento de cada indivíduo em sua plena cidadania faz do Estado essa unidade suprema, e última palavra do espírito efetivo (MENESES, 2020, p. 8).

Verificamos através do pensamento de Meneses, que em nossa lei suprema, há a procura da efetivação do reconhecimento da alteridade dos sujeitos como indivíduos de direitos e deveres pela cidadania. A Constituição Federal do Brasil (1988) diz em seus artigos e incisos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: II - prevalência

dos direitos humanos; [...] VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (EC n. 45/2004); I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; [...] VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (BRASIL, 2016, p. 13).

Em consonância com a Constituição Federal (1988), a respeito de efetivar o reconhecimento do sujeito como cidadão, está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Ela visa, desde os primeiros anos de vida, formar o indivíduo para a cidadania, na qual, a pessoa seja reconhecida e reconheça a liberdade dos outros. O Estado por meio de suas instituições trilha o caminho para concretizar a liberdade de todos. Nestes artigos e incisos da LDB constam:

Art. 2º- A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...] Art. 3º- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; [...] XII – consideração com a diversidade étnico-racial; [...] Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL, 2020, p. 8).

Para tanto, soando em uníssono à Constituição Federal (1988) e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), surgem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2012) visando erradicar a intolerância e suas consequências. Isso possibilita, consecutivamente, a inserção do estudante no reino da cidadania, como diz o texto do Art. 16:

O projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar: [...] V - comportamento ético, como ponto de partida para o reconhecimento dos direitos humanos e da cidadania, e para a prática de um humanismo contemporâneo expresso pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade; [...] XIV - reconhecimento e atendimento da diversidade e diferentes nuances da desigualdade e da exclusão na sociedade brasileira; [...] XV - valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas (BRASIL, 2012, p. 6-7).

A legislação educacional e sua execução são os esforços do Estado em abranger a cidadania a todos. Na cidadania está o reconhecimento dos homens como iguais, não

importando suas diferenças físicas, religiosas; de pensamento, gênero, social, econômica e cultural, de modo geral. Dentro do Estado, todos devem ter direitos e deveres iguais, e, similarmente, desfrutar de sua liberdade. Ao longo de todo nosso trabalho, ficou perceptível que a formação educacional apontada por Hegel tem como finalidade tornar o indivíduo um cidadão, assim como nas reflexões de Meneses:

O reconhecimento está, portanto presente desde que haja uma pluralidade de consciências. Diríamos que está presente em princípio, em seu conceito. Mas o pleno reconhecimento efetivo e universal, a que tende pela própria exigência do espírito, é um longo processo e só no termo se alcança; a saber no Estado moderno democrático, capaz de constituir todos os seus membros em cidadãos de verdade, e de dar condições para que se realizem plenamente, todos reconhecendo e sendo reconhecidos por todos (MENESES, 2020, p.7).

4 A INTERVENÇÃO PRÁTICA

Nessa seção abordaremos o processo e o resultado da nossa intervenção prática.

4.1 O ENSINO DE FILOSOFIA

A filosofia tem importância para a vida por ser o descortinar do espírito do homem sobre si mesmo e sobre os fenômenos do mundo. Ela, considerada ciência para Hegel, tem o ser do homem e sua consciência como objeto de conhecimento. Não podemos deixar de ressaltar que para esse estudioso, a filosofia é o saber efetivo e deve transcender à mera condição de amor ao saber, para se tornar o saber em efetividade, ciência. Uma ação da consciência que busca se autoconhecer em suas relações e as relações de relações com toda manifestação da natureza. Hegel justifica a condição de ciência da Filosofia:

A verdadeira figura, em que a verdade existe, só pode ser o seu sistema científico. Colaborar para que a filosofia se aproxime da forma da ciência – da meta em que deixe de chamar-se amor ao saber para ser saber efetivo – é isto o que me proponho. Reside na natureza do saber a necessidade interior de que seja ciência, e somente a exposição da própria filosofia será uma explicação satisfatória a respeito. Porém a necessidade exterior é idêntica à necessidade interior – desde que concebida de modo universal e prescindindo da contingência da pessoa e das motivações individuais – e consiste na figura sob a qual uma época representa o ser-aí de seus momentos. Portanto a única justificação verdadeira das tentativas, que visem esse fim, seria mostrar que chegou o tempo de elevar a filosofia à condição de ciência, pois, ao demonstrar sua necessidade, estaria ao mesmo tempo realizando sua meta (HEGEL, 2007, p. 27-28).

É por meio da História da Filosofia, considerada por Hegel, filosofia como saber efetivo, e os conteúdos tratados por ela, que o espírito humano produz a ação do filosofar e a busca pelo conhecimento. Esse ato de filosofar, de buscar o saber, só é possível por intermédio do professor que os tem em sua posse:

Segundo Hegel, a filosofia sempre é pertinente na medida em que se manifesta sobre o que é fundamental para o homem, isto é, sobre sua vida com as questões que lhe dizem respeito. Para tanto, a filosofia deve assumir o homem como seu objeto de consideração. Isto deve resultar na apreciação da realidade humana para que a partir dela sejam levados e elevados à sua maior e melhor compreensão pela reflexão e pela especulação. Tais habilidades não são adquiridas senão pelo contato direto com a filosofia em sua especificidade na sua produção histórica, ou seja, nos textos. Conhecer a história da filosofia já é aprender filosofia, mas tal aprendizagem necessita da mediação do professor (NOVELLI, 2005, p. 129).

Logo, o ensino de Filosofia que tenha por finalidade tornar o discente conhecedor da História da Filosofia e os seus temas, como também filosofar, deve ser sistemático e preocupado com o aprendizado do estudante em suas dificuldades de assimilação. Novelli afirma que Hegel admite as particularidades dos estudantes do ginásio e por essa razão,

acredita que o professor de Filosofia deve ter a preocupação de organizar os temas de uma forma que alcance a compreensão dos mesmos. Novelli também encontra nas ideias de Hegel que “é mais fácil fazer-se incompreensível de uma forma sublime que ser compreensível de uma forma coerente, e que, a instrução da juventude e a preparação da matéria para ela constitui a última pedra de toque da claridade” (HEGEL apud NOVELLI, 1978 p. 176).

A filosofia ensinada aos alunos possuiria a finalidade de acabar com a ilusão de que o objeto e o sujeito são distintos e apartados um do outro, por meio do método especulativo. O ensino de Filosofia a partir da metodologia especulativa, suprassumiria a ideia de separação entre sujeito e objeto. Isso teria como resultado a junção de pensamento e objeto, como igualmente apresentaria suas relações. Assim, o sujeito não veria mais o seu objeto de estudo como algo separado de sua razão, nem como algo impossível de ser conhecido. Assim, constatamos em Novelli, a partir de Hegel, que o método especulativo²⁰ no ensino de Filosofia, dá ao estudante uma nova perspectiva sobre a sua busca pelo conhecimento em outras ciências, ou seja, um novo olhar, um novo princípio na abordagem do conhecer dos objetos de estudo:

O objetivo do ensino da filosofia aos jovens seria despertar neles o pensamento especulativo que gradualmente conduziria ao estudo sistemático da filosofia. [...] Em Hegel, a especulação é compreendida como a síntese das determinações da reflexão e da intuição intelectual. O que Hegel pretende é a superação da dicotomia teoria-prática, análise e empiria, e isto é o que opera a especulação que reconhece tanto uma quanto a outra, e que ainda indica uma relação absoluta entre ambas. A separação entre razão e sentidos, sujeito e objeto é fictícia e pretenciosa porque afirma o caráter absoluto de um e de outro. Isto é, para Hegel, uma inverdade, pois não há sujeito sem objeto, ou seja, a diferença é identificadora pela aproximação e pela unidade e não pela separação. Nesse sentido, a característica principal da *Spekulation* em Hegel é a da união de pensamentos e coisas, opostos e entendidos como distintos. [...] Portanto, Hegel não assume o termo *Spekulation* como espelho, pois ele não aceita a ideia de que algo não possa ser acessível por meio da cognição direta. Em suma, a *Spekulation* em Hegel é a afirmação do sujeito com o objeto, no objeto e pelo objeto. Não se trata somente de que o sujeito reconheça o objeto, mas que se reconheça nele, sendo desta forma um com o objeto (NOVELLI, 2008, p. 138).

A Filosofia busca conhecer o objeto em sua completude e é necessária a educação do indivíduo de modo integral, a fim de que ele possa ter a perspectiva da totalidade da coisa a ser estudada, além do conhecimento da interdisciplinaridade entre as ciências. Deve-se ter a consciência de que ambas as ciências possuem associações entre si em um mesmo objeto a ser

²⁰ Por outro lado, Bourgeois (2004, p. 350 e 351), na sua obra *Hegel - Os atos do espírito*, diz que “mesmo supondo que se considere uma aprendizagem filosófica de três anos desse nos liceus, esta pode conduzir apenas ao limiar da especulação”. “A prática desse ato especulativo, isto é, o filosofar em sua plenitude, é assim uma tarefa reservada à formação universitária”. Contudo, mesmo ressaltando Bourgeois, não se pode negar o fato do método especulativo possibilitar ao estudante, hoje do ensino médio, a superação entre teoria e prática, assim, como também as relações e as relações de relações entre as ciências.

conhecido. De outro ponto de vista, esse saber da Filosofia necessita de uma organização metodológica, que precisa ser executada de acordo com o nível de conhecimento de cada classe do ginásio. Hegel diz que a “exigência habitual num ensino introdutório da Filosofia é que se deve começar pelo existente e, a partir daí, levar a consciência para o mais alto, para o pensamento” (HEGEL, 1989, p. 367). Desde a classe mais elementar em que são trabalhados os conteúdos relacionados com o dia a dia, até o mais elevado nível do pensar. Um processo metodológico que vai preparando o estudante a partir da série inicial até a última. Novelli baseia-se novamente em Hegel para embasar suas questões:

Movido pela consciência da totalidade, Hegel vislumbra a necessidade de uma formação geral do jovem, para que este possa perceber as relações de complementaridade entre as diversas áreas do conhecimento. Se a filosofia é a percepção do todo, então é necessário estabelecer condições para que esse todo seja percebido. Assim, o processo de formação deve contemplar tal aspecto (NOVELLI, 2008, p. 138).

O ensino de Filosofia nas primeiras séries deve ser ministrado, inicialmente, com o intuito de incentivar o estudante a desenvolver o pensamento filosófico, através dos primeiros contatos com os textos da História da Filosofia, os quais são escritos que tratam dos temas abordados pelos filósofos no transcorrer dos séculos. Para Novelli, Hegel acreditava que dessa forma o discente alcançaria a compreensão do pensar especulativo, em que ele e o objeto do conhecimento não estão separados, mas em relação (relação de relação). O resultado seria a contemplação total do conhecer da coisa. O professor deve mediar o saber dos conteúdos de Filosofia de acordo com as classes, ou melhor, conforme o nível de compreensão do jovem estudante. Novelli ressalta bem isso:

[...] o ensino ginásial é propedêutico ou introdutório, e neste sentido trata-se do local ideal para que tais predisposições sejam estimuladas, ensinadas e desenvolvidas nos jovens. Para Hegel não há melhor meio para a aquisição da especulação do que um conteúdo que a contemple, e tal conteúdo é encontrado na filosofia. Isto indica que a aprendizagem da filosofia passa necessariamente pelo contato com os textos filosóficos (NOVELLI, 2005, p. 143).

Uma das preocupações do ensino de Filosofia ser propedêutico é a essencialidade de torná-lo acessível à compreensão do discente em seus primeiros anos de estudo, às classes iniciais; pois, acredita Hegel, reafirmando as ideias de Gelamo, que dessa maneira o aluno possa, aos poucos, desenvolver a vontade e o interesse pela Filosofia. A responsabilidade do docente não está no apresentar dos conteúdos, mas torná-los de fácil assimilação, de forma compreensível:

Notamos que a preocupação de Hegel não está apenas na apresentação de um conteúdo a ser ensinado, mas em sua acessibilidade. Por isso, procura encadear os

assuntos de forma a aproximar os alunos do gosto pelo estudo da filosofia, sem perder o rigor filosófico no ato de ensiná-la (GELAMO, 2008, p. 156).

Os conteúdos devem ser ensinados de modo que não estejam desconexos um dos outros. Eles devem ser ministrados interligados e relacionados para que o jovem discente possa ir assimilando, em cada etapa de sua formação, a conexão complexa dos temas tratados, ao longo da História da Filosofia. Ao mesmo tempo, esse estudante desenvolve as habilidades do pensamento para pensar filosoficamente. “Assim, quando o conteúdo da filosofia é conhecido, não só o filosofar é aprendido, mas ele já está realmente filosofando” (HEGEL, 1991, p. 139, **tradução nossa**)²¹. Em sintonia com Gelamo, destacamos:

[...] Hegel pensa os conteúdos do ensino da filosofia de tal forma que todos eles se inter-relacionem intimamente, com a função de elevar o conhecimento do estudante para que este tenha condições de compreender a nova etapa do ensino, que é sempre mais complexa. Com isso, ele procura ensinar aos alunos uma filosofia plena de conteúdos filosóficos que não se separam do filosofar mesmo. Aprendendo os conteúdos da filosofia, os alunos aprendem o exercício de pensamento e, aprendendo o exercício de pensamento, aprendem os conteúdos da filosofia (GELAMO, 2008, p. 159).

Hegel argumenta que assim como as plantas são alimentadas e se desenvolvem a partir da luz do sol, fonte de vida e grandeza, o espírito do jovem estudante deve se nutrir pelo conhecimento da História da Filosofia. Da forma como a luz do sol é inerente à natureza da planta para o seu desenvolvimento, a Filosofia é para o espírito humano. Esse espírito encontra na Filosofia a sua vida, o seu progresso, a sua prosperidade. Logo, o ensino de Filosofia e a utilização da metodologia apontada por Hegel, além de libertar o indivíduo de sua bestialidade, dá a ele a consciência e a certeza de sua dimensão espiritual. Novelli ainda reflete com base nas palavras de Hegel:

Da mesma forma que as plantas não somente exercitam suas forças reprodutivas através do contato com a luz e com o ar, mas que também nesse processo absorvem seu alimento, de igual modo à matéria pela qual se desenvolve e se exercita o entendimento e a atividade anímica em geral, devem se constituir em alimento (HEGEL apud NOVELLI, 1970, p. 319).

Na metodologia de Hegel, ensinar ao jovem estudante os conteúdos da História da Filosofia é ensiná-lo a filosofar, porque só é possível o aluno compreender o ato de filosofar se ele assimilar os temas tratados pelos pensadores. A Filosofia, com base em Hegel, segundo Novelli, não possui as mesmas particularidades das outras ciências em que se restringem apenas a um objeto de estudo. Porém, ela trata do conhecer em si, e esse em si, refere-se a tudo em que o ser humano se relaciona e constitui relações de relações. Assim, a sua tarefa e

²¹ No original: “Así, cuando se conoce el contenido de la filosofía, no sólo se aprende el filosofar, sino que ya se filosofa realmente”.

responsabilidade exige do indivíduo aplicação e tenacidade em seus estudos. A Filosofia tem em sua essência o que a constitui, o que a anima é o indagar do espírito humano sobre o que de algum modo deseja conhecer, desvelar, criar, reproduzir etc. Novelli completa que

filosofar é apropriar-se de um conteúdo que é acessível pelo desenvolvimento de atitudes condizentes com o almejado. [...] Hegel sustenta não haver diferença entre aprender filosofia e aprender a filosofar, pois somente é possível aprender a filosofar aprendendo filosofia. A apreensão da história da filosofia exige o exercício do filosofar visto que o que constitui o objeto desse exercício é o pensar ordenado e claramente, o buscar construir o conhecimento, o valorizar condutas, o normatizar politicamente tais condutas, ou seja, eleger o bem, o justo e o belo. Dessa forma, para Hegel, não se aprende filosofia como se aprende uma outra ciência. A filosofia demanda a radicalidade, o rigor e a totalidade. [...] É próprio da filosofia, o perguntar, o indagar, a partir daquilo que é dado, pois este é entendido como algo passível de novas e diferentes análises. Especialmente em Hegel a filosofia é entendida como uma atenta observação do que assume forma na história (NOVELLI, 2005, p. 137).

Porém, quando observamos os textos de Bourgeois, identificamos um aparente problema de discordância com o que disse Novelli, pois Bourgeois argumenta:

Em 1810, num rascunho de carta a seu amigo Sinclair, Hegel escreve o seguinte: “Sou um pedagogo que deve ensinar a filosofia, e, talvez também por esta razão, sou de opinião que a filosofia, como a geometria, deve tornar-se um edifício regular e deve poder ser ensinada como esta última”. Pouco depois, em 1812, ele confirma esta exigência numa correspondência endereçada ao Conselheiro escolar do Reino da Baviera, Niethammer: “A filosofia deve necessariamente ser ensinada e aprendida, assim como qualquer outra ciência” (BOURGEOIS, 2004, p. 336).

Mas, em outra perspectiva, quando voltamos a nossa atenção para como Hegel expressou seu pensamento na obra de nossa pesquisa, e principalmente na “*Fenomenologia do Espírito*”, verificamos o rigor, a seriedade, o pensar, a radicalidade e a totalidade nos estudos dos fenômenos (dos objetos, das coisas, da natureza em geral). Constatamos em Hegel, uma metodologia para o estudo da Filosofia, porque para ele, a Filosofia não é um amor ao saber, contudo, é saber efetivo. Quanto a esse aparente problema entre as afirmações de Bourgeois e Novelli, compreendemos que a Filosofia deve ser ensinada como qualquer outra ciência, contanto que sua metodologia do ensino seja diferente das demais ciências. Assim, concluímos através de Hegel:

Além do que, por residir a filosofia essencialmente no elemento da universalidade - que em si inclui o particular -, isso suscita nela, mais que em outras ciências, a aparência de que é no fim e nos resultados últimos que se expressa a Coisa mesma, e inclusive sua essência consumada; frente a qual o desenvolvimento [da exposição] seria, propriamente falando, o inessencial. [...] Quando, por exemplo, a anatomia é entendida como “o conhecimento das partes do corpo, segundo sua existência inanimada”, há consenso de que não se está ainda de posse da Coisa mesma, do conteúdo de tal ciência; é preciso, além disso, passar à consideração do particular. Mais ainda: nesse conglomerado de conhecimentos, que leva o nome de ciência sem merecê-lo, fala-se habitualmente sobre o fim e generalidades semelhantes, do

mesmo modo histórico, e não conceitual como se fala do próprio conteúdo; nervos, músculos etc. Na filosofia, ao contrário, ressaltaria a inadequação de utilizar tal procedimento, quando ela mesma o declara incapaz de apreender o verdadeiro. [...] O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser-aí da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. E essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo. Mas a contradição de um sistema filosófico não costuma conceber-se desse modo; além disso, a consciência que apreende essa contradição não sabe geralmente libertá-la - ou mantê-la livre - de sua unilateralidade; nem sabe reconhecer no que aparece sob a forma de luta e contradição contra si mesmo, momentos mutuamente necessários (HEGEL, 2007, p. 25-26).

No pensamento hegeliano, a Filosofia possui o pensar universal sobre os fenômenos, além de ser a atividade da razão no tempo sobre os seus objetos. A mediação causada pelo docente, em consonância com a metodologia, retira o jovem estudante das representações e das abstrações vazias, além de subtrair suas ilusões e opiniões sobre os objetos. Consequentemente, o ensino de Filosofia, por conter em si a história do pensar universal dos objetos, garante ao indivíduo a verdade do que a coisa é. A verdade desse fenômeno é reforçada nas reflexões de Hegel:

O professor é o dono; ele pensa antes, os alunos pensam depois. As ciências filosóficas contêm, sobre seus objetos, os pensamentos verdadeiros universais; são o resultado do trabalho dos gênios pensantes de todos os tempos; esses pensamentos verdadeiros, na medida em que aquela massa de trabalho brilhante supera o esforço de um certo jovem. A peculiar representação original que os jovens formam sobre os objetos essenciais ainda é em parte totalmente concisa e vazia; em parte, em sua grande maioria, é opinião, ilusão, incompletude, distorção, falta de determinabilidade. Por meio do aprendizado, a verdade passa a ocupar o lugar dessas declarações delirantes (HEGEL, 1991, p.141, tradução nossa)²².

Hegel fala sobre o mundo antigo da Grécia, por “[...] desde alguns milênios é este o solo no qual se assentou toda a cultura, do qual toda ela brotou e com o qual esteve em permanente conexão” (HEGEL, 1994, p. 28), como exemplo da importância do estudo sobre os conteúdos da História da Filosofia, como modelo de ensinar o discente a filosofar. Em suas análises, o homem grego da antiguidade estava voltado para a vida ética em sociedade e para o uso da razão. “A perfeição e a magnificência destas obras primas deve ser o banho espiritual, o batismo profano que dá a alma, a primeira e indelével tonalidade e cor para o gosto e a ciência” (HEGEL, 1994, p. 32). Portanto, o jovem aluno deve ser instruído na

²² No original: “El professor lo posee; él lo piensa previamente, los alumnos lo piensan después. Las ciencias filosóficas contienen, acerca de sus objetos, los pensamientos universales, verdaderos; ellos son el resultado del producto del trabajo de los genios pensantes de todos los tiempos; estos verdaderos pensamientos, en la misma medida en que aquella masa de trabajo genial sobrepasa el esfuerzo de un tal joven. La representación original peculiar, que se forma la juventud acerca de los objetos esenciales, en parte es, todavía, totalmente escueta y vacía; en parte, en su gran mayoría, es opinión, ilusión, incompleción, distorsión, carencia de determinabilidad. Mediante el aprendizaje, la verdad pasa a ocupar el lugar de estos planteamientos ilusos”.

inteligência dos sábios gregos para que se desenvolva uma formação em que a razão e o seu espírito sejam os seus mestres. Isso não quer dizer que o homem tenha que viver como os gregos antigos, mas que o indivíduo possa ver a grandeza que o espírito humano alcançou e produziu no mundo guiado pela racionalidade. Em Hegel, esse conhecimento tem a finalidade de levar o estudante a refletir o seu tempo em suas dificuldades e problemas na busca de soluções que torne o seu mundo melhor. “Assim como Anteo renovava suas forças através do contato com a terra materna, assim também todo novo impulso e consolidação da ciência e da cultura avançaram mediante retorno à Antigüidade” (HEGEL, 1994, p. 29). Sobre as importantes contribuições dos gregos, Novelli complementa:

Esta é a perspectiva que Hegel vê no mundo grego, que se identifica com a realização do homem. Portanto, o estudo da cultura grega expresso no interesse pela língua e filosofia é um procedimento natural. O homem derivado do mundo grego é aquele que se direciona pela eticidade, pela razão e pelo espírito despojado de suas contingências. Saber e conhecer o que os gregos sabiam e conheciam significa garantir a formação de homens guiados pela razão e pelo espírito. Contudo, isso não implica um retorno ao passado ou na busca de um paraíso perdido. Isso, aliás, seria impossível, no entender de Hegel. A implicação é o benefício da saída de si e da posição na qual o sujeito se encontra para se deparar com as riquezas do espírito humano advindas de outras culturas e histórias, e saber-se membro de uma comunidade que extrapola os limites do localizado no aqui e agora. É assim também que a universalidade é alcançada e o indivíduo se eleva de sua particularidade. Além disso, a leitura dos gregos antigos permite ao indivíduo do presente confrontar o próprio tempo com questões que talvez tenham sua pertinência estendida para além de sua origem (NOVELLI, 2005, p. 134).

Para que o indivíduo se torne um espírito que pensa, que atinja a sua natureza, que é o ato de filosofar, é necessário que conteúdo e metodologia estejam juntos no ensino de Filosofia mediado pelo professor.

[...] método e conteúdo complementam-se no ensino da filosofia e no próprio filosofar, ou seja, ensinar conteúdos da filosofia é ensinar a filosofar e ensinar a filosofar é ensinar a partir de um método filosófico (GELAMO, 2008, p. 160-161).

Estudar os conteúdos da História da Filosofia é o mesmo que viajar, pois se aprende a filosofar, através do conhecimento e da pesquisa, tornando também seus, os temas trabalhados pelos pensadores ao longo da história. Hegel a exemplificar esse processo, ressalta a necessidade de aprender a viajar, viajando:

Por enquanto, quando você conhece uma cidade e depois vai a um rio, outra cidade, etc., você aprende, em todo caso, a viajar por esse motivo, e não só aprende, mas viaja de fato. Assim, quando o conteúdo da filosofia é conhecido, não apenas se aprende a filosofar, mas já está filosofando de fato. Da mesma forma, o propósito de aprender a viajar se constituiria em conhecer essas cidades, etc., o conteúdo (HEGEL, 1991, p. 139, **tradução nossa**)²³.

²³ No original: “Por lo pronto, cuando se llega a conocer una ciudad y se pasa después a un río, a otra ciudad,

A Filosofia é o alcance do indivíduo à razão, e esta, a busca da compreensão dos fenômenos psíquicos (doenças psicológicas, inteligências múltiplas, entre outros) e naturais (eletricidade, temperatura, mecânica de movimentos dos corpos, gravidade, genética, meio ambiente, etc.). A Filosofia possui, por meio da razão, a investigação da verdade e do universal dos objetos e seres, por isso o seu ensino se faz necessário ao estudante. Uma vez que um dos princípios da educação é que o homem viva, por meio de seu espírito, utilizando-se da razão, da reflexão, enfim, da atividade do pensar. Pois a Filosofia como vida do espírito humano, é também a condição de retirá-lo do existir condenado à bestialidade. Um gato não pergunta por que faz frio, qual o motivo do dia e da noite, apenas segue a sua animalidade. Mas, o homem pergunta, busca respostas, pensa, analisa, investiga, racionaliza e isto é atividade, vida; é do espírito humano, é Filosofia.

A filosofia contém os pensamentos racionais mais elevados sobre os objetos essenciais, contém o que é universal e verdadeiro neles; é de grande importância familiarizar-se com este conteúdo e permitir que esses pensamentos entrem em sua mente (HEGEL, 1991, p. 139, **tradução nossa**)²⁴.

Portanto,

pensar é o ir-para-dentro-de-si do espírito e, assim, transformar em objecto o que ele é enquanto intui; é o recolher-se em si e, deste modo, separar-se de si. Tal separação é, como se disse, a primeira condição e o momento da autoconsciência, de cuja colecção em si enquanto pensar livre pode brotar apenas o desenvolvimento do universo em pensamentos, isto é, a filosofia. Eis o que constitui o trabalho infinito do espírito: retirar-se da sua existência imediata, da vida natural feliz, para a noite e a solidão da autoconsciência e, a partir da sua força e poder, reconstruir, pensando a realidade efetiva e a intuição dele separadas. A partir da natureza da coisa, esclarece-se que justamente a vida natural imediata constitui o contrário do que seria a filosofia, um reino da inteligência, uma transparência da natureza para o pensamento. Semelhante discernimento não se constitui assim tão facilmente para o espírito. A filosofia não é um sonambulismo, é antes a consciência mais desperta, e o seu despertar sucessivo é justamente a elevação de si mesmo para lá dos estados da unidade imediata com a natureza – uma elevação e um trabalho que, enquanto diferença incessante de si em relação a si, para suscitar de novo a unidade mediante a actividade do pensamento, incidem no decurso de uma época e, claro está, de um longo tempo (HEGEL, 1991, p. 52-53).

4.2 A HISTÓRIA EM QUADRINHOS COMO RECURSO DIDÁTICO

A História da Filosofia trabalhada com as obras dos filósofos e outros tipos de

etc., se aprende, en todo caso, con tal motivo a viajar, y no sólo se aprende sino que se viaja realmente. Así, cuando se conoce el contenido de la filosofía, no sólo se aprende el filosofar, sino que ya se filosofa realmente. Asimismo el fin de aprender a viajar constituiría él mismo en conocer aquellas ciudades, etc., el contenido”.

²⁴ No original: “La filosofía contiene los más elevados pensamientos racionales acerca de los objetos esenciales, contiene lo que hay de universal y verdadero en los mismos; es de gran importancia familiarizarse con este contenido y dar cabida en la mente a estos pensamientos”.

escritos, segundo o Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado de Alagoas – Ciências Humanas (2014), possui função indispensável para o ensino da Filosofia. Entretanto, não quer dizer que outros tipos de textos como descritivos, narrativos, dissertativos, expositivos e científicos não possam ser utilizados. Como também, outros gêneros textuais como romance, conto, fábula, novela, crônica, notícia, ensaio, carta, reportagem e outros. Desde que, propiciem a reflexão e a crítica dentro de uma contextualização científica, sociocultural, econômica e política. De forma similar, textos imagéticos e verbais com imagens. Assim, os textos da História da Filosofia e as outras formas de textos e gêneros devem estar presentes na sala de aula, todas são essenciais para o ensino de Filosofia, tanto quanto os textos filosóficos:

Propor que a História da Filosofia e o texto filosófico devem ter um papel capital no ensino da Filosofia, não é dizer que outros tipos de texto ou material não possam ser usados como recursos didáticos. Ao contrário, textos científicos e literários, filmes, obras de arte e mesmo acontecimentos podem e devem estar presentes na sala de aula, não apenas como elementos motivadores, mas também como objetos de leitura filosófica (ALAGOAS, 2014, p. 121).

As Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCN's) em Filosofia entram em consonância com o Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas: Ciências Humanas/ Secretaria de Estado de Educação e Esportes, a partir da Estética da sensibilidade quanto aos possíveis recursos utilizados pelo docente na administração da aula. Está no texto das OCN's:

A Estética da Sensibilidade, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado e a afetividade, bem como facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável (BRASIL, 2006, p. 25).

Esses dois documentos oficiais da educação autorizam o professor a utilizar tirinhas, charges, cartuns, bem como o uso das histórias em quadrinhos, desde que estimule e desperte no estudante a reflexão, a análise, a crítica de modo lúdico, criando por meio da arte um ambiente de harmonia para o pensar e o conceituar filosófico. “A partir dessa situação, já se cria um ambiente para colocar em pauta o que se pretendia discutir naquela aula. Aí começa a motivação, e a imagem projetada serve de estímulo” (BRASIL, 2006, p. 131). Para isso, a arte de textos e imagens deve estar dentro dos contextos social, cultural, econômico e político para a reflexão filosófica.

Segundo Will Eisner²⁵, a narrativa de histórias faz parte da vida humana, pois é utilizada para transmitir conhecimento, cultura, além de refletir sobre valores éticos e morais. As histórias adaptam e representam as relações entre os seres humanos e a natureza, buscando uma melhor interação entre ambos. Da mesma forma, trazem-nos o pensar sobre a condição do ser humano nos campos políticos, sociais, econômicos e a realidade humana nas conjugações do tempo. As narrativas nos levam ao delirar, ao sonhar, ao romantizar, ao idealizar:

O ato de contar histórias está enraizado no comportamento social dos grupos humanos – antigos e modernos. As histórias são usadas para ensinar o comportamento dentro da comunidade, discutir morais e valores, ou para satisfazer curiosidades. Elas dramatizam relações sociais e os problemas de convívio, propaga idéias ou extravaza fantasias (EISNER, 2005, p. 11).

O modo lúdico de como narrar histórias faz delas um meio, uma forma de divulgar conhecimento que simplifique a apreensão e compreensão dos indivíduos. A história em quadrinhos pode contar, exemplificar e simplificar elementos e assuntos, desde os mais simples aos mais complexos, tais como questões subjetivas, espirituais, metafísicas, teóricas, dentre outras. Para Eisner,

a forma da história é um veículo para transmitir informação numa maneira de fácil absorção. Ela pode relatar idéias bastante abstratas, ciência, ou conceitos desconhecidos pelo uso análogo de formas ou fenômenos conhecidos (EISNER, 2005, p. 15).

As histórias em quadrinhos possuem imagens, consoante Eisner, que foram desenhadas, ou produzidas de outra forma, para simplificar o seu uso e tornar de fácil compreensão o tema que esteja sendo trabalhado. A imagem junto com o texto ao narrar uma história, torna acessível a compreensão do conteúdo. O divertido facilita a aprendizagem:

Para efeito desta discussão, uma “imagem” é a memória de um objeto ou experiência gravada pelo narrador fazendo uso de um meio mecânico (fotografia) ou manual (desenho). Nos quadrinhos, as imagens são, geralmente, impressionistas. Normalmente, elas são representadas de maneira simplista com o intuito de facilitar sua utilidade como uma linguagem. Como a experiência precede a análise, o processo digestivo intelectual é acelerado pela imagem fornecida pelos quadrinhos (EISNER, 2005, p. 19).

As histórias em quadrinhos fazem parte da vida de muitas crianças, jovens e adultos.

²⁵ Will Eisner (1917- 2005), cartunista norte-americano nascido na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, autor de várias obras como *Quadrinhos e Arte Sequencial*, *Narrativas Gráficas* e *Graphic Novels* (termo criado por ele) como *O Contrado Com Deus*, *Ao Coração Da Tempestade* entre outras de grande sucesso. Hoje, o maior prêmio (Prêmio Eisner) dos quadrinhos tem o seu nome em homenagem ao reconhecimento do seu grande trabalho nas revistas em quadrinhos. Ele também foi roteirista, arte-finalista, editor, cartunista, empresário e publicitário.

Geralmente, essa modalidade do contar histórias, possui lições sobre ética, moral e valores para a reflexão e também há dentro de sua narrativa conhecimentos científicos, históricos e filosóficos. Logo,

[...] fazem parte do cotidiano das pessoas, as Histórias em Quadrinhos (HQs) estão envolvidas no processo educacional de maneira ampla, considerando especialmente que a educação é algo grandioso e constante no desenvolvimento humano (PAIVA, 2017, p. 61).

As HQs são compostas por palavras e imagens que facilitam a realização do seu objetivo de tornar mais simples o entendimento do leitor. As imagens, geralmente, são desenhos que representam cenários (paisagens, galáxias, cidades, edifícios, veículos, entre outras coisas do gênero) e personagens dentro de uma trama. Na trama de uma história, podem estar inseridos temas de fácil compreensão, como também complicados. Porém, por fazerem parte da narrativa, tornam-se compreensíveis. Por essas características, as HQs são um ótimo recurso didático para o docente trabalhar com os estudantes os conteúdos de sua disciplina. Paiva reafirma o diferencial das HQs no processo educacional:

A construção específica das HQs propicia a interação diferenciada, com palavras e ilustrações, em uma dinâmica que se propõe a comunicar desde elementos mais simples aos mais complexos, fazendo uso de situações, personagens e narrativas que fazem parte do patrimônio cultural humano e compondo de forma única o desenvolvimento educacional. Esse desenvolvimento pode ser potencializado se levarmos em conta a proximidade que as HQs têm com a teoria da aprendizagem significativa, que leva em consideração o “querer aprender” (PAIVA, 2017, p. 62-63).

Paiva observa que as histórias em quadrinhos, ao longo do tempo, caracterizaram-se como um meio de divulgação das ciências de modo geral. Assim, “as HQs são uma rica fonte de conhecimento. Elas abordam temas variados, históricos e atuais, apresentando assuntos complexos ou mesmo ‘indigestos’, com uma linguagem fácil e acessível” (PAIVA, 2017, p. 63). Por muitos anos as HQs vêm encantando crianças, jovens e adultos com seus personagens (super-heróis, vilões, heróis, detetives) em tramas inesquecíveis. Também levantam questões e reflexões sobre o ser humano e suas ações e em razão disso, compreendemos que “os personagens das HQs ‘convivem’ há décadas com várias gerações e são ícones da cultura de massa. A identificação dos leitores com esses personagens traz uma quantidade de significação muito intensa” (PAIVA, 2017, p. 63).

Para Vergueiro, analisando os textos de Paiva, as histórias em quadrinhos possuem uma espécie de linguagem universal, a qual pode ser compreendida por todos os leitores. Não importando o país de origem e a cultura, nem os aspectos políticos, sociais, econômicos, éticos e geopolíticos. A força de abrangência e de compartilhamento das HQs é vastíssima e

essa é mais uma das características que faz das histórias em quadrinhos um meio de grande importância para a educação. Portanto, Paiva sustenta que:

[...] as HQs apresentam significados que, mesmo sendo reproduzidos no mundo todo, podem ser aprendidos pelos leitores. Mesmo tratando-se de aspectos gerais da cultura, como os fatos políticos, o poder de transmissão de informações de uma HQ é enorme. A força educacional contida na união de palavra e ilustração ou na síntese de ideias possível na estrutura narrativa dos quadrinhos faz com que a ferramenta em questão seja um trunfo para a educação (VERGUEIRO 2006 apud PAIVA, 2017, p. 64).

Paiva nos dá um exemplo utilizado por Oliveira para demonstrar como o complexo se torna fácil com o uso da linguagem dos quadrinhos, Assim:

As histórias em quadrinhos têm um poder incrível de passar mensagens sobre acontecimentos complexos e complicados. Não é à toa que os cartunistas a utilizem para descrever fatos políticos apenas com um quadro. Digamos que alguém não entenda nada sobre o que está acontecendo no mundo e de repente vê uma charge de um político desenhada e de repente parece que, como mágica, entende rapidamente (OLIVEIRA apud PAIVA, 2007, p. 8).

As HQs têm enorme potencial de trazer em si as mais diversas formas de conteúdos informativos, bem como, um vasto número dos mais diferentes assuntos. Em consequência disso, auxilia no desenvolvimento e interesse do indivíduo pela leitura de outros tipos de textos.

[...] aponta as diversas possibilidades de comunicação contidas nas HQs e sua capacidade de abarcar um alto nível de informações e uma enorme quantidade de temas, divertidos e/ou sérios. Ainda salienta que as HQs contribuem na prática de leitura (pois ao desenvolver a prática e o gosto por esse hábito, terá muito mais chances de se tornar um leitor de outras formas de texto, como livros, jornais e revistas), estimulando todas as demais, além de aumentar o vocabulário dos leitores (PAIVA, 2017, p. 70).

Diante desses apontamentos, utilizamos em nossa intervenção a história em quadrinhos da Turma da Mônica, de Maurício de Sousa, com o personagem Piteco em *As Sombras da Vida*. Essa história faz referência ao *O Mito da Caverna* de Platão para explicar a vida dos homens nas sombras e suas ilusões, bem como, a sua libertação. A narrativa torna a compreensão do mito mais acessível quando coloca o personagem Piteco como o indivíduo que se liberta da caverna e volta para resgatar os que ali ficaram acorrentados às ilusões das sombras. Platão também relata que os presos tentaram agredir o homem livre por acreditarem que ele seria um mentiroso, um enganador. Na HQ, os personagens da caverna fizeram o mesmo com Piteco quando ele tentou convencê-los a deixarem as sombras para conhecer a luz e a realidade. Vemos, aqui, que a forma lúdica utilizada pelas histórias em quadrinhos torna a complexidade de temas, conteúdos e conceitos de forma simples ao entendimento. O

uso desse gibi, como ferramenta pedagógica, torna mais fácil a explicação de *O Mito da Caverna* e os seus significados para o aluno, por ser o lúdico, o recreativo, o divertido e transcender as barreiras da dificuldade que impossibilitam a apreensão do conhecimento pelo estudante.

4.3 PLANO DE AULA

A aula é o desenvolvimento em curso da dinâmica de aprendizagem, em que o seu andamento e progresso só é possível por meio de uma estrutura criada e organizada, para que facilite a compreensão do discente sobre o conteúdo. Além disso, o estudante deve atingir a aprendizagem, na qual o aprender propicie a aquisição de aptidões intelectuais e físicas (a depender da natureza de cada área do conhecimento). Portanto, nós desenvolvemos os meios metodológicos e didáticos para que possibilitassem o propósito de tal ensino junto ao estudante. Ao mesmo tempo, procuramos auxiliar o aluno a tornar a finalidade do aprendizado também sua. Para tal finalidade, buscamos transmitir o conteúdo ao aprendiz com objetivos dentro das competências e habilidades do ensino de Filosofia. Quanto a isso, Libâneo fala:

[...] a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino. É na aula que organizamos ou criamos as situações docentes, isto é, as condições e meios necessários para que os alunos assimilem ativamente conhecimentos, habilidades e desenvolvam as suas capacidades cognitivas. Vimos também que uma das principais qualidades profissionais do professor é estabelecer uma ponte de ligação entre as tarefas cognitivas (objetivos e conteúdos) e as capacidades dos alunos para enfrentá-las, de modo que os objetivos e a matéria sejam transformados em objetivos dos alunos (LIBÂNEO, 2006, p. 241).

Elaboramos e organizamos um plano de aula por escrito, elemento essencial para a condução dos meios de aprendizagem e apresentação dos conteúdos. O plano de aula serviu para direcionar o nosso agir docente e ajudou a aperfeiçoar nossa prática de ensino. Ainda com Libâneo:

A preparação de aulas é uma tarefa indispensável e, assim como o plano de ensino, deve resultar num documento escrito que servirá não só para orientar as ações do professor como também para facilitar constantes revisões e aprimoramentos de ano para ano (LIBÂNEO, 2006, p. 241).

Ao desenvolvermos o plano de aula, observamos a importância de que os conteúdos precisam estar dentro do período estabelecido para suas execuções e atender as necessidades da unidade bimestral da nossa escola. “Isso significa que devemos planejar não uma aula, mas um conjunto de aulas (LIBÂNEO, 2006, p. 241), mesmo tendo consciência das possíveis circunstâncias que atrapalhem a efetivação do planejamento, dentro dos prazos

estabelecidos”. Precisamos reorganizar as aulas a partir de uma programação que esteja de modo flexível e em conformidade com a situação ocorrida. A aula executada em nossa intervenção seguiu os princípios do planejamento, como todas as outras da unidade bimestral.

A fim de que o estudante alcançasse a compreensão dos conteúdos trabalhados, foi necessário que o tema estivesse desenvolvido no plano de aula de modo coerente, coeso e racional para o seu fácil entendimento. Libâneo sustenta que “trata-se de organizar um conjunto de noções básicas em torno de uma ideia central, formando um todo significativo que possibilite ao aluno uma percepção clara e coordenada do assunto em questão” (LIBÂNEO, 2006, p. 241). Depois do processo de organização do plano de aula, é necessário estipular um tempo necessário para a execução da aula. Para Libâneo (2006, p. 241-242), “ao mesmo tempo em que são listadas as noções, conceitos, ideias e problemas, é feita a previsão do tempo necessário”.

As metas devem seguir a racionalidade específica do conteúdo ministrado na sala de aula e por isso tivemos a preocupação em atingir a finalidade de aprendizado do aluno, ao utilizarmos dos meios metodológicos e didáticos durante o processo de compartilhamento do tema trabalhado. Seja por natureza apenas cognitiva, como também de natureza físico motora, foi necessário, no plano de aula, determinar os objetivos que desejamos alcançar como resultado da relação ensino-aprendizagem. Libâneo destaca a importância dessa elaboração:

Em relação a cada tópico, o professor redigirá um ou mais objetivos específicos, tendo em conta os resultados esperados da assimilação de conhecimentos e habilidades (fatos, conceitos, ideias, relações, métodos e técnicas de estudo, princípios, atitudes etc.). Estabelecer os objetivos é uma tarefa tão importante que deles vão depender os métodos e procedimentos de transmissão e assimilação dos conteúdos e as várias formas de avaliação: parciais e finais (LIBÂNEO, 2006, p. 242).

A avaliação é outro ponto importante do plano de aula, pois é um dos instrumentos de verificação da aprendizagem do discente. Ela é um dos meios que nós utilizamos para averiguar o processo de assimilação do estudante sobre o conteúdo ministrado na aula. Diante disso, “[...] o professor deve prever formas de verificação do rendimento dos alunos” (LIBÂNEO, 2006, p. 242).

É, também, por seu intermédio que constatamos a concretização do alcance dos objetivos determinados no planejamento. A avaliação diagnóstica nos ajudou a encontrar as dificuldades, os problemas e nos auxiliou na reorientação da nossa prática pedagógica, para que pudéssemos atingir as ações propostas no plano de aula. Isso justifica a necessidade do uso do dispositivo avaliativo por nossa parte como docentes. Além de realizar a função de diagnóstico; a avaliação, também, certificou a aprovação do aluno com uma nota que

viabilizou o seu aprendizado. Isso fica bem claro através do autor que a “avaliação deve conjugar variadas formas de verificação, podendo ser informal, para fins de diagnóstico e acompanhamento do progresso dos alunos, e formal, para fins de atribuição de notas ou conceitos” (LIBÂNEO, 2006, p. 242). Ele ainda vai mais além:

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos (LIBÂNEO, 2006, p. 195).

O professor pode utilizar vários meios pedagógicos para realizar o processo avaliativo, e seguindo o raciocínio de Libâneo, “[...] são empregados procedimentos e instrumentos de mensuração (observação, provas, testes, exercícios teóricos e práticos, tarefas) que proporcionam dados quantitativos e qualitativos” (LIBÂNEO, 2006, p. 190). A avaliação visa verificar se os objetivos foram alcançados em que se destacam

os resultados relativos que decorrem desse processo dizem respeito ao grau em que atingem os objetivos e em que se cumprem exigências do domínio dos conteúdos, a partir de parâmetros de desempenho escolar (LIBÂNEO, 2006, p. 190).

Na visão de Libâneo, a avaliação realiza três funções:

A função pedagógico-didática se refere aos objetivos gerais e específicos, bem como aos meios e condições de atingi-los, uma vez que estes constituem o ponto de partida e os critérios para as provas e demais procedimentos avaliativos. A função diagnóstica se refere à análise sistemática das ações do professor e dos alunos, visando detectar desvios e avanços do trabalho docente em relação aos objetivos, conteúdos e métodos. Através desta função, a avaliação permeia todas as fases do ensino, assegurando o seu aprimoramento permanente, possibilitando o cumprimento da função pedagógico-didática. A função de controle se refere à comprovação e à qualificação sistemática dos resultados da aprendizagem dos alunos, face aos objetivos e conteúdos propostos. Através dessa função, são coletados os dados sobre o aproveitamento escolar que, submetidos a critérios quanto à consecussão de objetivos, levam a expressar juízos de valor, convertidos em notas ou conceitos (LIBÂNEO, 2006, p. 190).

O autor conclui que a avaliação faz parte do processo da relação de ensino-aprendizagem:

Podemos, então, definir a avaliação escolar como um componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões em relação às atividades didáticas seguintes. Nos diversos momentos do processo de ensino, são tarefas de avaliação: a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa (LIBÂNEO, 2006, p. 196).

A essência do plano de aula está na execução da prática pedagógica para atingir os levantamentos propostos. Em Filosofia, segundo as Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Ciências Humanas e suas Tecnologias, o professor,

[...] tendo sido bem preparado na leitura dos textos filosóficos, poderá, por exemplo, associar adequadamente temas a textos, cumprindo satisfatoriamente a difícil tarefa de despertar o interesse do aluno para a reflexão filosófica e de articular conceitualmente os diversos aspectos culturais que então se apresentam (BRASIL, 2006, p. 33).

A partir das OCN's de 2006, sobre as finalidades do ensino de Filosofia, o nosso plano de aula foi estruturado para atingir junto ao estudante as habilidades e competências de investigação compreensão e contextualização sociocultural. Encontram-se no documento oficial citado:

[...] competências e das habilidades a serem desenvolvidas em Filosofia em três grupos: 1º) Representação e comunicação: ler textos filosóficos de modo significativo; ler de modo filosófico textos de diferentes estruturas e registros; elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo; debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição em face de argumentos mais consistentes. 2º) Investigação e compreensão: articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas, nas artes e em outras produções culturais. 3º) Contextualização sociocultural: contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sócio-político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica (BRASIL, 2006, p. 33-34).

As OCN's e o Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas – Ciências Humanas estão em consonância sobre o ensino de Filosofia e seus objetivos. Ambos possuem as mesmas finalidades de proporcionar ao discente, habilidades e competências para investigação, reflexão, saberes e ação. Além de

curiosidade, indagação, análise diante de situações novas, problematizando e protagonizando questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural; Disposição para práticas de leitura e compreensão textual, possibilitando diálogos e discussão mediante as teorias filosóficas e as preposições da atualidade (GOVERNO DE ALAGOAS, 2014, p. 124).

O Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas – Ciências Humanas (2014) tem como disposições a aquisição do aluno nas seguintes habilidades:

- Compreender textos filosóficos a partir de leituras reflexivas;
- Apropriar-se reflexivamente dos conceitos filosóficos;
- Interpretar e comentar textos filosóficos;
- Relacionar conteúdos filosóficos com suas práticas diárias, possibilitando a reflexão

do ontem, hoje e sempre;

- Apresentar de forma discursiva os conhecimentos filosóficos;
- Valorizar o conhecimento filosófico e cultural, posicionando-se de forma crítica, reflexiva e independente.

4.4 ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE AULA

I. Plano de Aula:

- AULA EXPOSITIVA DIALÓGICA

II. Dados de Identificação:

- Escola: Batista Acioly
- Professor (a): Leonardo Gomes da Silva
- Disciplina: Filosofia
- Série: 3º ano
- Turmas: B e C (OBS: Plataforma do Google Meet disponibilizada pela SEDUC-AL)
- Tempo: aulas geminadas (duração de 90 minutos)
- Período: manhã

III. Tema:

- O MITO DA CAVERNA E O CONCEITO DE ALIENAÇÃO (*ENTFREMDUNG*) EM HEGEL PARA REFLEXÕES SOBRE OS PROBLEMAS DA CONTEMPORANEIDADE (MÍDIA, REDES SOCIAIS, CONSUMISMO, POLÍTICA)

IV. Justificativa:

A presente aula se justifica e tem como motivação a relevância sobre as problemáticas da vida atual relacionadas à mídia televisiva, redes sociais e consumismo. Esses têm afetado bastante a rotina e o modo de pensar dos jovens. Logo, faz-se necessária uma reflexão crítica, por meio da filosofia de Platão (*O Mito da Caverna*) e através do conceito de alienação (*Entfremdung*) de Hegel. Portanto, tem-se a justificativa, a partir dessa aula, de garantir ao aluno os conhecimentos imprescindíveis de pensar, analisar e questionar esses meios de informação, entretenimento e consumo, a ele apresentados em seu cotidiano. Além do mais, possibilitar ao estudante ações independentes sobre a realidade, de acordo com sua consciência e liberdade.

V. Objetivos:

Objetivo geral:

- apropriar-se reflexivamente dos conceitos filosóficos para relacioná-los com sua vivência e a realidade política, econômica, social e cultural.

Objetivos específicos:

- interpretar e comentar textos filosóficos;
- compreender textos filosóficos a partir de leituras reflexivas;
- apresentar de forma discursiva os conhecimentos filosóficos relacionados (contextualizados) com o seu cotidiano.

VI. Conteúdo:

- *O Mito da Caverna*;
- O conceito de alienação (*Entfremdung*) em Hegel.

VII. Recursos didáticos:

- História em quadrinhos;
- Slides com textos e imagens (*PowerPoint*).

VIII. Desenvolvimento do tema:

- Primeiro momento: Neste encontro, foi realizada a leitura da história em quadrinhos “As Sombras da Vida”, com Piteco (Maurício de Sousa). Em seguida, houve uma breve apresentação do filósofo Platão utilizando recursos de slides (*PowerPoint*), com espaço para a interação do aluno com dúvidas e comentários.
- Segundo momento: Em seguida, veio a apresentação de *O Mito da Caverna* e o seu significado político, com uso de slides (*PowerPoint*). Na sequência, foi aberto o espaço para a participação do estudante.
- Terceiro momento: Dando prosseguimento, fizemos uma curta apresentação do filósofo Hegel, e a partir disso, a explanação do seu conceito de alienação (*Entfremdung*), por meio do *PowerPoint*.
- Quarto momento: Fizemos a contextualização e a analogia entre *O Mito da Caverna* e o conceito de alienação (*entfremdung*) em Hegel, com a realidade. Em sequência, a retomada da história em quadrinhos “As Sombras da Vida”, com Piteco (Maurício de Sousa). Logo após, foi aberto o espaço ao debate, dúvidas e comentários com os discentes.
- Quinto momento: Realizamos uma avaliação para verificação dos objetivos alcançados. Foi solicitado ao aluno que dissertasse um texto em prosa, a sua compreensão, dos conceitos apresentados e sua contextualização com a realidade em que ele vive.

IX. Avaliação:

- Dissertação: Realizar uma contextualização entre os conceitos apresentados com a realidade do seu dia a dia.
- Critérios adotados para correção da atividade: verificar a capacidade de compreensão, de análise e de contextualização do estudante por meio de texto escrito.

X. Bibliografia:

- MENESES, PAULO. Abordagens hegelianas. Rio de Janeiro, Viera & Lent, 2006. p. 51-58
- REALE, G. ANTISERI, D. História da Filosofia – vol. 1. São Paulo, Paulus, 1990. p. 163-164
- Turma da Mônica nº 129. As Sombras da Vida com Piteco. Abril, 1981. p.54-58 - <https://capasdaturmadamonica.blogspot.com/2019/03/hq-as-sombras-da-vida-com-piteco.html> acesso 14/10/2020

4.5 RELATÓRIO DE INTERVENÇÃO

A aula de intervenção foi realizada pelo aplicativo Google Meet por causa da Pandemia do Novo Coronavírus. Ela foi feita com a turma do 3º ano da Escola Estadual Bastista Acioly, estabelecimento de ensino pertencente ao Governo de Alagoas. A intervenção foi realizada com uma aula expositiva dialógica²⁶, pois optamos pela exposição, contextualização, leitura e participação do estudante (dúvidas, comentários e acréscimo de relatos de sua vivência sobre os conteúdos).

No primeiro momento, realizamos uma leitura da história em quadrinhos “As Sombras da Vida”, com Piteco (Maurício de Sousa). Logo após, abrimos para a participação do aluno para dúvidas e comentários. Alguns apenas responderam que estavam compreendo quando foram indagados sobre dúvidas, outros comentaram sobre a ignorância e violência cometida a Piteco pelos homens presos na caverna, por ele ter tentado libertá-los das sombras. Também fizeram observações e criticaram o tempo perdido pelas pessoas em frente à TV e a

²⁶ Essa estratégia caracteriza-se pela exposição de conteúdos com a participação ativa dos estudantes, considerando o conhecimento prévio dos mesmos, sendo o professor o mediador para que os alunos questionem, interpretem e discutam o objeto de estudo. Em uma aula expositiva dialogada o professor precisa contextualizar o tema de modo que mobilize as estruturas mentais do estudante para que este articule informações que já traz consigo com as que serão apresentadas. O ponto forte dessa estratégia é o dialogo entre alunos e professor, em que há espaço para questionamentos, críticas, discussões e reflexões, onde o conhecimento possa ser sintetizado por todos. Fonte: <https://posgraduando.com/as-diferencas-entre-aulas-expositivas-e-aulas-dialogadas/> Acesso em 22/10/2020.

credibilidade alienada na mesma. Já a outra parte dos estudantes, contextualizou os quadrinhos com os dias atuais, quando afirmou que não havia diferença dos indivíduos cativos e a maioria das pessoas. Constatamos, nesse instante da intervenção, que o discente realizou a partir da HQ e do seu conhecimento de mundo, uma reflexão crítica sobre o universo televisivo de forma contextualizada. Ainda nesse primeiro momento, fizemos uma breve apresentação do filósofo Platão com recursos de slides (*PowerPoint*).

No segundo momento, realizamos a apresentação do mito da caverna em seus significados político e inteligível, também com uso de slides (*PowerPoint*). Posteriormente, seguimos com abertura de dúvidas e comentários dos estudantes. Alguns poucos não quiseram se manifestar, pois disseram que estavam compreendendo e que não tinham o que comentar. Alguns fizeram contextualizações, observações e análises sobre a história em quadrinhos, ao relacionar *O mito da caverna* e os dois sentidos apresentados com a atitude do personagem Piteco, em compartilhar a verdade com os sujeitos aprisionados. Ainda, no presente momento, os alunos (outra parte) relacionaram ações de Piteco no sentido político, por não ter sido egoísta em compartilhar a realidade e seus ricos e grandiosos benefícios. Como não guardar para si o conhecido do real. Em meio a isso, conferimos, que por intermédio dos quadrinhos, *O Mito da Caverna* e os seus significados apresentados, político e inteligível, tornaram mais fácil a compreensão dos discentes, através das relações e das observações realizadas por eles. E, igualmente, as afirmações dos alunos que não optaram por se manifestar, mas confirmando que estavam compreendendo (observação: certeza que teremos mais à frente com avaliação realizada por meio de uma produção de texto dissertativo feita pelos mesmos).

Depois de encerrados os comentários, análises e contribuições dos aprendizes, demos prosseguimento ao terceiro momento. Nesse instante, realizamos uma curta apresentação sobre Hegel. Logo depois, a exposição do seu conceito de alienação (*Entfremdung*) por meio de slides no *PowerPoint*.

No quarto momento, retomamos a história em quadrinhos de Piteco e fizemos junto aos alunos comparações, conexões, relações. Buscamos analisar semelhanças e equivalências entre *O Mito da Caverna* e o conceito de alienação em Hegel, no que diz respeito ao ser humano não estar com sua consciência voltada para si mesma (consciência não consciente de si mesma, consciência perdida de si e localizada nos fenômenos e objetos), mas para e nos objetos, isto é, consciência objetificada. Explicamos aos jovens presentes que os homens enclausurados na caverna tinham suas consciências voltadas para as imagens dos objetos projetados na parede como sombras, e que por isso não se davam conta das correntes que os aprisionavam e nem das ilusões em que sua razão estava submegirda. Executamos analogias

entre a HQ, *O Mito da Caverna* e o conceito de alienação hegeliano para reflexão crítica nos dias atuais. Isso ocorreu quando comentamos a entrada de Piteco em uma sala e constatamos a presença de três indivíduos sentados em frente a uma TV, discutindo sobre as cenas e sons que dela saíam, como algo da mais plena e absoluta verdade. Esse fato, auxiliou uma parte considerável dos alunos, no momento de participação, a comentar sobre redes sociais, consumismo, políticos que se utilizam de falsas promessas para enganar os eleitores e programas de televisão como formas de ilusão. Nesse decorrente processo, os estudantes também contextualizaram por meio de citações, referências, comparações e analogias, de forma oral, a produção e os efeitos da alienação desses meios sobre o indivíduo. E, não diferente, a necessidade da crítica e da atividade do pensar a respeito dos conteúdos, ideias, objetivos e informações apresentados na TV, *smartphones*, *notebooks*, revistas e jornais, entre outros veículos de mesma natureza, sejam digitais ou impressos. Conforme os estudantes, essa ação do pensar seria para estarem conscientes no momento de analisar as informações para não serem iludidos. Uma vez que isso evitaria algumas espécies de prejuízos. Da mesma forma, mostraram a compreensão dos temas apresentados na aula, quando observaram, em relatos, a importância da Filosofia como ferramenta para buscar a verdade das coisas dentro do contexto atual dos meios de informação, de consumo e da política. E para encerrar, utilizamos tirinhas da Mafalda e do Calvin e Haroldo como acréscimo facilitador e pequeno momento de descontração com os temas sobre a televisão.

No quinto e último momento, realizamos uma avaliação para verificar se os objetivos apresentados no plano de aula foram alcançados pelo discente. Solicitamos aos alunos que dissertassem num texto em prosa a sua compreensão dos conceitos apresentados, contextualizando-os com a realidade atual dos meios de comunicação e de informação. Estes foram os textos apresentados pelos alunos:

O discente A, em sua dissertação, fala-nos sobre a alienação em Hegel e como o homem perde a si mesmo e os motivos dessa consequência:

Falando sobre alienação, ele traz a ideia de tornar-se estranho assim mesmo. Segundo Hegel, alienação é uma característica do homem, pois, os objetos produzidos pelo homem tornam-se estranhos ao próprio homem, ao assumirem sua própria forma e função na alienação econômica, as pessoas colocam sua essência nas suas riquezas. O indivíduo só se torna alguém pelas honras e reconhecimento que recebe do estado, sendo assim, uma existência de aparências. Vivemos em um mundo virtual ou de imitação, diríamos hoje falando um pouco também sobre o mito da caverna de Platão. Ele nos mostra que precisamos sair da caverna, para que possamos enxergar o que é verdadeiro. Mas também nos ensina a retornar a caverna para libertar as pessoas que estavam como escravos e mostrar a elas o verdadeiro mundo (DISCENTE A).

O discente B faz uma contextualização entre *O Mito da Caverna* e a atualidade das redes sociais e da televisão, como formas de prisão dos indivíduos. Interpretação do estudante:

Alienação no tempo de hoje está cada vez mais comum do que uns tempos atrás. Podemos dizer que o ser humano tem regredido constantemente e estar cada vez mais vivendo como um prisioneiro da caverna, apesar de todo o conhecimento à disposição. As pessoas têm preguiça de pensar. A preguiça tem sido a maior característica do nosso tempo. A política, a sociedade e a vida comum deixaram de ser interessante para nós. As notícias falsas da internet e da televisão estão enganando cada vez mais pessoas que não estão checando as fontes e a confiabilidade de quem divulga as informações. As redes sociais também é o meio hoje de divulgar informações falsas e propagandas de vida felizes e quem ousa a falar sobre esse tipo de vida na ignorância presa na caverna como estavam os prisioneiros de Platão, é considerado como louco (DISCENTE B).

O discente C nos fala sobre a alienação em Hegel como resultado da finalidade que os subjetos dão as suas vidas. Em sua dissertação, ele fala sobre a busca dos homens por objetos e reconhecimento. Além de fazer relações entre *O Mito da Caverna*, as redes sociais e as propagandas que mergulham os indivíduos nas ilusões. Não diferente, o aluno contextualiza o conceito de alienação em Hegel, *O Mito da Caverna* e a atualidade.

Na concepção de Hegel, a alienação é uma característica própria do ser humano. Muitos têm suas vidas baseadas em coisas, objetos que muitas vezes são considerados insignificantes. E por alimentarem tanto os seus desejos, acabam ficando presos a isso, como vemos no mito da caverna. As pessoas viviam presas, viam apenas sombras, nunca haviam saído para contemplar as belezas que haviam fora. Nos dias de hoje não é diferente, temos muitas pessoas presas às coisas. Alguns têm suas vidas resumidas em coisas, dinheiro viagens, compras e etc. Ainda, existe aquelas que vivem completamente influenciadas pela TV, por anúncios e propagandas. Estão se deixando controlar. Por esse e vários outros motivos que estamos perdendo o convívio social, e muitos estão doentes psicologicamente (DISCENTE C).

O discente D verifica uma relação contextualizada entre *O Mito da Caverna* e a atualidade das redes sociais e da televisão como meios que aprisionam os indivíduos. Bem como, observa a alienação a que estão submetidos. O sujeito se esquece de si mesmo no sofrimento, em consequência da perda dos bens. Para o aluno:

Os escravos presos na caverna não percebem que são prisioneiros, assim como as pessoas que estão presas na mídia e nas redes sociais. Muitas vezes nos achamos que era aquilo, mas na realidade, não é assim. As pessoas só pensa mais no bem material, mas não em si próprias. Se ela perde tudo aquilo que possui. Para ela nada mais interessa (DISCENTE D).

O discente E constata a relação e um ponto em comum entre Platão (*O Mito da Caverna*), Hegel (conceito de alienação, *Entfremdung*) e a história em quadrinhos de Piteco. Segundo ele, o elemento em comum é a alienação. Ele também contextualiza e relaciona com

a contemporaneidade.

Pelo que pude perceber entre a história em quadrinhos “As Sombras da Vida” e o mito da caverna de Platão e alienação (entfremdung) em Hegel, é que eles têm em comum a alienação das coisas. Na história em quadrinho os homens eram alienados nas sombras que eles viam através das sombras da fogueira. Para eles, os formatos que apareciam ali dentro da caverna eram verdades sobre a vida. Assim, como ocorre no mito da caverna de Platão, também acontece com as pessoas. Elas estão alienadas nos objetos, nas roupas luxuosas, nos carros, nas joias e ostentando dinheiro. Elas estão alienadas também bem na televisão. Acreditam em tudo que vê na televisão e acreditam em tudo que veem (DISCENTE E).

O discente F faz uma comparação entre as semelhantes situações da HQ, baseada no *Mito da Caverna* e no homem da atualidade. Segundo ele:

Sobre a HQ “As Sombras da Vida com Piteco”, ela nos mostra que muitas pessoas pensam que vivem em uma realidade, mas por trás de tudo isso, existe inúmeras outras coisas sendo, que por este motivo, muitas vezes, causou e causa muitas desavenças entre as pessoas em qualquer parte do mundo. E, até mesmo em diferentes épocas alienação, e quando uma única pessoa compra várias coisas sem necessidade apenas para suprir sua ganância (DISCENTE F).

O discente G realiza análises e comparações entre o conceito de alienação e *O Mito da Caverna*, com os dias atuais. Ele usa alguns exemplos como programas de entretenimento, vendas e a situação política do Brasil. Constatamos em seu texto, a observação dos tipos de alienação quando o mesmo faz referência à obra *O Mito da Caverna*.

O assunto mostrado na aula sobre alienação, nos mostra que tudo é igual com o passar do tempo, a mesma alienação é decorrente, só que de forma diferente. Eu particularmente já tinha visto sobre “O mito da caverna de Platão”, mas com o tema diferente, que falava sobre o que é a verdadeira realidade. Mas os assuntos estudados nos mostra um tema muito presente até nos dias de hoje, com a tevêndas, por exemplo. As pessoas deixam de viver a realidade, para ser alienada por programas de TV, como o BBB (Big Brother Brasil) da Rede Globo. As pessoas se preocupam tanto com os participantes do programa, que acabam esquecendo da própria realidade, e da própria casa que realmente precisa da sua atenção. Com a alienação, temos por vista a manipulação em massa, que acontece a todo momento, em todos meio de mídia, causando assim, grande falha no intelecto de quem consome tal “entretenimento”. Temos por vista a atual situação do Brasil, com um presidente totalmente despreparado, isso tudo se da à alienação e a manipulação da massa, que como eu falei anteriormente, deixa de pensar por si, e tem seu intelecto gravemente ferido (DISCENTE G).

O discente H indaga os meios de comunicação da contemporaneidade e o seu poder de alienação. De modo argumentativo, demonstra a força que esses instrumentos possuem para alienação de muitos e assim influenciar os indivíduos.

Hoje em dia vivemos grudados em eletrônicos como celulares, televisão e computadores. Será que estamos sendo alienados pela tecnologia? Influenciados pelos meios de comunicação? Na atualidade, As pessoas são facilmente influenciadas a fazer ou comprar algo depois de ver meios de publicidade, notícias apelativas e até mesmo em campanhas políticas. Com o avanço da tecnologia e da

internet, muitas pessoas são facilmente influenciadas por aplicativos de bate-papo e redes sociais. As pessoas acabam não pensando ou agindo por si próprio, e em alguns casos não conseguem nem aceitar opiniões opostas, apenas se preocupam com o que lhe interessa. Então sim, estamos sendo cada vez mais alienados pela tecnologia e meios modernos de comunicação, perdendo aos poucos a capacidade de ter uma opinião própria e não pensar antes de agir. (DISCENTE H)

Diante das participações dos estudantes e dos textos produzidos na verificação de aprendizagem, constatamos que a utilização das histórias em quadrinhos tornou fácil a compreensão do aluno sobre o conceito de alienação em Hegel e os sentidos de *O Mito da Caverna* de Platão.

Os discentes realizaram análises, observações, comparações, relações entre os conteúdos apresentados e os fenômenos culturais da atualidade. Esses acontecimentos, segundos eles, são as sombras da caverna que aliena os homens. E, observando as percepções dos alunos, o indivíduo hoje deve deixar a realidade das sombras quebrando as correntes da alienação ao buscar a luz da reflexão, da crítica, da análise e do agir consciente sobre a realidade. O uso da razão para tomar consciência de si mesmo e ver a condição em que se encontra (um retorno da consciência para si mesma, como também, o lugar que ocupa no mundo). Verificamos pelas participações dos estudantes, que estão implícitas as soluções apontadas por eles para a saída do sujeito da alienação das aparências. Isso foi averiguado e comprovado, como já dito antes, nas interações durante a aula.

Nessa intervenção, foram realizados os princípios do ensino de Filosofia pronunciados por Hegel, conforme já demonstrado nesse trabalho, em que ensinar a História da Filosofia já é o próprio ensinar a filosofar. Ao projetarmos o plano de aula e sua execução, apuramos também as interações orais e escritas por parte dos estudantes, que os mesmos utilizam os conhecimentos adquiridos na apresentação dos conteúdos e a aquisição das habilidades para refletir sobre a realidade. Consequentemente, o seu agir sobre ela de modo racional. Ressaltamos, aqui, que a própria história em quadrinhos utilizada, contém em si a História da Filosofia como essência de sua existência e finalidade (Platão e o seu *O Mito da Caverna*).

Concluimos esse relato de intervenção, afirmando a importância do uso da história em quadrinhos como ferramenta didático-pedagógica, para o ensino de Filosofia, no Ensino Médio. Percebemos em vários momentos, que história em quadrinhos facilita a aprendizagem, quebrando os empecilhos que dificultam a aprendizagem e a compreensão dos estudantes sobre os temas e os conteúdos, pois ela possui o lúdico. Por outro lado, não deixamos de levar em extrema consideração o pensamento de Hegel quanto à sua preocupação com a pedagogia do jogo. Assim, o autor complementa:

[...] deve-se declarar um completo absurdo a pedagogia do jogo, que pretende saber que o que é sério deve ser levado as crianças como um jogo, exige dos educadores que desçam ao nível da inteligência infantil, em vez de a elevar a seriedade da Coisa. Essa educação pelo jogo pode ter sobre a vida do menino a consequência de que ele considere tudo com espírito de desprezo. [...] Sem dúvida, o pensar próprio dos meninos deve ser despertado; mas não é lícito e entregar a dignidade da Coisa a seu entendimento imaturo e frívolo (HEGEL, 1995, p. 76-77).

Observamos que o lúdico está presente também na pedagogia do jogo, criticada por Hegel, como modo de tornar mais fácil o aprendizado. O filósofo alemão enxerga que é uma tentativa de adaptação, na qual os docentes precisam ir ao patamar do discente para que ele compreenda o conceito trabalhado. Contudo, em nossa intervenção, foi buscado o lúdico das histórias quadrinhos por suas características pedagógicas. E, principalmente, pelas histórias serem fontes de conhecimento ao longo da existência da humanidade. Há HQs sobre orientar jovens militares²⁷, primeiros socorros²⁸, educação no trânsito²⁹, e muitos outros temas. Elas tanto divertem como informam e ensinam. Por isso, trabalhamos a partir da HQ os conceitos já citados nesse capítulo com os objetivos de ensino e aprendizagem junto ao estudante.

Esse gênero textual é uma diversão que ensina aos jovens, sem sofrimento, sem dificuldades, sem tormento. Atualmente, existem várias histórias em quadrinhos com conteúdos e temas tratados pela História da Filosofia. Exemplos como *O Contrato Social* de Rousseau, *O Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels, *Assim falou Zaratustra* de Nietzsche, *O príncipe* de Maquiavel, *Cândido* de Voltaire, *Filósofos em Ação volumes I e II*, entre outros.

²⁷ Cartilha Institucional da Justiça Militar da União (JMU) – Fonte: http://stm.jus.br/images/STM/publicacoes/cartilha_jmu-red.pdf. Acesso em 08/02/2021

²⁸ Histórias em Quadrinhos sobre primeiros socorros – Fonte: <https://duzitozz.wordpress.com/2011/11/29/a-turminha-dos-primeiros-socorros-phorte-editora/#jp-carousel-440> acesso em 08/02/2021

²⁹ Educação no trânsito da Turma da Mônica – Fonte: <https://rota83.com/gibi-turma-da-monica-educacao-no-transito-nao-tem-idade.html> acesso em 08/02/2021

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa procuramos responder aos questionamentos originados a partir da nossa vivência e prática docente na obra *Os Escritos Pedagógicos* de Hegel. Nela encontramos respostas e reflexões que nos apontam caminhos para soluções de problemas atuais.

Verificamos em nossa investigação que em Hegel, o homem possui duas naturezas (a primeira instintiva, egoísta; e a segunda espiritual, racional). Nas ideias desse pensador, o homem nasce, no primeiro momento, no meio natural, assim como os outros animais. Em que para sobreviver, é dotado de instintos que o levam a realizar ações para sua sobrevivência e efetivação de desejos e sentimentos inerentes a essa natureza animal. Contudo, para Hegel, o ser humano não se resume apenas a essa primeira natureza e, que por isso, necessita ter um segundo nascimento que o eleve para a sua segunda natureza. Natureza espiritual, racional e universal. Logo, isso só é possível pela educação (*Bildung*).

Constatamos, também, nessa pesquisa, que para o filósofo alemão a formação educacional pode ser efetivada e necessita de agentes que executem com responsabilidade o seu papel. A família, com os educadores, deve igualmente, dar suporte e participar da vida escolar dos filhos. Já a escola, com sua estrutura física, recursos (de modo geral) e práticas pedagógicas. Assim como o aluno deve participar através de sua dedicação e responsabilidade com os estudos. O professor deve, com sua seriedade, buscar por novos conhecimentos, novas práticas pedagógicas e metodologias para melhor auxiliar o discente em seu aprendizado. E, por fim, o Estado, com o cumprimento de suas responsabilidades em destinar recursos para as escolas e para os estudantes carentes, para que eles possam se manter na instituição; e também com a criação de leis que aperfeiçoem e protejam o estabelecimento de ensino e a educação para melhor servir ao cidadão.

Hegel nos respondeu sobre a dimensão social da educação com sua perspectiva sobre a moralidade e a eticidade. A formação educacional é fundamental para que o discente possa desenvolver as suas consciência e liberdade subjetivas (a moralidade). E, não diferente a isso, a educação fornece ao indivíduo os meios para que este atinja a compreensão da vida em coletivo (a eticidade).

A dimensão social da educação (moralidade e eticidade) aponta para a reflexão e possíveis caminhos a fim de se tentar resolver os problemas do preconceito, algo bem presente em nossa sociedade.

Para o filósofo do absoluto, no âmbito da formação educacional, o ensino de Filosofia é crucial para a formação do cidadão. Porque, com o conhecimento da História da Filosofia, o estudante tanto aprenderia sobre os assuntos tratados no percorrer do tempo pelas mentes mais brilhantes, como também a pensar e a buscar respostas e soluções para os infortúnios de sua época. O discente, por tabela, aprenderia a filosofar sobre as questões de sua realidade, tanto sobre si mesmo, como do mundo em geral. Em Hegel, não seria apenas um refletir, um amor ao saber, mas o saber mesmo, conhecimento efetivo que se relaciona com o real, transformando-o. Um exemplo disso é a moralidade e a eticidade trabalhadas na dimensão social da educação, através da Filosofia, que a partir da assimilação e da compreensão desses dois conceitos, faz com que o cidadão formado lute por igualdade de direitos e pelo fim de toda forma de discriminação e preconceito. Essa ilustração mostra-nos, não um amor ao saber, entretanto, um saber efetivo que se realiza na subjetividade e na objetividade do mundo.

Realizamos uma intervenção, outra parte de nossa pesquisa, em que obtivemos os resultados positivos conforme os objetivos traçados no plano de aula. A elaboração do planejamento seguiu de acordo o Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas: Ciências Humanas do Estado de Alagoas, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Segundo a participação dos alunos e a dissertação solicitada, como exercício avaliativo da aprendizagem, verificamos que os discentes tiveram um ótimo aproveitamento ao demonstrar compreensão e interação com os conceitos trabalhados.

Observamos que, a metodologia e a didática aplicadas com o recurso didático pedagógico das histórias em quadrinhos (HQs) e charges (recurso auxiliar), facilitaram a relação ensino-aprendizagem. A narrativa gráfica e o uso do texto filosófico, através da fala dos personagens, desenrolando uma trama até o seu final, fez o discente submergir na história buscando saber e compreender a cada instante da leitura de uma página o que está ocorrendo, o seu motivo, o local, os personagens envolvidos e as consequências do seu final. Por essa razão, utilizamos a história em quadrinhos com o protagonista Piteco na narrativa *As Sombras da Vida*, na qual explica o tema da Alienação em Platão. Logo, o uso das HQs pode ser um ótimo recurso para ser utilizado na sala de aula.

O trabalho concretizado em nossa pesquisa, de modo enfático e conclusivo, trouxe-nos respostas para o nosso problema e suas questões. Com essa realização, tomamos conhecimento dos papéis de cada instituição responsável pela educação, estudantes e professores. E, similarmente, da dimensão social da educação com a moralidade e eticidade.

Mas, um dos pontos fundamentais da investigação foi uma melhor percepção dos problemas atuais da educação no piso da sala de aula, até as responsabilidades do Estado e o caminho para possíveis soluções. Agora, de modo fundamental, a necessidade de formar o cidadão para as adversidades do tempo atual. O cidadão consciente de si e da diferença do outro, e também, principalmente, de sua liberdade como membro e agente transformador do Estado. A existência do homem tem o seu centro na cabeça, ou seja, na razão, sob cuja inspiração ele constrói o mundo da realidade.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS (AL). Secretaria de Educação e Esportes. Referencial curricular da educação básica da rede estadual de ensino de Alagoas: ciências humanas/ Secretaria de Estado de Educação e Esportes. – 1ª ed. Maceió, 2014.

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOZA, M. A. **Individualidade e Família:** considerações sobre a formação (bildung) do indivíduo na filosofia do direito de Hegel a partir da família. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/6497/1/arquivo9542_1.pdf Acesso em 11 mai. 2020.

BOURGEOIS, B. **Hegel os Atos do Espírito.** Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei 9394/96: Lei de diretrizes e Bases da educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em 01 dez. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf> Acesso em 02 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio V. 3 Ciências Humanas e suas Tecnologias. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf Acesso em 09 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais mais Ensino Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais Médio Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf> Acesso em 04 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio – humanas. Brasília-DF: MEC/SEB, 1999.

GELAMO, R. Ensino O da Filosofia e o Papel do Professor-Filósofo em Hegel. In: **Trans/Form/Ação.** vol. 31 n. 2, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732008000200009 Acesso em 14 fev. 2020.

HEGEL, Georg W. F. **A Razão na História:** uma introdução geral à filosofia da **História.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Filosofia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____. **Discursos Sobre Educação**. Tradução e Apresentação de Ermelinda Fernandes. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

_____. **Escritos Pedagógicos**. Tradução e Introdução de Arsenio Ginzo. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1991.

_____. **Fenomenologia do Espírito**. Tradução de Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Filosofia do Direito**. Tradução de Paulo Meneses. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

_____. **Lecciones sobre la filosofia de la historia universal**. Tradução de José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

_____. **Principios De La Filosofía Del Derecho**. Tradução de Juan Luis Vermal. Barcelona: Edhasa, 1999.

_____. **Propedêutica Filosófica**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **Sobre o Ensino da Filosofia**. 2020. [Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/hegel/1816/08/ensino.pdf> Acesso em 15 mar. 2020]

_____. **Introdução à História da Filosofia**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1991.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KONZEN, P. Hegel e os conceitos hobbesianos de estado de natureza (Naturzustand) e de natureza humana (Natur des Menschen). In: **Clareira - Revista de Filosofia da Região Amazônica**. v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/clareira/article/view/3616> Acesso em 20 fev. 2020.

LIBÂNEO, J. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

LOSURDO, D. **Hegel e a liberdade dos Modernos**. Tradução de Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira. São Paulo, 2019.

MENESES, P. **Abordagens Hegelianas**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

_____. **As Três Figuras da Eticidade**. 2020. [Disponível em: <http://www.unicap.br/neal/artigos/Texto4PePaulo.pdf> Acesso em 30 nov. 2020]

_____. **Universidade e Diversidade**. Recife: Fundação Antônio dos Santos

Abranches – FASA, 2001.

NICOLAU, M. A Bildung e a Instituição Escolar: o modelo hegeliano de escola. In: **Revista Digital de Ensino de Filosofia**. v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/23829/14028> Acesso em 13 mai. 2020.

NOVELLI, P. O Conceito de Educação em Hegel. In: **Interface (Botucatu)** vol.5 no.9, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000200005 Acesso em 10 mai. 2020

_____. O Ensino da Filosofia Segundo Hegel: contribuições para a atualidade. In: **Trans/Form/Ação**. vol.28 no.2 Marília, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732005000200009 Acesso em 10 mai. 2020

PAIVA, F. **Educação e Violência nas Histórias em Quadrinhos de Batman**. Salvador: Quadro a Quadro, 2017.

_____. **Histórias em Quadrinhos na Educação**. Salvador: Quadro a Quadro, 2017.

ROSENFELD, D. **Política e Liberdade em Hegel**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ROSSATO, E. **Considerações de Hegel Acerca da Educação e do Ensino da Filosofia**. 2005. [Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos-de-filosofia/604342> Acesso em 12 abr. 2020]

SILVA, A. **Hegel e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SILVA, M. P. da. **Hegel e a Formação para a Liberdade**. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/26734> Acesso em 20 fev. 2020.

WILL, E. **Narrativas Gráficas**. Tradução de Leandro Luigi Del Manto. São Paulo: Devir, 2005.